



PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL, TRABALHISTA E DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

Este Programa descreve os serviços da Contratada para as áreas socioambiental, trabalhista e de segurança do trabalho, que serão reportadas a fiscalização, para deliberação, aprovação e medição, do início ao fim da execução, da Obra de Arte Especial (OAE). Serviços valorados e não valorados compõem a medição mensal desta OAE, a observação correta deste Programa é requisito para aprovação da medição mensal da Contratada.

A. Quadro de quantitativos por cargo e serviços deste Programa.

Qtd	Cargo	Serviços relacionados
1	Eng. Civil Coordenador	1.9. Elaboração do <i>as built</i> - como construído; elaboração plantas e memorial descritivo; 1.10. Manual de utilização, inspeção e manutenção preventiva e corretiva; 1.11. Elaboração do TDR e orçamento para a manutenção; responsável técnico e legal por todas as atividades, que envolvam a execução de instalação da OAE, participa presencialmente de todas as reuniões com a fiscalização, repassa instruções para subordinados.
1	Eng. Civil residente	1.2. Estudo para disposição dos canteiros; responsável técnico, pelo acompanhamento dentro da obra em tempo integral.
1	Eng. de Segurança do Trabalho	4.2. Segurança do trabalho e higiene ocupacional; 4.3. Controle de sinalização de obra em vias públicas; 4.4. Plano de atendimento a emergências; responsável técnico, pelas NRs e sinalização de obra em vias públicas.
1	Eng. Sanitarista e Ambiental	1.4. Programa de vistoria preventiva em máquinas e equipamentos; responsável técnico, pela organização, planejamento e elaboração do relatório mensal e documentação deste serviço; 1.8. Educação ambiental; elaborar e aplicar o treinamento para todos da obra; elaborar o relatório, com ART de elaboração e execução; 2.1. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos; responsável técnico, pela elaboração e emissão de ART do PGRS, controle do colaborador técnico, análise e soluções dos problemas do PGRS, contato com fornecedores, escolha dos Destinatadores e Transportadores, treinamento dos colaboradores.
1	Biólogo ou Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal	1.5. Controle da supressão de vegetação; 1.7. Compensação pela supressão vegetal; responsável técnico, pela supressão de vegetação e compensação ambiental.
1	Eng. Civil	1.1. Vistorias dos imóveis do entorno; responsável técnico, planejar, executar, registrar e elaborar anuências e laudo técnico inicial e final do conjunto das duas vistorias, do mesmo imóvel, analisar e elaborar conclusão, informando se a obra causou danos ao imóvel ou não. Caso cause danos proceder a descrição do serviço para a não conformidade.
1	Técnico Orçamentista	1.11. Elaboração do TDR e orçamento para a manutenção; responsável técnico, pela pesquisa e elaboração de orçamentos necessários a execução da implantação da OAE.
1	Técnico em Comunicação Social	1.6. Programa de comunicação social; responsável técnico, acompanhar, registrar, organizar, desenvolver atividades, elaborar documentos.
2	Técnico em Meio Ambiente	1.3. Placas; 1.4. Programa de vistoria preventiva em máquinas e equipamentos; responsável técnico, auxiliar na execução, acompanhar, registrar as ações envolvidas e elaborar documentos; 2.1. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos; identificar o resíduo, passar para o responsável técnico, emitir o MTR conforme orientação do responsável técnico, acompanhar o embarque da carga e conferir o transportador, entregar o MTR para o transportador, confirmar que o resíduo foi recebido no destinador através do Sistema de MTR do IMA, solicitar o CDF mensal, providenciar e vistoriar a correta separação e identificação do armazenamento dos resíduos, executar o PGRS.
2	Técnico de Segurança do Trabalho	4.2. Segurança do trabalho e higiene ocupacional; 4.3. Controle de sinalização de obra em vias públicas; 4.4. Plano de atendimento a emergências; responsável técnico, pelas atividades de vistoria e elaboração de relatórios e documentos na área de segurança do trabalho, higiene ocupacional e sinalização de vias públicas.
1	Técnico Administrativo	1.6. Programa de comunicação social; 3.2. Cadastro Nacional de Obras; 4.1. Documentação da Contratada para a fiscalização; responsável pela elaboração e controle da correspondência administrativa e apoio para as equipes chave e de apoio.
1	Topógrafo	1.2. Estudo para disposição dos canteiros; 1.5. Controle da supressão de vegetação; 1.7. Compensação pela supressão vegetal; responsável técnico pelos levantamentos topográficos.
1	Desenhista	1.2. Estudo para disposição dos canteiros; 1.9. Elaboração do <i>as built</i> - como construído; 1.10. Manual de utilização, inspeção e manutenção; responsável técnico pelos desenhos técnicos.

1. Serviços valorados para pagamento da Contratada.

1.1. Vistorias dos imóveis do entorno.

I - Executar 2 (duas) campanhas de vistorias, em cada um dos 38 (trinta e oito) imóveis, somando aproximadamente 4.568,93 m² construídos por campanha, do entorno da OAE, listados no item II.

II - Escopo das inscrições cadastrais para as vistorias dos imóveis do entorno da frente de serviço, anexo 1:

Item	Rua	Bairro	IC	Lado	n.º	(m ²) Construído	(m ²) Terreno
1	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-61	E	sem	110,00	220,42
2	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-340	E	sem	94,00	345,66
3	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-330	E	58	90,00	332,15
4	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-320	E	sem	79,00	340,09
5	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-310	E	sem	98,00	339,30
6	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-305	E	sem	104,00	340,12
7	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-300	E	sem	94,18	300,00
8	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-290	E	sem	36,50	140,00
9	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-45	D	sem	54,00	322,97
10	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-40	D	313	184,00	184,00
11	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-30	D	sem	96,00	221,00
12	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-20	D	sem	88,00	295,85
13	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-10	D	sem	140,34	365,00
14	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-260	D	sem	85,13	360,00
15	Anêmonas	Fátima	13-21-0-65-243	D	95	96,60	328,00
16	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-402	E	198	180,00	242,10
17	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-410	E	sem	31,00	310,00
18	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-420	E	sem	60,00	337,13
19	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-430	E	sem	40,00	314,40
20	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-440	E	12	59,22	189,27
21	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-50	E	sem	18,40	367,29
22	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-14	E	sem	49,00	275,46
23	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-25	E	sem	80,00	210,58
24	Gladiolas	Fátima	13-21-0-65-35	E	sem	145,00	273,36
25	Esteves Junior	Guanabara	sem	D	sem		
26	Esteves Junior	Guanabara	sem	D	sem		
27	Esteves Junior	Guanabara	sem	D	sem		
28	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-30-364	D	107	159,00	766,00
29	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-30-389	D	235	121,20	360,00
30	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-30-401	D	231	549,66	360,00
31	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-30-413	D	225	280,05	360,00
32	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-30-425	D	205	154,60	360,00
33	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-30-461	D	153	151,10	306,00
34	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-33-219	E	sem	212,39	363,00
35	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-33-192	E	sem	311,28	363,00
36	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-33-178	E	164	111,20	363,00
37	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-33-165	E	152	127,91	408,00
38	Esteves Junior	Guanabara	13-21-0-33-153	E	140	278,17	442,00

4.568,93

III - A primeira campanha de vistorias antes de iniciar a obra, após a Ordem de Serviço (OS), em prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos para providenciar as anuências e finalizar a realização das vistorias *in loco*, e 5 (cinco) dias corridos para a elaboração dos laudos iniciais, conforme critérios da Contratante, e encaminhamento a fiscalização.

IV - A segunda campanha de vistorias conclusiva, até 30 (trinta) dias corridos, após o fim da construção da OAE, em prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos para providenciar as anuências e finalizar a realização das vistorias *in loco*, e 5 (cinco) dias corridos para a elaboração dos laudos conclusivos finais, conforme critérios da Contratante, e encaminhamento para a fiscalização.

IX - A Contratada deve atender aos critérios mínimos para aceitabilidade do laudo técnico de vistoria elaborado pelo Contratante, anexo 2.

V - Em relação ao conjunto das duas vistorias *in loco*, antes e após a execução da obra, com relação ao mesmo imóvel, analisar e elaborar conclusão após a última vistoria, informando, se a obra causou danos ao imóvel ou não.

VI - Em caso de dano ao imóvel decorrente da execução da obra, listá-los, indicar as possíveis causas, indicar as ações corretivas, quantificá-las, valorá-las, e tomar providências imediatas para saná-las, documentando as ações tomadas, para cada imóvel vistoriado, e após a conclusão do serviço encaminhar relatório revisado sobre os casos de danos e ações corretivas.

VII - Os laudos devem ser acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional que executou a vistoria *in loco* e elaborou os laudos técnicos.

VIII - Os documentos devem ser enviados para a fiscalização, na seguinte ordem, primeira campanha de vistorias, até 30 (trinta) dias corridos após OS, última vistoria conclusiva, até 30 (trinta) dias corridos, após o fim da construção da OAE.

Profissional: 01 Eng. Civil, responsável técnico, planejamento, organização, executar vistoria, elaborar documentos, coletar assinatura, emitir o relatório das Vistorias dos Imóveis do Entorno com ART;

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Por 2 (dois) meses em períodos de 30 (trinta) dias corridos distintos, o primeiro imediatamente após a emissão da OS e o segundo após o fim da construção da OAE.

1.2. Estudo para disposição dos canteiros.

I - Instalação da obra, providenciar:

- Anuência do local onde será instalado os canteiros de obras da Esteves, anexo 3, e Arena, anexo 4;
- Inspeção, registrada em relatório fotográfico, das condições anteriores ao início das atividades, para os locais dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Planta de localização dos canteiros de obras da Esteves e Arena, as quais deve indicar a entrada do canteiro, com coordenadas geográficas em Universal Transversa de Mercator em DATUM SIRGAS 2000 (UTM);
- Planta baixa dos canteiros de obras da Esteves e Arena, localizando as instalações suficientes para as necessidades da obra, onde indicará como se dará o tratamento de esgoto, ligado a concessionária, ou com banheiro químico;
- Planta hidrossanitária e memorial descritivo dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Planta de instalação elétrica e memorial descritivo dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Croqui com a localização do armazenamento dos resíduos da obra nos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Prever lugar adequado ao número de pessoas para o treinamento dos funcionários da obra em segurança do trabalho e educação ambiental em um dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Memorial descritivo dos canteiros de obras da Esteves e Arena explicando a logística do canteiro nas diversas etapas da obra;
- Proibido nos canteiros de obras da Esteves e Arena sua utilização para manutenção corretiva e abastecimento de máquinas e equipamentos, caso seja necessário tais tarefas, a Contratada deve providenciar que ocorram fora das dependências da obra, em local habilitado e licenciado para a atividade;
- Se utilizarem contêiner como uma instalação do canteiro de obras ou frentes de serviço, deve ser encaminhado para a fiscalização dentro do relatório do item 1.2., documentos comprobatórios, do cumprimento do subitem 18.17.2, da NR-18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, para análise e aprovação da fiscalização;
- Providenciar a instalação, registro e manutenção das placas da obra dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Prazo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da OS para a Contratada entregar para a fiscalização a comprovação dos serviços de estudo para disposição dos canteiros da OAE.

II - Desinstalação da obra, providenciar:

- A remoção das instalações dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- A destinação dos resíduos, caso seja necessário;
- A recomposição do local anteriores a sua ocupação;
- Inspeção, registrada em relatório fotográfico, das condições após a instalação das atividades, dos canteiros de obras da Esteves e Arena;
- Prazo de 30 (trinta) dias corridos após o fim da construção da OAE para enviar para a fiscalização a comprovação dos serviços de desinstalação da OAE.

Profissionais:

- 01 Eng. Civil, responsável técnico, planejamento, organização, vistoria, elaboração de cálculos, plantas, memorial descritivo, croqui, elaboração do relatório de instalação e desinstalação dos Canteiros de Obras com ART;
- 01 Topógrafo, responsável técnico pelos levantamentos topográficos;
- 01 Desenhista, responsável técnico pelos desenhos técnicos

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

1.3. Placas.

I - DANC, AuC, SPU e BID:

- Instalar placas, nos canteiros de obras da Esteves e Arena, para DANC, AuC, SPU e BID, logo após a demarcação do local da obra e antes do começo da limpeza do terreno, incluído o início da supressão;
- A DANC e a AuC vencem em 27/09/24;
- Prever atualização das placas quando das renovações;
- A DANC e AuC possuem datas de vencimento iguais conforme o Código Ambiental de SC;
- A DANC tem validade de um ano, após uma nova DANC será emitida;
- A AuC sofrerá alteração da data de vencimento vinculada ao vencimento da DANC.

II - Termo de averbação de área florestada: Instalar placa, após a conclusão dos documentos desta compensação na SAMA/PMJ, na Rua José Silveira Lopes, s/n, bairro Espinheiros, com a indicação da compensação ambiental, com a descrição dos documentos vinculatórios.

III - No máximo, um dia útil após a instalação e registro fotográfico da instalação de cada placa, ou de qualquer modificação na placa, a Contratada deve encaminhar para a fiscalização, o relatório do serviço executado.

IV - O registro fotográfico deve conter o que a placa descreve, assim como o local onde foi instalado, quanto a sua visibilidade para quem a olha de fora da obra, desta forma a fonte e a nitidez dos caracteres deve ser suficiente para uma leitura.

V - Providenciar um mapa de localização por placa ou conjunto de placas para enviar junto do registro fotográfico.

Profissional: 01 Técnico de Meio Ambiente, responsável técnico, para acompanhar, registrar e elaborar documentos.

Produto: Serviços, materiais e documentos acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

1.4. Programa de vistoria preventiva em máquinas e equipamentos.

I - A Contratada deve providenciar a vistoria preventiva de máquinas e equipamentos utilizados na atividade da obra, e só liberá-los para o trabalho, se atenderem a todos os requisitos da lista de verificação.



II - Ações necessárias para o programa:

- Verificação dos históricos de manutenção das máquinas, motores e equipamentos;
- Atendimento às normas e legislações pertinentes;
- Elaboração de cadastro técnico com registro fotográfico para caracterizar o objeto;
- Inspeções veiculares em máquinas e equipamentos para que atendam as normas e legislação pertinente, tanto ambiental, quanto de segurança e saúde do trabalho;
- Elaborar programação das paradas das máquinas;

III - Utilizar as lista de verificação para inspeção preventiva de máquinas e equipamentos, conforme os modelos recomendados pelo Contratante, para: caminhão basculante, caminhão carroceria, equipamento especial e escavadeira hidráulica. Caso existam outros equipamentos e máquinas, a Contratada deve adaptar com base nos modelos propostos, anexo 5.

IV - Executar a medição colorimétrica e enviar para a fiscalização relatório fotográfico identificando a máquina ou equipamento, comprovando o serviço, em todas as máquinas e equipamentos utilizados na obra, em escala programada para não afetar a execução da obra, conforme orientado na ABNT NBR 6016:2015 - Gás de escapamento de motor Diesel - Avaliação de teor de fuligem com a escala de Ringelmann.

V - Elaborar relatório mensal do programa de vistoria preventiva de máquinas, incluir todas inspeções e os acompanhamentos das máquinas na obra. Caso haja máquinas e equipamentos com problemas na obra, deverá ser apurado a causa e aberto um plano de ação corretivo, em relação a data da inspeção preventiva realizada e liberação.

VI - Frequência: Primeira vistoria antes de qualquer máquina e equipamento ser liberado para trabalhar na obra. Vistorias subsequentes, por máquina e equipamento, com **frequência trimestral**, em escalonamento programado pela Contratada, para não prejudicar o percentual de máquinas ativas na obra. Encaminhar para fiscalização a programação para análise e aprovação.

Profissionais:

- 01 Técnico de Meio Ambiente, executar as vistorias e registrar;
- 01 Eng. Sanitarista e Ambiental, responsável técnico, pela organização, planejamento e elaboração do relatório mensal e documentação deste serviço.

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

1.5. Controle da supressão de vegetação.

I - Informação. Levantamento Florestal e elaboração de senso total, anexo 6, ART 8874756-9, Eng. Agrônomo Luiz Carlos Moreira Da Maia, início: 01/05/23, fim: 31/07/23.

II - O responsável técnico da atividade de vegetação e compensação da Contratada, deve inicialmente, substituir a ART 8874756-9, anexo 7, de elaboração do senso total da vegetação, pela atividade de execução e elaboração de documentos de supressão e compensação de vegetação.

III - A fiscalização providenciará a substituição do técnico responsável no IBAMA após o recebimento da ART.

IV - A supressão só pode ocorrer com a presença do responsável técnico liderando em campo a equipe de funcionários que seguirão suas orientações e obedecendo as normas de segurança do trabalho aplicáveis para a atividade, incluir no relatório de supressão.

V - Elaborar cronograma atualizado de supressão da obra até 30 (trinta) dias corridos da emissão da OS, e encaminhar para a fiscalização analisar e aprovar.



VI - Providenciar, na área de corte, antes da supressão, e registrar no relatório de supressão, em capítulo à parte:

- o afugentamento e resgate de fauna, registrar com os mesmos parâmetros utilizados no relatório de fauna, do SinFATweb do IMA, referência fornecida, pelo Contratante, anexo 8;
- a presença de colmeias de abelhas na área de intervenção, caso ocorra, deve providenciar sua remoção do local de intervenção, através de especialistas;
- o resgate e a translocação de epífitas, eventualmente presentes na área de corte, para locais lindeiros sem intervenção do corte.

VII - Árvores a suprimir totalizam 79 (setenta e nove), conforme senso total, com o seguinte quantitativo: (55 mangue-branco; 20 mangue-preto; 1 mangue-vermelho; 1 aroeira-vermelha; 1 dipsis; 1 sete-copas). Área de supressão conforme projeto de supressão, anexo 9, composto pela rampa localizada na cabeceira da Rua Esteves Júnior, com área de intervenção de 145,00 m², sobre a vegetação, e dos espaços de 9,0 m², a serem ocupados, pelos 13 pontos de estaqueamento, totalizando dessa forma, 262,00 m² de intervenção sobre a vegetação. A supressão ocorrerá inicialmente na cabeceira da Rua Esteves Junior - bairro Guanabara, local da base da rampa, e o restante das árvores do senso na área de mangue serão suprimidas conforme o Cantitravell for sendo lançado durante o processo de construção das fundações e blocos.

VIII - A vegetação a ser suprimida, pode ser dividida em dois grupos:

Galharia será enviada com Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR) para Destinatador que possua atividade compatível com a tecnologia de aterro, reciclagem ou compostagem.

Tronco e cepos, material lenhoso, entram na contagem da cubagem, e serão enviados, se necessário, mediante Documento de Origem Florestal (DOF) e MTR, na condição de doação, a Contratada deve providenciar o termo de doação, a detentor que deve comprovar inscrição no sistema do IBAMA nas atividades de: 18-11 - Transporte de produtos florestais, e 20-2 - Exploração econômica de madeira ou lenha e subprodutos florestais. Após a comprovação da inscrição dessas atividades no sistema do IBAMA, e a comunicação a fiscalização, o Município de Joinville (gerador), representado pela Contratada, detentor da AuC, irá emitir uma oferta de madeira no sistema do IBAMA, para o recebimento da empresa recebedora da doação da madeira nativa, permitindo então a emissão do DOF, este processo de documentação deve constar no relatório da supressão.

IX - O transporte de troncos e cepos, material lenhoso, caso necessário, será por conta da empresa que receber a doação do material lenhoso.

X - Caso não se consiga obter empresa para receber a doação, o material lenhoso ficará cubada dentro da propriedade da obra, até segunda ordem.

XI - Caso a Contratada utilize motosserra, o equipamento deve possuir licença para porte e uso (LPU) cadastro no IBAMA ativo em favor de que irá utilizá-la e este documento deve estar no relatório da supressão.

XII - Elaborar e apresentar para fiscalização, o relatório de supressão, com registro fotográfico, documentos, ART e informações sobre a volumetria apurada, mensalmente durante o período de supressão, e no final, em no máximo 5 (cinco) dias corridos, após a conclusão da supressão do último pilar e bloco construído.

Profissionais:

- 01 Técnico de Meio Ambiente, responsável técnico, para auxiliar na execução, acompanhar e registrar as ações envolvidas;
- 01 Biólogo ou Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal, responsável técnico, pela execução e orientação da supressão de vegetação, elaboração dos documentos legais;
- 01 Topógrafo, responsável técnico, pela demarcação do local do serviço.

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.



1.6. Programa de comunicação social.

I - Identificar emergências ou ocorrências, internas da obra ou externas, que possam influenciar no cronograma executivo e do entorno, a serem comunicadas.

II - Identificar as mudanças no trânsito a serem comunicadas, promovendo a divulgação local sobre trânsito, rotas de desvio e acessos, quando couber.

III - Acompanhar e registrar as ocorrências dos impactos positivos e negativos da obra, incluindo a Ouvidoria.

IV - Não conformidades da obra passarão por análise de causa e efeito, por parte dos responsáveis das áreas de origem do problema. Para cada causa será aberto um plano de ação corretivo e preventivo, a ser mantido até a conclusão. Os dados serão planejados a fim de alimentar indicadores. As análises de causa e efeito, suas soluções, sua estatística e indicadores constarão no relatório mensal do Programa de Comunicação Social.

V - Providenciar a comunicação documentada, com devidos procedimentos normatizados internamente no programa, para garantir a perfeita operacionalidade dos impactos, positivos e negativos, que a implantação da obra gerará no trânsito local.

VI - Elaborar minutas de comunicação para divulgações em domínios da Contratante, encaminhando para a fiscalização deliberar e aprovar seu conteúdo previamente.

VII - Subsidiar a fiscalização na resposta dos questionamentos advindos da Ouvidoria, bem como dar pronto encaminhamento da comunicação para ações corretivas e medidas de adequações internas da obra relacionadas com o fato gerador.

VIII - Caso aconteçam não conformidades a Contratada deve abrir um plano de ação e corrigi-la imediatamente, tendo como prioridade o cumprimento do cronograma de execução da obra.

IX - O responsável pela comunicação deve ficar atento as situações de saúde dentro e fora da obra, e cobrar dos responsáveis internos medidas preventivas para não impactar negativamente a obra perante a comunidade.

X - Frequências dos serviços do programa de comunicação social:

- Comunicados de utilidade pública sobre impactos que a obra vier a causar - a qualquer momento, em antecedência a estes;
- Resposta de manifestações de Ouvidoria - diário, até 5 (cinco) dias corridos;
- Notícias de atualização do andamento da obra em canais próprios - semanal;
- Matérias sobre aspectos positivos, relevantes e inovadores da obra, método construtivo, mobilidade - mensal;
- Relatórios do programa de comunicação social - mensal.

Profissionais:

- 01 Técnico em Comunicação Social, responsável técnico, acompanhar, registrar, organizar, desenvolver atividades, elaborar documentos;
- 01 Técnico Administrativo, apoio administrativo do escritório.

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

1.7. Compensação pela supressão vegetal.

I - Créditos de Reposição Florestal:

- Providenciar 3 (três) orçamentos atualizados, validade de 15 (quinze) dias corridos da emissão do orçamento, para a fiscalização avaliar e aprovar;

- Providenciar a compra em nome do Contratante para o volume de 3,15 st, em até 5 (cinco) dias corridos da aprovação da fiscalização;
- Providenciar a transferência de créditos no IBAMA em nome do Município de Joinville, CNPJ 83.169.623/0001-10, CTF/APP-IBAMA 1206500, logo após a compra dos créditos;
- Registrar as ações em relatório com a comprovação do serviço e encaminhar para a fiscalização aprovar.

II - Termo de Averbação de Área Florestada:

- Providenciar a elaboração da compensação, com ART, para 262,00 m², conforme poligonal, anexo 10, e todos documentos necessários, conforme IN 002/2024 SAMA, anexo 11, referenciado para a inscrição cadastral 13-21-43-50-86, conforme SCG, anexo 12, matrícula 107.257, anexo 13, do imóvel do Município de Joinville, situado na Rua José Silveira Lopes, s/n - Espinheiros - Joinville;
- Elaborar documento de vistoria do local, incluindo os documentos legais comprobatórios, a demarcação da área de compensação com piquetes e fita zebra, e da instalação da placa da compensação na testada do lote com visibilidade para o público da via, após, a conclusão da referida documentação.
- Registrar as ações no relatório compensação de área florestada com as devidas comprovações do serviço.

Profissionais:

- 01 Técnico de Meio Ambiente, para auxiliar na execução, acompanhar e registrar as ações envolvidas;
- 01 Biólogo ou Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal, responsável técnico, pela execução, orientação e elaboração dos documentos legais;
- 01 Topógrafo, responsável técnico, pela demarcação do local do serviço.

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

1.8. Educação ambiental.

I - Elaborar o treinamento de educação ambiental para os funcionários da obra, e encaminhar para aprovação da fiscalização, até 30 (trinta) dias corridos, após a OS.

II - Aplicar o treinamento:

- a partir de 40 (quarenta) dias corridos, após a OS; e
- após o primeiro treinamento, **a cada trimestre**, para quem ainda não foi treinado ou precise de reforço, dentro do prazo de execução da obra.

III - Registrar fotograficamente o treinamento, providenciar a lista de presença e avaliação do treinamento do ministrante, pelos funcionários treinados, compilar um consolidado da avaliação dos colaboradores, e fazer uma autoavaliação do responsável técnico que ministrou o treinamento.

IV - Elaborar o relatório da educação ambiental na OAE, e enviar para a fiscalização, até 60 (sessenta) dias corridos da OS, com ART de elaboração e execução.

Profissionais:

- 01 Eng. Sanitarista e Ambiental, responsável técnico, pela elaboração e emissão de ART da educação ambiental na OAE, planejamento, organização, treinamento dos colaboradores;

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

1.9. Elaboração do *as built* - como construído.

I - O *as built* deverá ser efetuado ao longo do andamento das obras, sendo entregue por etapas construídas, a cada boletim de medição mensal, 30 (trinta) dias corridos, a partir do término da



execução das etapas da OAE, representando um processo com a fidedignidade de todos os detalhes da obra construída.

II - Usar como referência bibliográfica adaptando para um projeto de OAE a ABNT NBR 14645-1:2001 - Elaboração do "como construído" (as built) para edificações - Parte 1: Levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área até 25.000 m², para fins de estudos, projetos e edificação - Procedimento; incorporada com a errata 1 de 30/05/01, confirmada em 02/12/19.

III - Após o fim da construção da Obra, encaminhar para fiscalização, o *as built* completo (acumulado), em arquivo digital (PDF, DWG e DXF, versão CAD 2020 e 2010).

Profissionais:

- 01 Engenheiro Civil Coordenador, responsável técnico, pela elaboração das plantas e memorial descritivo;
- 01 Desenhista, responsável pelos desenhos do *as built*.

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Encaminhamento do *as built* por etapas após executadas e finalizadas, a cada boletim de medição mensal, a partir do término da execução das etapas da OAE, com emissão de ART de responsabilidade pela elaboração e execução, que acompanha as plantas.

1.10. Manual de utilização, inspeção e manutenção preventiva e corretiva.

I - Elaborar o manual seguindo orientações dispostas em Brasil. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. Manual de projeto de obras-de-arte especiais - Rio de Janeiro, 1996. 225p. (IPR. Publicação, 698). 1. Ponte de Concreto Armado - Projetos. 2. Ponte de Concreto Protendido - Projetos. I. Série. II. Título

II - Deve conter, no mínimo, todas as especificações, procedimentos a serem executados, equipe necessária, vistorias submersas, ensaios para durabilidade, aparelho de apoios, juntas, cordoalhas, aparelhos de protensão etc., enfim, todos os elementos para garantir a durabilidade da OAE.

III - Descrever a periodicidade das ações de manutenção submersa, aparelhos de apoio, juntas, ensaios para durabilidade da OAE, entre outros.

IV - O manual de utilização, inspeção e manutenção preventiva e corretiva deve ser elaborado por profissional habilitado.

V - Esse manual deve especificar, de forma clara e sucinta, os requisitos básicos para a utilização e a manutenção preventiva e corretiva, necessários para garantir a vida útil prevista para a OAE construída.

VI - Deve ser considerado no manual através de listas de verificação:

- as estruturas que mereçam consideração especial devem ser contempladas; e
- os elementos não estruturais que possam influir no processo de deterioração das estruturas devem ser vistoriados periodicamente.

Profissionais:

- 01 Engenheiro Civil Coordenador, responsável técnico, pela elaboração dos documentos;
- 01 Desenhista, responsável pelos desenhos.

Produto: Serviços e documentos acima indicados.

Prazo: A partir do 15º (décimo quinto) mês, após a emissão da OS, por 3 (três) meses.

1.11. Elaboração do TDR e orçamento para a manutenção.



I - Elaborar o Termo de Referência - TDR com seu devido orçamento qualitativo e quantitativo, para os serviços e materiais necessários, para uma futura contratação de manutenção da OAE, após sua construção.

II - Este produto visa controle de execução e gestão da qualidade do sistema de manutenção.

III - Este TDR deve levar em conta o manual de utilização, inspeção e manutenção preventiva e corretiva da OAE.

IV - O orçamento deverá ser planilhado pela Contratada para efeitos de importação ao Sistema Ciga-Obras utilizado pela Contratante, acesso em <https://obras-ng.ciga.sc.gov.br/login>.

V - Prever no TDR, no mínimo, os seguintes quesitos que serão necessários para a manutenção:

- Os locais exatos que devem sofrer a manutenção preventiva;
- A qualificação e quantificação da mão de obra;
- Os equipamentos, utensílios, maquinário necessários; e
- A obtenção de todas as licenças, planos etc.

Profissionais:

- 01 Engenheiro Civil Coordenador, responsável técnico, pela elaboração dos documentos.
- 01 Orçamentista, responsável técnico, pela elaboração e cotações dos serviços e materiais.

Produto: Serviços e documentos acima indicados.

Prazo: A partir do 15º (décimo quinto) mês, após a emissão da OS, por 3 (três) meses.

2. Serviço não valorado para pagamento na medição mensal, de obrigação da Contratada.

2.1. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

I - Representar o Gerador "Município de Joinville", CNPJ 83.169.623/0001-10, no Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos no Estado de Santa Catarina - Sistema MTR, (<http://mtr.ima.sc.gov.br/>), e será responsável técnico pelo uso do código de unidade "91375", denominada "Ponte Anêmonas", a senha de acesso será passado pela fiscalização em reunião específica, após a emissão da ordem de serviço, dos especialistas de meio ambiente da fiscalização e Contratada. Neste usuário "91375", o responsável técnico ambiental da Contratada, irá elaborar e executar, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), anexo 14, e terá 15 dias corridos, após a emissão da ordem de serviço, para enviar a fiscalização, a comprovação do cadastro do PGRS, no Sistema do IMA, pelo usuário "91375", com sua respectiva ART, de elaboração e execução, com período de início da ordem de serviço e final ao término do cronograma executivo da obra.

II - Utilizar o Sistema de MTR, para emitir MTR, Declaração de Movimentação de Resíduos e Rejeitos (DMR) (Inventário) e PGRS dos resíduos da obra em nome do Município de Joinville - gerador.

III - Pesquisar transportador e destinador legalmente aptos a transportarem e receberem os resíduos da obra. Para tanto, a Contratada enviará mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência, as Licença Ambiental Operacional (LAO)s dos transportadores, quando couber, e dos Destinadores, obrigatório, LAOs estas, devem estar ativas, e com atividades compatíveis para cada tecnologia de tratamento relacionada ao resíduo a ser tratado.

IV - A escolha do Destinador ambientalmente adequado conforme compatibilidade entre resíduo, atividade da LAO e tecnologia é incumbência do responsável técnico ambiental da Contratada.

V - Proceder seguindo as instruções a seguir, para a emissão de:

- MTR para a destinação de resíduo, deve ser emitido, no sistema do MTR do IMA, pela Contratada, para cada transporte de resíduo, durante o exercício do mês de referência, salvo os resíduos domiciliares e recicláveis, atendidos pela coleta regular do Município, consultar datas e horários de atendimento em Mapas de Setorização da Coleta de Resíduos do Município de Joinville:



(<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/mapas-setorizacao-coleta-de-residuos-municipio-de-joinville/>);

- Certificado de Destinação Final de Resíduos e Rejeitos (CDF) deve ser emitido, no sistema do MTR do IMA, pela empresa Destinadora, até no máximo, o terceiro dia útil, após o término do mês de referência, uma vez por mês, com os MTRs do mês de referência anterior, e é obrigação da Contratada, providenciar esta forma de frequência com seu Destinator, e encaminhar, um único CDF mensal, por destinator, resíduo e classe, para fiscalização, com suas respectivas LAOs (Destinador - obrigatório e Transportador - se exigível) anexadas, legíveis até, até o quinto dia útil após o término do mês de referência;
- DMR deve ser emitido pela Contratada, no Sistema do MTR, até o terceiro dia útil, do mês subsequente do semestre de referência, no responsável legal, preencher Adriano Bornschein Silva, enviar para fiscalização, até o quinto dia útil, do mês subsequente do semestre de referência.

VI - A Contratada receberá da fiscalização, na primeira reunião de meio ambiente, após a ordem de serviço, um modelo de planilha geral de acompanhamento a ser atualizado pela Contratada e que deverá sempre acompanhar o envio dos documentos mensais para a fiscalização.

VII - Providenciar a retirada do ambiente da obra, conforme o resíduo seja gerado, e encaminhar para destinação correta todo e qualquer resíduo encontrado ou gerado, conforme determina a legislação ambiental.

VIII - Não é permitido o armazenamento provisório de resíduos no local da obra, em função desta atividade não ser licenciada na obra.

IX - Comunicar, formalmente, seus colaboradores e observar na elaboração documentos, o que determina o § 1º, do art. 4º, da Resolução CONAMA 307, válida a partir de 17/07/02, que determina: "Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei."

X - A Contratada é responsável:

- Por manter seus colaboradores treinados, quanto ao PGRS, da importância da correta segregação, cuidados higiênicos, da imagem da obra relacionada ao gerenciamento dos resíduos, e das implicações para quem não cumprir a legislação ambiental, iniciando a partir, de dois meses, da emissão da ordem de serviço, e após, a cada trimestre, para quem ainda não foi treinado dentro do prazo da obra;
- Por manter o adequado armazenamento compatível com o volume dos resíduos gerados, de maneira, que seu descarte seja sincronizado a geração;
- Por manter o armazenamento perfeitamente identificado;
- Pelo controle de zoonoses advindas do acúmulo de resíduos domiciliares biológicos.
- Pelo bem-estar dos colaboradores no interior das frentes de serviço e no canteiro de obra.

XI - Fiscalizar diariamente a identificação, o armazenamento e tudo que envolva a logística dos resíduos, promovendo registros fotográficos semanais destes locais, que serão reportados no relatório mensal do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Profissionais:

- 01 Técnico de Meio Ambiente, identificar o resíduo, emitir o MTR conforme orientação, acompanhar o embarque da carga, conferir o transportador, entregar o MTR para o transportador, confirmar que o resíduo foi recebido no destinator através do Sistema de MTR, solicitar o CDF mensal, providenciar e vistoriar a correta separação e identificação do armazenamento dos resíduos, executar o PGRS;
- 01 Eng. Sanitarista e Ambiental, responsável técnico, pela elaboração e emissão de ART do PGRS, planejamento, organização, orientação do colaborador técnico, análise e soluções dos problemas do PGRS, contato com fornecedores, escolha dos Destinadores e Transportadores, treinamento dos colaboradores;

Produto: Serviços acima indicados.

Prazo: Imediatamente após a emissão da OS.

3. Documentos obrigatórios e legais da obra antes da OS.

3.1. ART dos responsáveis legais e técnicos da contratada para execução.

I - ART, do profissional responsável, legal e técnicos, com relação a atividade desenvolvida na execução da obra, para o período compreendido entre a emissão da OS até o término da execução da obra, junto ao conselho de classe profissional.

II - ART principal.

01 Eng. Civil Coordenador, responsável técnico e legal execução de instalação da OAE, incluindo elaborar o as built; elaborar as plantas e memorial descritivo, elaborar o manual de utilização, inspeção e manutenção preventiva e corretiva, elaboração do TDR e orçamento para a manutenção, participar presencialmente de todas as reuniões com a fiscalização, repassar instruções para subordinados.

III - ARTs dos responsáveis técnicos, vinculadas a ART principal.

01 Eng. residente, responsável técnico por acompanhar dentro da obra em tempo integral toda a execução e pelo estudo para disposição dos canteiros.

01 Eng. Civil, responsável técnico pelas vistorias dos imóveis do entorno, planejar, executar, registrar e elaborar anuências e laudo técnico inicial e final das duas vistorias, do mesmo imóvel, analisar e elaborar conclusão, informando se a obra causou danos ao imóvel ou não. Caso cause danos proceder a descrição do serviço para a não conformidade.

01 Eng. de Segurança do Trabalho, responsável técnico pela segurança do trabalho e higiene ocupacional; controle de sinalização de obra em vias públicas; plano de atendimento a emergências.

01 Eng. Sanitarista e Ambiental, responsável técnico, pelo programa de vistoria preventiva em máquinas e equipamentos, organização, planejamento e elaboração do relatório mensal e documentação deste serviço; pela educação ambiental, elaborar e aplicar o treinamento para todos da obra, elaborar o relatório, com ART de elaboração e execução, pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos; responsável técnico, pela elaboração e emissão de ART do PGRS, controle do colaborador técnico, análise e soluções dos problemas do PGRS, contato com fornecedores, escolha dos Destinatores e Transportadores, treinamento dos colaboradores.

01 Biólogo ou Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal, responsável técnico pelos controle da supressão de vegetação e compensação pela supressão vegetal.

01 Técnico orçamentista, responsável técnico, pela pesquisa e elaboração de orçamentos e cotações dos serviços e materiais necessários para a manutenção.

01 Técnico em Comunicação Social, responsável técnico pelo programa de comunicação social, acompanhar, registrar, organizar, desenvolver atividades, elaborar documentos.

02 Técnico em Meio Ambiente, responsável técnico pela implantação das placas da obra; pelo auxílio no programa de vistoria preventiva em máquinas e equipamentos, acompanhar, registrar as ações envolvidas e elaborar documentos; pela execução do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, identificar o resíduo, passar para o responsável técnico, emitir o MTR conforme orientação do responsável técnico, acompanhar o embarque da carga e conferir o transportador, entregar o MTR para o transportador, confirmar que o resíduo foi recebido no destinador através do Sistema de MTR do IMA, solicitar o CDF mensal, providenciar e vistoriar a correta separação e identificação do armazenamento dos resíduos, executar o PGRS.

02 Técnico de Segurança do Trabalho, responsável técnico, pelas atividades de vistoria e elaboração de relatórios e documentos na área de segurança do trabalho, higiene ocupacional e sinalização de vias públicas e pelo plano de atendimento a emergências;

01 Topógrafo, responsável técnico pelos levantamentos topográficos no estudo para disposição dos canteiros, no controle da supressão de vegetação e na compensação pela supressão vegetal.

01 Desenhista, responsável técnico pelos desenhos técnicos do estudo para disposição dos canteiros; da elaboração do as built; do manual de utilização, inspeção e manutenção.

01 Orçamentista, responsável técnico para elaborar orçamentos e cotações dos serviços e materiais para a manutenção.



3.2. Cadastro Nacional de Obras.

I - A Contratada deve cadastrar a obra de construção civil junto à receita federal, através do Cadastro Nacional de Obras (CNO), para cumprir as obrigações tributárias (entregar declarações e realizar pagamentos) e, ao final da obra, obter a certidão de regularidade fiscal relativa à obra.

II - O CNO é requisito para averbar a construção no registro de imóveis, caso seja necessário.

III - Inscrever a obra no CNO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados a partir da OS, e apresentá-lo a fiscalização, no máximo até 10 (dez) dias corridos de sua emissão pela receita federal.

IV - Obter a certidão de regularidade fiscal relativa à obra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados, da data do termo de recebimento definitivo da obra, e apresentá-lo a fiscalização, no máximo até 10 (dez) dias corridos de sua emissão pela receita federal.

4. Documentos obrigatórios e legais da obra após a OS.

4.1. Documentação da contratada para a fiscalização.

I - O caput, do art. 121, da Lei 14.133/2011, estabelece a responsabilidade exclusiva da Contratada pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

II - Toda a documentação para ser protocolada para a obra, dentro do processo de gestão de contrato, deve vir somente para o e-mail da seinfra.ue@joinville.sc.gov.br, não enviar documentos da obra para o e-mail dos fiscais. No título do e-mail iniciar sempre, "TC xxx/xxxx - assunto".

III - No SEI do processo de gestão do contrato o limite de espaço dos arquivos é de 50 MB. Quando o documento for maior é dever da Contratada separar em partes.

IV - Todo o protocolo de documentos do processo deve vir através de ofício sequencial da Contratada assinada pelo representante legal. No ofício deve constar o descritivo dos nomes dos arquivos dos anexos e seu teor.

V - Todas as fotos dos documentos e dos grupos de mensagem, tipo "WhatsApp" da obra devem ser registradas com dia, hora e coordenadas geográficas em UTM. Não serão aceitos nos documentos sem os devidos registros.

VI - Não serão aceitos documentos, (ART, Projetos, outros), sem assinaturas, do responsável técnico e do Contratante, portanto, antes de enviar o documento oficialmente para a fiscalização, a Contratada deve enviar para fiscalização, previamente, o documento assinado pelo responsável técnico, digitalmente, para a coleta da assinatura, digital, do Contratante.

VII - Não serão analisados documentos em desacordo com as regras gramaticais da língua portuguesa, ou em desacordo com as norma da ABNT.

VIII - Os documentos devem ser personalizados para a obra, não serão aceitos documentos com textos genéricos, pois todas as informações da obra são conhecidas pela Contratada.

IX - Toda vez, que as atividades forem paradas, ou tiverem seu ritmo prejudicado, é responsabilidade da Contratada, apresentar suas ações de equiparação de tempo contratual, na próxima reunião com a fiscalização, para deliberação e aprovação, após o evento, para recuperar o tempo perdido, caso ocorra.

4.2. Segurança do trabalho e higiene ocupacional.

I - Conforme Circular SEI 0020163960/2024 - SGP.USS.SMT, de 27/02/24, "A Contratada deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, anexo 15."

II - Os temas pertinentes ao componente Saúde e Segurança englobam questões voltadas tanto aos trabalhadores que atuam diretamente nas obras quanto a população direta e indiretamente afetada. Em relação aos trabalhadores, o responsável técnico da Contratada pela saúde e segurança, responderá sobre os requisitos da legislação, de modo a garantir que os procedimentos de saúde e segurança estejam em conformidade para todas as atividades da obra, controlando a qualidade dos ambientes de trabalho sob a ótica de higiene, saneamento e ergonomia, além de propor medidas de prevenção à acidentes em todas as frentes de serviço. O responsável deverá verificar se os serviços da obra estão sendo realizados prezando a segurança da população, dos colaboradores e do trânsito, respeitando legislações e normativas correlatas, alertando, instruindo os envolvidos, relatando os casos de não conformidade à fiscalização, propondo soluções e realizando o gerenciamento de riscos, de emergências e contingências na execução das obras.

III - Acompanhar diariamente, o registro, o controle e prover os treinamentos e condições para atender as Normas Regulamentadoras de Medicina e Segurança do Trabalho, no mínimo, as listadas abaixo:

- NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
- NR 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- NR 06 - Equipamento de Proteção Individual;
- NR 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR 17 - Ergonomia;
- NR 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção;
- NR 21 - Trabalhos a Céu Aberto;
- NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- NR 26 - Sinalização de Segurança;
- NR 35 - Trabalho em Altura.

IV - Elaborar e encaminhar para fiscalização, após 30 (trinta) dias corridos da OS e posteriormente a cada mês, o quadro funcional da obra através dos seguintes documentos:

- Planilha de controle com Cargo, Nome, CPF, CTPS, RG, CNH, Nascimento, Sexo, Admissão, Demissão, Remuneração (hora/mês), Insalubridade (s/n), Status (Ativo/Afastado), Motivo Afastamento.
- Relatório de Acidentes, se ocorrerem;
- Relatório de vistorias em todas as NRs quanto à execução da obra, com ações corretivas e preventivas.

V - Documentos das NRs da Contratada específicos para a obra, encaminhar para fiscalização 30 (trinta) dias corridos após a OS e imediatamente após serem alterados:

- Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, inicial e personalizado para todas as etapas da obra conforme projeto executivo, e conforme avançar o cronograma executivo, atualização com suas alterações e adaptações de efetivo durante a vigência da obra;
- PCMSO exclusivo para a obra;
- Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, exclusivo para a obra;
- Perfil Profissiográfico Previdenciário, exclusivo para a obra;
- Composição do SESMT, da obra;
- Composição da CIPA, da obra.

VI - Encaminhar junto com os documentos da 1ª medição para fiscalização, para os colaboradores alocados na obra:

- Ficha de registro de empregado;
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de cada colaboradores de obra;
- Contrato de Trabalho;
- Ficha de entrega de EPIs de cada colaborador da obra;
- Cópia da CTPS (identificação, contrato de trabalho)
- Seguro de vida do colaborador;
- Certificado de capacitação na NRs por colaborador;
- Certificado de capacitação do cargo;
- Planilha de controle com nome e capacitação nas NRs, data e comprovação com certificado. O certificado só deverá ser apresentado inicialmente e se houver mudanças, ou um novo após o vencimento.

VII - Encaminhar junto com os documentos da medição para fiscalização, para os colaboradores alocados na obra, mensalmente, só quando conter alterações:

- ASO de cada colaboradores de obra;
- Contrato de Trabalho;
- Ficha de entrega de EPIs de cada colaborador da obra;
- Cópia da CTPS (identificação, contrato de trabalho)
- Seguro de vida do colaborador;
- Certificado de capacitação na NRs por colaborador;
- Certificado de capacitação do cargo;
- Planilha de controle com nome e capacitação nas NRs, data e comprovação com certificado. O certificado só deverá ser apresentado inicialmente e se houver mudanças, ou um novo após o vencimento.

4.3. Controle de sinalização de obra em vias públicas.

I - Garantir que o controle de sinalização de obra em vias públicas esteja sendo executado conforme o disposto em Brasil - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) - Diretoria Executiva - Instituto de Pesquisas Rodoviárias - Manual de Sinalização Rodoviária - 3ª.ed. - Rio de Janeiro, 2010, 412p. (IPR, Publicação 743).

II - O controle de sinalização de obra em vias públicas deve interagir com o Programa de Comunicação Social e com o responsável pela execução da obra.

III - Prover placas de sinalização de obra em vias públicas suficientes para garantir a segurança dos envolvidos, manter a conservação e a visibilidade (diurna e noturna). No máximo, um dia útil, após a instalação das placas, a Contratada deve encaminhar para a fiscalização relatório fotográfico do atendimento desta ação.

IV - Lançar em controle interno diária as medidas de segurança realizadas quanto à sinalização de obra em vias públicas realizadas no entorno, dentro da área de influência direta, nos casos de transporte de peças estruturais moldadas de grande porte, transporte de máquinas pesadas e peças de máquinas e equipamentos pesados, que possam causar lentidão no trânsito local.

V - Elaborar relatório, mensal, de controle de sinalização de obra em vias públicas com ART, relatando os fatos ocorridos, incluindo os controles internos, demonstrando com o registro fotográfico, e encaminhar para fiscalização a partir de 30 (trinta) dias corridos da OS.



4.4. Plano de atendimento a emergências.

I - Comunicação das máquinas. Todo operador, de máquina e equipamentos, deve ter acesso a um sistema de comunicação com o responsável técnico residente da OAE e treinamento para reportar a seus responsáveis ocorrências na operação, da máquina ou equipamento, e que tenham risco de atolamento no solo mole.

II - Encaminhar para a fiscalização o Plano de Atendimento a Emergências, até 30 (trinta) dias corridos da OS, com ART do responsável técnico que elaborou.

III - Manter o Plano de Atendimento a Emergências atualizado e funcional.

5. Licenças e autorizações.

Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC

Protocolo de Autorização de Obras em Imóvel da União.

Data: 09/08/2023. Situação - Finalização para autorização: 11/03/24

Interessado: Município de Joinville, CNPJ 83169623000110

Atendimento: SC06619/2023 - Processo SPU/SC: 10154.146656/2023-72, anexo 16.

Capitania dos Portos - obtenção da autorização de não óbice a implantação de OAE no rio Itaum-açú - NORMAN-303/DPC - protocolo 442-001096/2024, em 05/03/2024, criação DEL-01.2, anexo 17.

Declaração de Atividade Não Constante (DANC) 0018527495/2023, na Resolução Consema 98/2017, "Instalação de Obra de Arte Especial, (ponte), entre a rua Anêmonas, bairro Fátima, e rua Esteves Júnior, bairro Guanabara, sobre o rio Itaum, com extensão de 210,33 m e 14,40 m de largura, e requalificação do sistema viário e reurbanização das ruas Anêmonas e Esteves Júnior, para a implantação do binário destas com a rua Guanabara, em área urbana (AUPA e AUAC)", emissão SAMA.UAT.AEE, em 27/09/23, validade até 27/09/24, anexo 18.

Autorização de Corte (AuC) de Vegetação, 2042.8.2023.26218, emissão SAMA.UAT.AEE, em 27/09/23, validade até 27/09/24, anexo 19.

I - A Contratada irá trabalhar a serviço do Contratante e deve representá-lo nas obrigações das licenças ambientais e portarias autorizativas, portanto sua proposta financeira deve abarcar todos os serviços deste TDR.

II - A equipe da fiscalização dará suporte final aos responsáveis técnicos da Contratada, no acesso ao CNPJ do Contratante, e na obtenção das assinaturas internas do Contratante, necessárias para os documentos legais.

III - Providenciar que fique à disposição da fiscalização no canteiro de obra e frentes de serviço, cópia das licenças e autorizações da obra.

REGIS ANTONIO
KONZEN

HEITLING:40801411068

Assinado de forma
digital por REGIS

ANTONIO KONZEN

HEITLING:40801411068

Dados: 2024.03.25

15:46:24 -03'00'



Critérios mínimos para aceitabilidade do Laudo Técnico de Vistoria da Contratada

Objetivo: Resguardar a devida defesa do Município de Joinville contra a possibilidade de o proprietário do imóvel cobrar ações indenizatórias de danos materiais, em função da execução de obra de Infraestrutura em local de implantação da OAE quanto a dano em sua edificação lindeira à frente de serviço.

A Contratada deve realizar vistoria antes e após a execução da obra na frente do imóvel, e após, avaliar se houve ou não alteração no imóvel inspecionado em decorrência da execução da obra de infraestrutura. Após cada vistoria a Contratada deve encaminhar a fiscalização o Laudo Técnico de Vistoria.

O Laudo Técnico de Vistoria deve conter os dados abaixo relacionados, extraídos do Sistema Gestão Cadastral, em <http://sgc.joinville.sc.gov.br/show>, do Município de Joinville para imóveis na macrozona urbana, para obter as informações necessárias ao serviço.

1) Identificação do imóvel

- Inscrição cadastral;
- Matrícula no registro imobiliário;
- Proprietário;
- CPF ou CNPJ proprietário;
- Endereço correspondência proprietário;

2) Localização do imóvel

- Macrozona;
- Setor/Área;
- Zona alíquota;
- Zona setor;
- Logradouro;
- Número;
- Bairro;
- CEP.

3) Dimensões

- Distância, em (m), da edificação vistoriada ao trecho de obra.
- Dados do projeto executivo em relação a localização da edificação (caracterização do solo entre o rio e a edificação, característica no lençol freático), antes da obra e depois da execução.
- Área do terreno (m²);
- Área construída (m²);
- Testada principal (m).

4) Patrimônio Histórico

- Imóvel tombado ou em processo de tombamento, se aplicável;
- Utilizar o SIMGeo, em <https://simgeo.joinville.sc.gov.br/>, utilizando as camadas do [Patrimônio Histórico Cultural](#), na pesquisa.

5) Unidades autônomas

- Inscrição Cadastral;
- Nome do proprietário;
- Endereço;
- Complemento;
- Área (m²).

6) Unidades de avaliação

- Tipologia;
- Uso;
- Área (m²);
- Ano construção;

**REGIS ANTONIO
KONZEN
HEITLING:40801
411068**

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:4080141106
8
Dados: 2024.03.21
17:40:07 -03'00'

- Estrutura;
- Complemento.

7) O Laudo técnico de vistoria se aplica à área comum da edificação e estruturas como as partes internas e externas: galpões, garagens, calçadas, muros ou assemelhas de divisa da edificação, pilares, vigas, paredes, platibanda, chaminés, telhado (inspecionado do solo, aspectos gerais de integridade quanto a conservação), portas, janelas, escadas, poços artesianos, todas as estruturas construídas acima do solo etc. Os locais internos da edificação serão vistoriados, conforme os espaços construídos.

8) O Laudo técnico de vistoria deve vir em ordem crescente de inscrição cadastral e por data de vistoria e acompanhado com sua respectiva ART válida até a conclusão do laudo, do profissional habilitado que realizou a vistoria *in loco*, para a atividade em pauta.

9) A data de inspeção deve se relacionar com a frente de serviço da execução da obra em relação a testada principal do imóvel, e garantir as condições do objetivo do laudo técnico de vistoria, em duas condições de tempo, quanto a execução da obra, o antes e depois da execução. Após a conclusão das vistorias do antes e depois, a Contratada deverá analisar os fatos e concluir, se houve, ou não, dano a edificação em função da execução da obra em sua localização.

10) A autorização do proprietário “anuência” para a realização do laudo técnico de vistoria em seu imóvel, bem como a ciência do proprietário com o resultado da conclusão que o laudo técnico de vistoria irá apurar, deve ser obtida pela Contratada. Caso o proprietário não queira dar a ciência ou permissão para proceder a vistoria, a comprovação da anuência se dará com testemunhas, locais e um servidor público, que não pode ser da fiscalização, devidamente identificadas com nome completo, CPF, RG, endereço, com letra legível e de fácil leitura, será aceito como anuência. O registro de negativas deve discriminar o que não está sendo vistoriado, com a devida orientação da Contratada ao proprietário, que negativa da vistoria, anula qualquer reivindicação de problemas relacionados a implantação da obra onde não houve vistoria.

11) Quanto ao registro de evidências, para o laudo técnico de vistoria, devem ser claras e legíveis, contendo no caso de imagem, a data, a hora e as coordenadas UTM (X; Y), o laudo deve descrever tecnicamente o conceito observado dos registros *in loco* e com a devida medição instrumental que comprove a evidência e a terminologia resultante, realizada com instrumento compatível e aferido (mediante laudo) para a falha observada, são prerrogativas indispensáveis na apresentação do laudo técnico de vistoria, e é base para aprovação do serviço.

12) Indica-se como referência normativa a ser empregada na inspeção dos critérios mínimos a Norma de Inspeção Predial Nacional, do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Tópicos Essenciais do Laudo Técnico de Vistoria

Identificação do solicitante;
Classificação do objeto da inspeção;
Data da diligência;
Descrição técnica do objeto;
Idade da edificação;
Nível utilizado;
Critério e metodologia adotada;
Lista de verificação dos elementos construtivos e equipamentos vistoriados com a descrição e localização das respectivas anomalias e falhas;
Classificação e análise das anomalias e falhas quanto ao grau de risco;
Classificação do estado de conservação geral do imóvel;
Relatório fotográfico (com imagem nítida, detalhada, datada e com hora);
Data do laudo técnico de vistoria;
Assinatura do profissional responsável, acompanhado do nº. do CREA/SC;
Anotação de responsabilidade técnica (ART);
Capacitação do profissional que elaborou o laudo técnico de vistoria para a atividade de inspeção.

Grau de Risco



Critério de classificação das anomalias e falhas constatadas em uma vistoria, classificadas considerando o risco oferecido aos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio, dentro dos limites da vistoria predial.

O grau de risco das anomalias e falhas constatadas na vistoria do imóvel é classificado em:

Crítico Pode provocar danos contra a saúde e segurança das pessoas e/ou meio ambiente, perda excessiva de desempenho causando possíveis paralisações, aumento de custo, comprometimento sensível de vida útil e desvalorização acentuada.

Regular Pode provocar a perda de funcionalidade sem prejuízo à operação direta de sistemas, perda pontual de desempenho (possibilidade de recuperação), deterioração precoce e pequena desvalorização.

Mínimo Pode causar pequenos prejuízos à estética ou atividade programável e planejada, sem incidência ou sem a probabilidade de ocorrência dos riscos críticos e regulares, além de baixo ou nenhum comprometimento do valor imobiliário.

Classificação da Vistoria Predial deste Contrato

De Nível 1 - Identificação das anomalias e falhas aparentes, elaborada por profissional habilitado.

CRITÉRIO utilizado para elaboração de laudos de vistoria de imóvel baseia-se na análise do risco oferecido ao patrimônio, diante as condições técnicas, de uso da edificação e que possam ocorrer em decorrência da obra executar o projeto executivo que garanta o livre fluxo das águas e a minimização do extravasamento da calha.

A análise do risco consiste na classificação das anomalias e falhas identificadas nos diversos componentes de uma edificação, quanto ao seu grau de urgência, relacionado com fatores de conservação, dentro de prazo de tempo em que ocorrerem as obras na frente da edificação.

Metodologia a ser empregada consiste em:

- Classificação das anomalias e falhas

Anomalia podem ser classificadas em:

Endógena: Originaria da própria edificação (projeto, materiais e execução).

Exógena: Originaria de fatores externos a edificação, provocados por terceiros.

Natural: Originaria de fenômenos da natureza (previsíveis, imprevisíveis).

Funcional: Originaria do uso.

- Classificação e análise das anomalias e falhas quanto ao grau de risco:

Classificação do grau de risco de uma anomalia ou falha deve sempre ser fundamentada, considerando os limites e os níveis da vistoria predial realizada.

Crítico: Relativo ao risco que pode provocar danos contra a saúde e segurança das pessoas e/ou meio ambiente, perda excessiva de desempenho causando possíveis paralisações, aumento de custo, comprometimento sensível de vida útil e desvalorização acentuada, recomendando intervenção imediata.

Regular: Relativo ao risco que pode provocar a perda de funcionalidade sem prejuízo à operação direta de sistemas, perda pontual de desempenho (possibilidade de recuperação), deterioração precoce e pequena desvalorização, recomendando programação e intervenção a curto prazo.

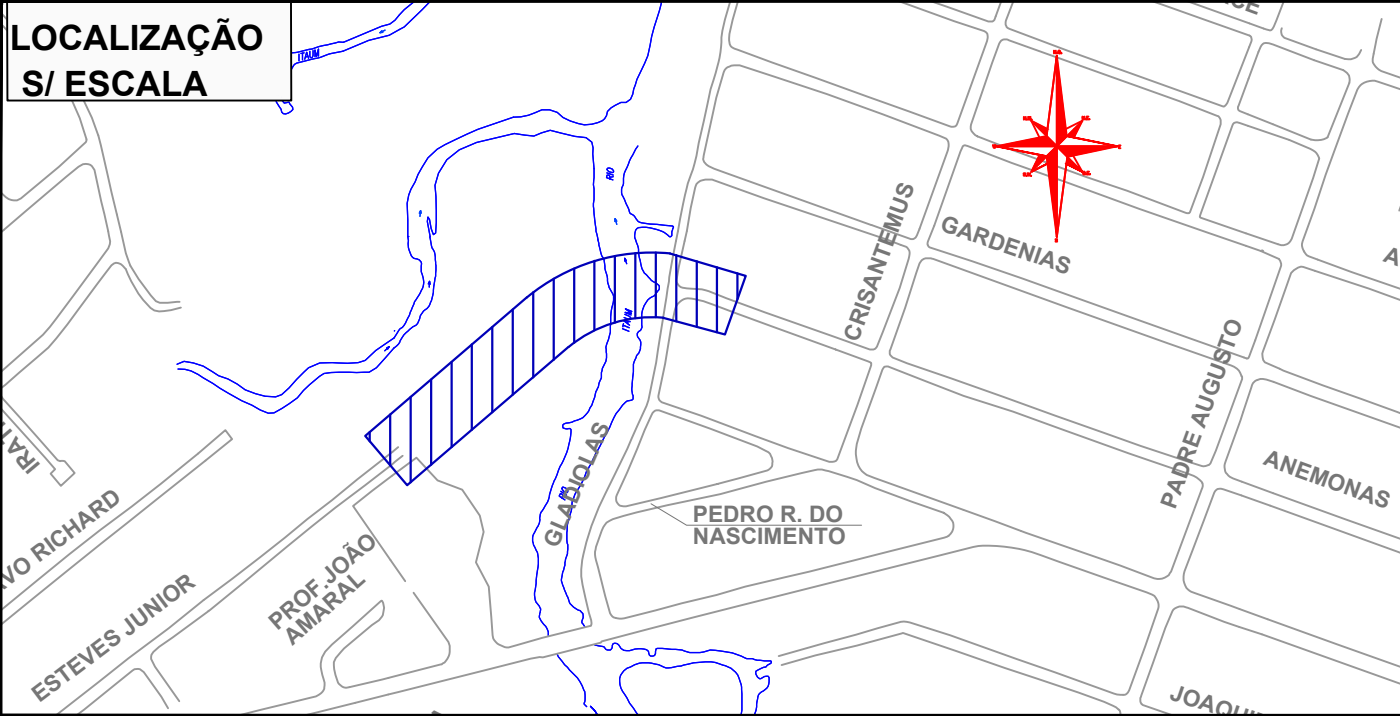
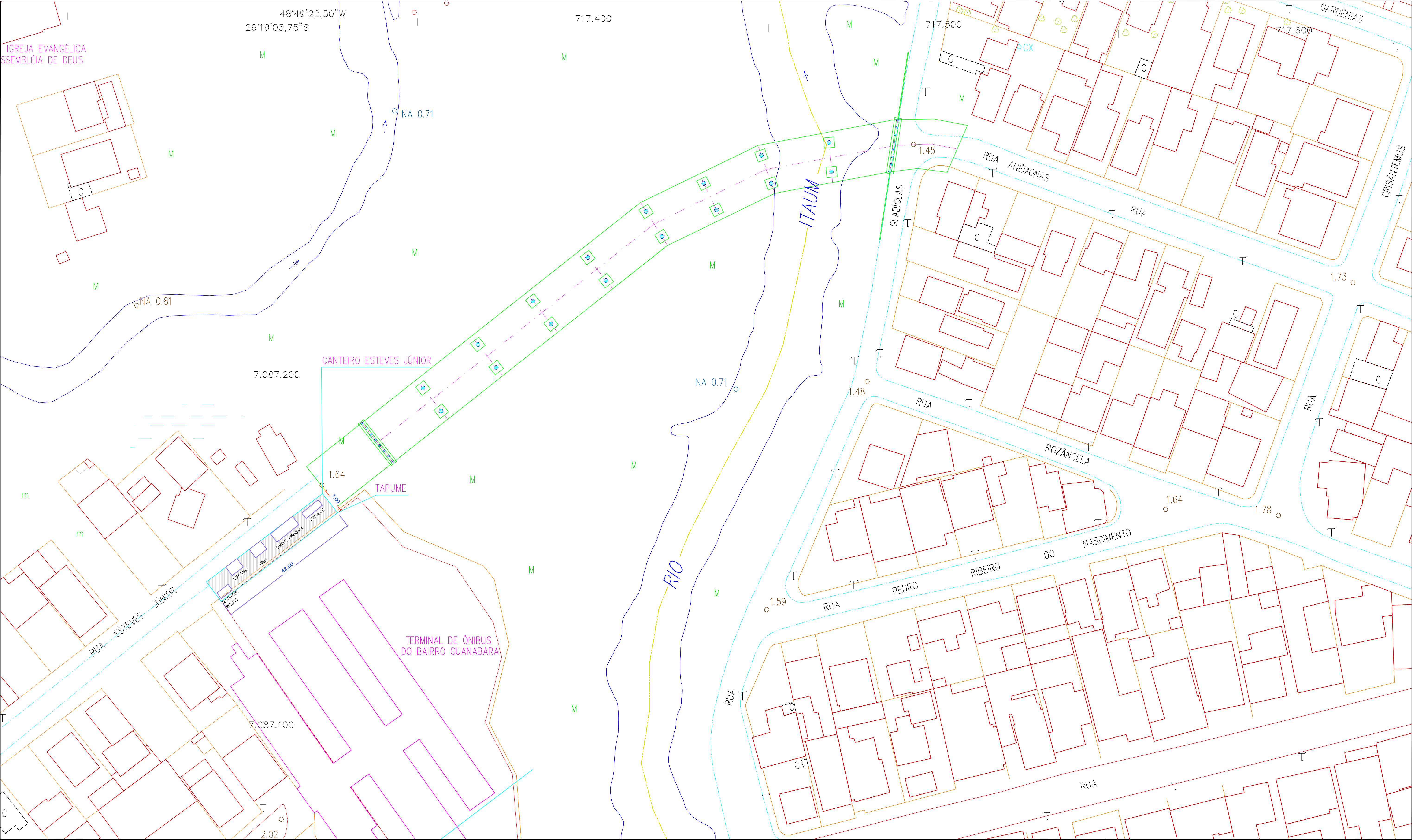
Mínimo: Relativo a pequenos prejuízos à estética ou atividade programável e planejada, sem incidência ou sem a probabilidade de ocorrência dos riscos críticos e regulares, além de baixo ou nenhum comprometimento do valor imobiliário; recomendando programação e intervenção a médio prazo.

- Glossário de Terminologia Básica Aplicável à Vistoria Predial:

- **FISSURA:** abertura na superfície de qualquer material sólido cuja espessura é < 0,5 mm.

- **TRINCA:** abertura na superfície de qualquer material sólido com espessura de 0,5 mm até 1,0 mm.

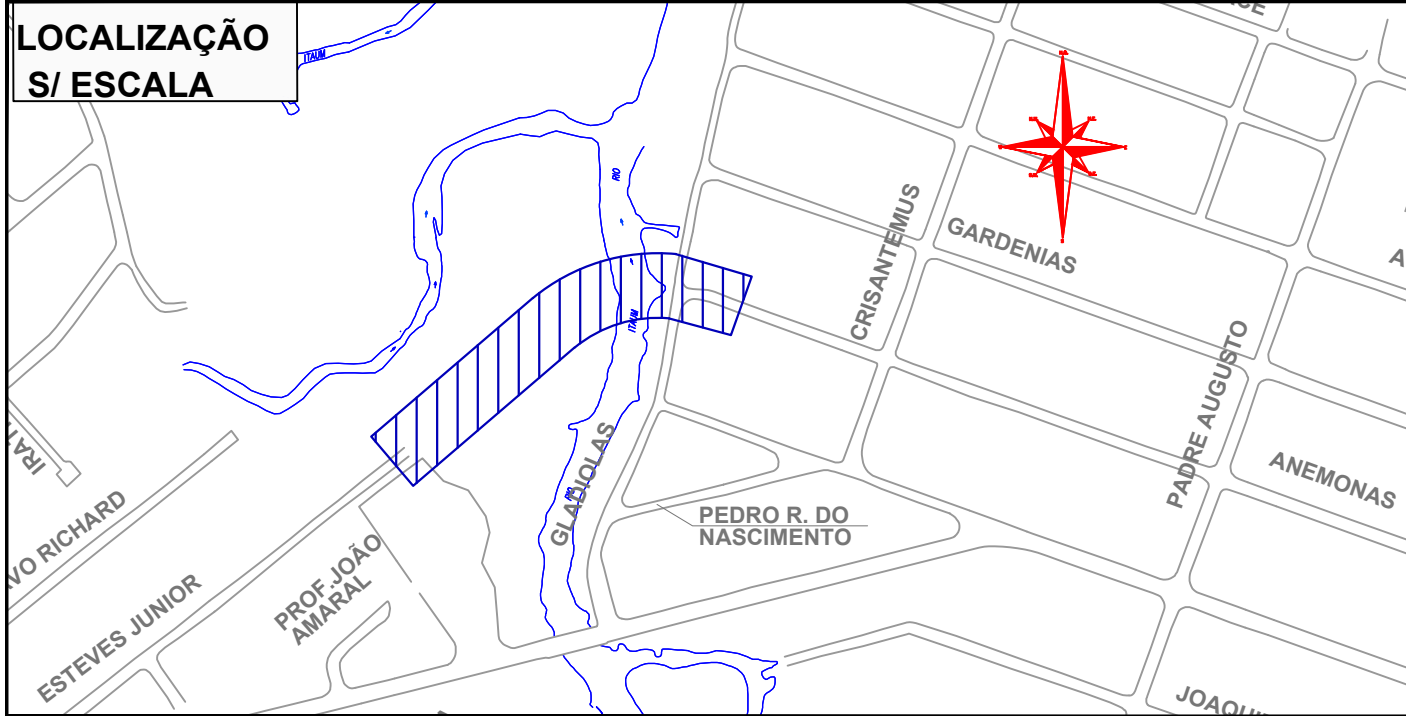
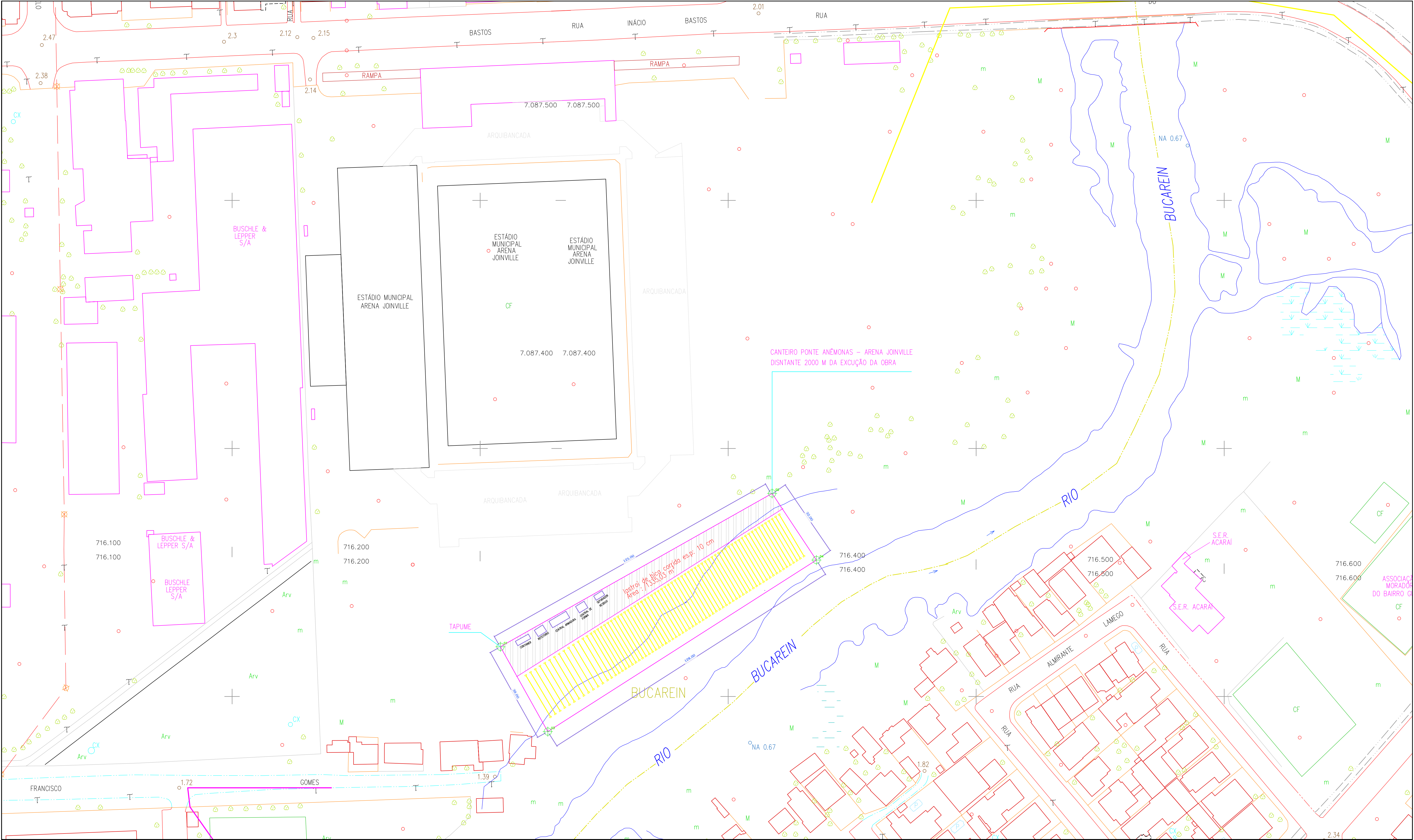
- **RACHADURA:** abertura na superfície de qualquer material sólido cuja espessura é > 1,0 mm.



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS			
SISTEMA VIÁRIO		VEGETAÇÃO	
	VIA PAVIMENTADA C/MEO FIO		REFLORESTAMENTO/MATO/ARVOREDO
	VIA PAVIMENTADA S/MEO FIO		BOSQUE/CAPOEIRA/MACEGA
	VIA NÃO PAVIMENTADA C/MEO FIO		ÁRVORE ISOLADA
	VIA NÃO PAVIMENTADA S/MEO FIO	REDE ELÉTRICA	
	LIGAÇÃO DE VIAS		POSTE/ANTENAS
	PONTE A EXECUTAR	HIDROGRAFIA	
			RIO PERENE
			RIO INTERMITENTE
	CURVA MESTRA (5m x 5m)		PONTO COTADO
	CURVA INTERMEDIÁRIA (1m x 1m)		PÁTIO VIGA
			CANTEIRO NA RUA ESTEVES JÚNIOR
			CANTEIRO ARENA JOINVILLE
	EDIFICAÇÕES/EDIF. REPRESENTATIVAS		CONSTRUÇÃO/FUNDAÇÃO/RUINA
	CAIXA D'ÁGUA/POÇO/CHAMINE		MURO/CERCA DE ARAME

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	
ESCALA 1:1.000	
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCAUTOR (UTM)	
ORIGEM: EQUADOR E MERIDIANO CENTRAL DE 51° W DE AL.	
COORDENADAS: RA= 10.000.000M (ELEVACÃO PARA O NAD)	
E=600.000M (CORREÇÃO PARA O LESTE)	
DADOS DO CENTRO DA FOLHA	
CORREÇÃO DE DEFORMAÇÃO LINEAR	1,0007334
CONVERSIÇÃO MERIDIANA	-0,00733408"
CONVERSIÇÃO PARALELA	-0,00000000"
CONVERSIÇÃO ANGULAR	-0,00000000"
CONVERSIÇÃO ANGULAR	-0,00000000"
CONVERSIÇÃO ANGULAR	-0,00000000"
SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCENTRICO PARA AS AMERICAS (SRGAS-2000)	
ELIPSOIDE DE REFERENCIA: SGRS0	
DATUM VERTICAL: 1. MARCADO DE MARTELO (M2)	
CLASSE DA CARTA: "A"	
Escala aprovada pelo IBGE	
Data da Tomada das Medidas: 01/07/2024	
Revisão: 01/07/2024	
Nota: Sobre a escala de coordenadas SRGAS-2000, esta medida de cor única e única referência ao datum SGRS0	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE			
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA - SEINFRA			
AUTOR (A):		ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO:	
EMERSON LUIZ PAGANI		PAULO MENDES	
EMPRESA: ENGENHARIA E ARQUITETURA		EMPRESA: ENGENHARIA E ARQUITETURA	
INSC. CIVIL: EMERSON LUIZ PAGANI		INSC. CIVIL: PAULO MENDES	
OBRAS: 042.903-0		PREFEITURA DE JOINVILLE	
PROJETO GEORREFERENCIADO		Nome da Obra / Endereço:	
Ponte em concreto armado, Rua Anêmonas, sobre o Rio Itaum.			
Requerente:		Conteúdo:	
PREFEITURA DE JOINVILLE		PROPOSTA DE CANTEIRO RUA ESTEVES JÚNIOR	
Proprietário:			
PREFEITURA DE JOINVILLE			
Desenho:		Arq.CAD:	
UPB		PROJETO GEORREFERENCIADO	
		Modificação:	
		JAMESON F. CORREIO	
		Data:	
		DEZEMBRO/2022	
		Escala:	
		1:500	
		Núm. Prancha:	
		01/02	



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

SISTEMA VIÁRIO

- VIA PAVIMENTADA C/MEIO RIO
- VIA PAVIMENTADA S/MEIO RIO
- VIA NÃO PAVIMENTADA C/MEIO RIO
- VIA NÃO PAVIMENTADA S/MEIO RIO
- LOGAÇÃO DE VIAS
- PONTE A EXECUTAR

VEGETAÇÃO

- REFLORESTAMENTO/MATO/ARVOREDO
- BOSQUE/CAPOEIRA/MADEIRA
- ARVORE ISOLADA
- REDE ELÉTRICA
- POSTE/ANTENAS
- HIDROGRAFIA
- RIO PERENNE
- RIO INTERMITENTE

ALTIMETRIA E ACIDENTES GEOMÉTRICOS

- CURVA MESTRA (5m x 5m)
- CURVA INTERMEDIÁRIA (1m x 1m)
- PONTO COTADO
- PATIO VIGA
- CANTERO NA RUA ESTEVES JÚNIOR
- CANTERO ARENA JOINVILLE

EDIFICAÇÕES

- EDIFICAÇÕES/EDF. REPRESENTATIVAS
- CONSTRUÇÃO/FUNDAÇÃO/RUA
- CAIXA D'ÁGUA/POÇO/CHAMINÉ
- MURO/CERCA DE ARAME

Legenda:

Pontos de locação – Canteiro Arena Joinville

X716257.97 – Y7087281.55	X716387.53 – Y7087343.42
X716277.06 – Y7087247.36	X716385.37 – Y7087316.52

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

ESCALA 1:1.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM)

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEODÉSICA PARA AS AMÉRICAS (BRSA-2000)

CLASSE DA CARTA: "A"

DATA DA TIRAGEM DAS FOLHAS: 01/07/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA - SEINFRA

AUTOR (A): EMERSON LUIZ PAGANI

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO: PAULO MENDES CASTRO

PROJETO GEOREFERENCIADO

Nome da Obra / Endereço: PONTE EM CONCRETO ARMADO, RUA ANEMONAS, SOBRE O RIO ITAUM.

Requerente: PREFEITURA DE JOINVILLE

Proprietário: PREFEITURA DE JOINVILLE

Desenho: UBP

Conteúdo: PROPOSTA DE CANTEIRO - ARENA JOINVILLE

Arq.CAD: PROJETO GEOREFERENCIADO

Modificação: JAMERSON F. CORDEIRO

Data: DEZEMBRO/2022

Escala: 1:750

Núm. Folha: 02/02

		INSPEÇÃO PREVENTIVA DE MÁQUINAS			
		Lista de Verificação_Escavadeira Hidráulica			
Nome da empresa:		Chassi:			
Operador:		CNH nº e categoria:			
Nº Série (Cabine) Data		Nº Série (Estrutura de Segurança) Data			
Data:		() Apto		() Reprovado	
Itens de verificação		C	NC	NA	Descrever em caso de falha
Documentação					
1	Manual do fabricante esta no veículo e em língua portuguesa?				
2	Possui plano de manutenção preventiva? Evidências das manutenções realizadas?				
3	Teste de opacidade				
4	Portatndo habilitação				
5	Habilitado para a máquina específica				
6	Habilitação válida				
7	Está identificado (crachá e uniforme)				
Sistema Elétrico					
8	A buzina está funcionando?				
9	O para-brisa e o limpador estão em perfeito estado?				
10	Luz interna está funcionando?				
11	Luz do painel está funcionando?				
12	Luz da ré está funcionando?				
13	Farol alto está funcionando?				
14	Giroflex?				
15	Equipamento está sem nenhum problema elétrico?				
Instrumentos					
16	Termômetro está funcionando?				
17	Comandos da lança e concha estão funcionando?				
18	Horimetro está funcionando?				
Segurança					
19	Operador portando todos os EPIs necessários para a execução da atividade?				
20	A esteiras está em boas condições?				
21	Condições gerais da cabine (limpeza, manutenção)?				
22	Possui cinto de segurança?				
23	Espelhos retrovisores internos e externos estão em bom estado?				
24	Possui proteção de todas as partes móveis?				
25	Possui fitas refletivas em seus lados externos?				
26	Possui escada de acesso e corrimão? Estão em bom estado?				
27	Possui logotipo da empresa e numeração?				
28	Alarme sonoro de ré está funcionando?				
29	Possui proteção Contra Queda de Objetos - FOPS ?				
30	Possui guarda-corpo para manutenção de motor?				
31	Possui roll over protection system - ROPS (dispositivo contra capotagem)?				
Equipamentos emergenciais					
32	Possui extintor de incêndio?				
33	Tampa do tanque de combustível				
34	Triangulo de segurança luminoso ou refletivo				
35	Chave de roda (maleta de chaves)				
36	Macaco hidráulico				
Estrutura					
37	As portas estão com as maçanetas e trincos em bom estado de conservação?				
38	Estado geral da lataria?				
39	As esteiras estão em bom estado (há partes soltas ou danificadas)?				
40	Estado geral da concha e pontas de rippler?				
41	Possui controle de ruído interno?				
42	Possui vidros com proteção frontal e superior ?				
43	Possui rádio fixo ?				
44	Sistema de climatização para equipamentos cabinados?				
Hidráulico/Mecânico					
45	Eixos (Folgas e trincas)				
46	Mangueiras e Conexões				
47	Partes móveis possuem proteções adequadas?				
48	Suspensão (Folgas)?				
49	Articulações do braço mecânico em funcionamento				
Itens para verificação com o equipamento ligado (itens restritivos para operação)					
50	Cilindros e Pistões da Caçamba possuem vazamentos?				
51	Freios de Serviço e Estacionário				
52	Funcionamento Luz de Ré/ Alarme de Ré				
53	Giro da Máquina (Sem ruídos ou falhas)				

54	Instrumentos do painel				
55	Luz de Freio				
56	Mangueiras Hidráulicas (há vazamentos)				
57	Nível de Óleo Hidráulico				
58	Nível de Combustível (deve estar acima de 1/4)				
59	Sistema de Direção				
60	Vazamentos (Líquidos e Ar)				
Lista de Verificação		Número de itens		Percentual atingido	
Total de itens conformes (C)					
Total de itens não-conformes (NC)					
Total de itens não aplicáveis (NA)					
Comentários:					
Assinatura Responsável Verificação:					

REGIS
ANTONIO
KONZEN
HEITLING:408
01411068

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:4080141
1068
Dados: 2024.03.21
17:42:58 -03'00'

		INSPEÇÃO PREVENTIVA DE MÁQUINAS			
		Lista de Verificação_Equipamento Especial			
Nome da empresa:			Equipamento:		
Operador:			CNH nº e categoria:		
Data:			() Apto		
Itens de verificação			C	NC	NA
Inspeção de Meio Ambiente					
1	Kit de remediação (derramamento) completo e acessível				
2	Proteção para cabos contra chuva				
3	Kit para desengordurante de mãos e pés				
4	Depósito (recipiente) de material contaminado				
Inspeção de Óleo/Água					
5	Óleo do motor				
6	Direção				
7	Água de bateria				
8	Percentagem de óleo diesel				
9	Embreagem				
10	Vazamentos				
Inspeção Operacional e de Segurança					
11	Condições das mangueiras hidráulicas				
12	Cabos e conexões				
13	Cabos de aço				
14	Sistema compressor				
15	Gaxetas				
16	Ponteiras de graxa				
17	Integridade desagregador				
18	Iluminação / sinalização (principalmente de emergência)				
19	Funcionamento da buzina				
20	Funcionamento do freio de estacionamento				
21	Painel de comando (botão de parada de emergência)				
22	Limpador do pára-brisa				
23	Carga e lacre do extintor				
24	Operador portando todos os EPIs necessários para a execução da atividade?				
25	Condições gerais da cabine e deck (limpeza, manutenção)?				
26	Esquife de resgate ou embarcação de apoio disponível				
27	Disponibilização de colete salva vidas				
28	Possui proteção de todas as partes móveis?				
29	Equipamento de proteção contra queda disponível e em boas condições de uso				
30	Dispositivos de sinalização de segurança em seus lados externos?				
31	Líquidos inflamáveis armazenados na draga?				
32	Armário de inflamável aprovado (certificado)				
33	Kit de primeiros socorros disponível e abastecido				
34	Escadas de embarque chegam abaixo da linha de flutuação para resgate de pessoal				
35	Todos os pontos de entrada e saída estão desbloqueados e isentos de riscos				
36	Ferramentas estão em boas condições de trabalho, com todas as proteções do fabricante				
Lista de Verificação		Número de itens		Pe	
Total de itens conformes (C)					
Total de itens não-conformes (NC)					
Total de itens não aplicáveis (NA)					
Comentários:					
Assinatura Responsável Verificação:					

		INSPEÇÃO PREVENTIVA DE MAQUINAS			
		Lista de Verificação_Caminhão Carroceria			
Nome da empresa:		Placa:			
Motorista:		CNH nº e categoria:			
Data vistoria:		() Apto () Reprovado			
Itens de verificação		C	NC	NA	Descrever em caso de falha
Documentação					
1	Manual do fabricante esta no veículo e em língua portuguesa?				
2	Possui plano de manutenção conforme recomendação do fabricante? Evidências das manutenções realizadas?				
Sistema Elétrico					
3	A buzina está funcionando?				
4	O para-brisa e o limpador estão em perfeito estado?				
5	Esguicho de água para o limpador de pára-brisa está funcionando?				
6	Luz interna está funcionando?				
7	Luz do painel está funcionando?				
8	Farol alto está funcionando?				
9	Farol baixo está funcionando?				
10	Luz marcha ré está funcionando?				
11	Pisca alerta / pisca-pisca estão funcionando?				
12	Lanternas e setas estão funcionando?				
13	Luz de freio está funcionando?				
14	Luz de placa está funcionando?				
Instrumentos					
15	Tacógrafo funcionando?				
16	Termômetro está funcionando?				
Segurança					
17	Profundidade dos sulcos do pneu está em bom estado?				
18	Possui cinto de segurança?				
19	Possui identificação no painel sobre proibição de uso de celular na condução do veículo?				
20	Freio de serviço está funcionando?				
21	Freio de estacionamento está funcionando?				
22	Condições boas de limpeza do veículo e dos assentos?				
23	Espelhos retrovisores internos e externos estão em bom estado?				
24	Possui proteção de todas as partes móveis?				
25	Possui fitas refletivas em seus lados externos?				
26	Possui controle de emissão de gases poluentes (escala: nível Ringelmann)?				
27	Possui logotipo da empresa e numeração?				
28	Tem calço disponível no veículo?				
29	Alerta sonoro acoplado ao sistema de câmbio quando operado em marcha a ré?				
30	Linha de vida possui sinalização indicando capacidade máxima? (kg)				
31	Possui escada de acesso e corrimão? Estão em bom estado?				
32	Possui triangulo e estepe?				
Equipamentos emergenciais					
33	Possui extintor de incêndio?				
34	Possui kit de mitigação?				
Estrutura					
35	As portas estão com as maçanetas e trincos em bom estado de conservação?				
36	Estado geral da lataria e tanque?				
37	Possui sistema de climatização?				
38	Estado geral da carroceria?				
Lista de Verificação		Número de itens		Percentual atingido	
Total de itens conformes (C)					
Total de itens não-conformes (NC)					
Total de itens não aplicáveis (NA)					
Observações:					
Assinatura Responsável Verificação:					

		INSPEÇÃO PREVENTIVA DE MAQUINAS					
		Lista de Verificação_Caminhão Basculante					
Nome da empresa:		Placa:					
Motorista:		CNH nº e categoria:					
Data vistoria:		() Apto		() Reprovado			
Itens de verificação		C	NC	NA	Descrever em caso de falha		
Documentação							
1	Manual do fabricante está no veículo e em língua portuguesa?						
2	Possui plano de manutenção conforme recomendação do fabricante? Evidências das manutenções realizadas?						
3	O plano de manutenção contém as manutenções do sistema de cilindro de elevação?						
Sistema Elétrico							
4	A buzina está funcionando?						
5	O para-brisa e o limpador estão em perfeito estado?						
6	Esguicho de água para o limpador de pára-brisa está funcionando?						
7	Luz interna está funcionando?						
8	Luz do painel está funcionando?						
9	Farol alto está funcionando?						
10	Farol baixo está funcionando?						
11	Luz marcha ré está funcionando?						
12	Pisca alerta / pisca-pisca estão funcionando?						
13	Lanternas e setas estão funcionando?						
14	Luz de freio está funcionando?						
15	Luz de placa está funcionando?						
Instrumentos							
16	Tacógrafo funcionando?						
17	Termômetro está funcionando?						
Segurança							
18	Profundidade dos sulcos do pneu está em bom estado?						
19	Possui cinto de segurança?						
20	Possui identificação no painel sobre proibição de uso de celular na condução do veículo?						
21	Freio de serviço está funcionando?						
22	Freio de estacionamento está funcionando?						
23	Sistema retardador de velocidade do tipo primário (freio motor) ou secundário (elétrico ou hidráulico)?						
24	Condições boas de limpeza do veículo e dos assentos?						
25	Espelhos retrovisores internos e externos estão em bom estado?						
26	Sistema limitador de movimento do caminhão enquanto a caçamba estiver elevada ?						
27	Possui proteção de todas as partes móveis?						
28	Possui fitas refletivas em seus lados externos?						
29	Possui controle de emissão de gases poluentes (escala: nível Ringelmann) e ruído?						
30	Possui logotipo da empresa e numeração?						
31	Tem calço disponível no veículo?						
32	Sensor de caçamba levantada (visual e sonoro)?						
33	Alerta sonoro acoplado ao sistema de câmbio quando operado em marcha a ré?						
34	Possui sistema mecânico de trava no cilindro de elevação?						
Equipamentos emergenciais							
35	Possui extintor de incêndio?						
Estrutura							
36	As portas estão com as maçanetas e trincos em bom estado de conservação?						
37	Controle de Ruído interno ?						
38	Célula de Sobrevivência ?						
39	Rádio transmissor?						
40	Estado geral da lataria e caçamba?						
41	Possui sensor de fadiga?						
42	Possui sistema de climatização?						
Lista de Verificação		Número de itens		Percentual atingido			
Total de itens conformes (C)							
Total de itens não-conformes (NC)							
Total de itens não aplicáveis (NA)							
Observações:							
Assinatura Responsável Verificação:							



INVENTÁRIO FLORESTAL CENSO TOTAL PONTE ANÊMONAS IN 24 IMA

**REGIS
ANTONIO
KONZEN**

**HEITLING:4080
1411068**

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:40801411
068
Dados: 2024.03.21
17:43:54 -03'00'

Joinville - SC
Setembro - 2023

Sumário

1. INFORMAÇÕES GERAIS	3
1.1. Empreendedor	3
1.2. Responsável Técnico	3
1.2.1. Luiz Carlos Moreira da Maia	3
1.3. Equipe Técnica	3
1.3.1. Régis Antônio Konzen Heitling	3
1.3.2. Ernesto Caetano da Silva	3
1.3.3. Emir de Oliveira Dias	3
1.3.4. Felix Fuck	4
1.4. Imóvel	4
1.5. Empreendimento	4
2. INVENTÁRIO FLORESTAL	4
2.1. Objetivo da Supressão	4
2.2. Área total da supressão de vegetação, polígono de corte	4
2.3. Área total da supressão de vegetação	5
2.4. Metodologia	5
2.4.1. Método de amostragem utilizado	5
2.4.2. Definição da intensidade amostral	6
2.4.3. Método utilizado para cálculo de estimativas de volume (equação volumétrica)	6
2.4.4. Processo de amostragem	6
2.5. Análise Estatística	6
2.6. Coleta das informações, variáveis de interesse	6
2.7. Estrutura Paramétrica	6
2.8. Descrição dos 79 indivíduos levantados nas parcelas	7
2.9. Parâmetros fitossociológicos analisados	8
2.10. Composição florística	8
2.11. Indivíduos mortos encontrados nas parcelas	10
2.12. Enquadramento da vegetação conforme Resolução Conama	10
2.13. Descrição do sub-bosque, serrapilheira, trepadeiras, espécies indicadoras e epífitas	13
2.14. Caracterização da Fauna	13
2.15. Espécies Ameaçadas de Extinção	13
2.16. Tabela-resumo por parcela das espécies que serão suprimidas	13
2.17. Forma de compensação ambiental pela supressão de vegetação a ser adotada pelo empreendedor	14
2.18. Forma de reposição florestal a ser adotada pelo empreendedor	14
2.19. Cronograma de execução da supressão de vegetação	15
2.20 Considerações finais	15
2.21 Referências Bibliográficas	15
3. ANEXOS	17
3.01. ART Responsável Técnico	17
3.02. CR IBAMA Município de Joinville	18
3.03. Inscrição IBAMA Município de Joinville	19
3.04. Inscrição IBAMA Responsável Técnico	19
3.05. CR IBAMA Responsável Técnico	20
3.06. Corte e Detalhes do Empreendimento	21
3.07. Protocolo de Autorização de Obras em Imóvel da União	22
3.08. Registro Fotográfico	22
3.09. Compensação Ambiental IC 13-21-43-50-86, Matrícula 107.257, de 262 m ²	24
3.10. Mapa de Supressão com quadro de áreas e coordenadas UTM	26
3.11. Planilha padrão SINAFLOR	27
3.12. E-mail do envio dos shapefile da área de intervenção sobre a vegetação	28

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Empreendedor

Razão Social: Município de Joinville
CNPJ: 83.169.623/0001-10
CTF/APP-IBAMA: 1206500
Prefeito: Adriano Bornschein Silva
Secretaria: Infraestrutura Urbana
Secretário: Jorge Luiz Correia de Sá
DANC: SEI 22.0.357253-6, pedido na SAMA em 21/10/22.

1.2. Responsável Técnico

1.2.1. Luiz Carlos Moreira da Maia

CREA-SC : Registro SC 015495-9
Título: Eng. Agrônomo
ART: 8874756-9
E-mail: luiz.maia@joinville.sc.gov.br
CTF/AIDA-IBAMA: 8035280
Celular: (47) 99713-2555
Cargo: Diretor Executivo - u52961
Secretaria/Unidade: SDE/Desenvolvimento Rural

1.3. Equipe Técnica

1.3.1. Régis Antônio Konzen Heitling

CREA-SC: Registro RS S3 141576-8
Títulos: Eng. Sanitarista e Ambiental; de Segurança do Trabalho.
E-mail: regis.heitling@joinville.sc.gov.br
CTF/AIDA-IBAMA: 7398661
Celular: (47) 98896-2772
Cargo: Eng. Sanitarista - u49072
Secretaria/Unidade: SEINFRA/Drenagem

1.3.2. Ernesto Caetano da Silva

CREA-SC: Registro SC S1 066641-3
Título: Eng. Ambiental
E-mail: ernesto.silva@joinville.sc.gov.br
Celular: (47) 99143-2008
Cargo: Coordenador - u46273
Secretaria/Unidade: SDE/Desenvolvimento Rural

1.3.3. Emir de Oliveira Dias

E-mail: emir.dias@joinville.sc.gov.br
Celular: (47) 99108-1795
Cargo: Téc. Agrícola - u21802
Secretaria/Unidade: SDE/Desenvolvimento Rural

1.3.4. Felix Fuck

E-mail: felix.fuck@joinville.sc.gov.br

Celular: (47) 99925-7634

Cargo: Estagiário Eng. Ambiental e Sanitarista - u03776

Secretaria/Unidade: SEINFRA/Drenagem

1.4. Imóvel

O imóvel alvo do presente estudo encontra-se em sua totalidade em Terras da Marinha e dentro da linha de Preamar Média de 1831 - SPU, sendo assim pertence a União. A descrição do documento de titularidade se dará quando da publicação de portaria autorizativa da obra pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, CNPJ 00.489.828/0009-02, em favor do Município de Joinville, CNPJ 83.169.623/0001-10, conforme requerimento SC06619/2023, de 09/08/23, demonstrado no anexo 3.07 - Protocolo de Autorização de Obras em Imóvel da União.

A área de estudo é ocupada pela vegetação de manguezal, tendo em suas imediações ocupadas por áreas urbanas residenciais e comerciais, com a presença constante de movimento de pessoas e automóveis, em especial sobre a ponte da Rua Guanabara, adjacente ao terminal rodoviário Estação do Guanabara, próximo a implantação da Obra de Arte Especial (OAE) nas proximidades da área-alvo de estudo.

1.5. Empreendimento

O empreendimento em questão se trata da implantação de OAE, denominada "Ponte Anêmonas", com 213,82 m de extensão, 14,40 m de largura, e área a ser construída de 3.079,01 m². Ressalta-se que a área de intervenção efetiva para a alocação das fundações dos pilares e rampas será de 731,21 m².

O empreendimento se trata de obra de Infraestrutura Urbana e de Utilidade Pública, de melhoria no sistema viário, pela futura ligação entre a Rua Anêmonas, no bairro Fátima, com a Rua Esteves Júnior, no bairro Guanabara, transpondo o rio Itaum-açu, pertencente a Bacia Hidrográfica do Cachoeira.

Em vias de se evitar ao máximo possível a intervenção e a supressão de vegetação, o método construtivo a ser utilizado será o por meio de Cantitraveller, a qual máquina permite que as estacas de sustentação da OAE sejam cravadas de forma aérea, sem necessidade de contato com o solo.

Neste sentido, como vantagens da escolha do método se tem menor impacto de intervenção no meio ambiente comparado por outros métodos tradicionais.

Classe da obra: Trem-tipo Classe 45 da NBR 7188.

Concreto estrutural utilizado: Infra e Mesoestrutura: fck = 30 Mpa; Superestrutura: fck = 30 Mpa; Longarinas: fck = 40 Mpa.

A execução desta obra se dará por empresa a ser licitada, previsão de 18 meses, início em 2024. A execução da supressão de vegetação também fará parte do escopo do contrato.

2. INVENTÁRIO FLORESTAL

2.1. Objetivo da Supressão

Este pedido de corte de vegetação nativa em área urbana consolidada visa a implantação de obra de arte especial, denominada "Ponte Anêmonas", sobre o rio Itaum-açu e uma faixa de mangue. É uma obra de utilidade pública e de infraestrutura urbana, que visa a ligação entre a Rua Anêmonas do bairro Fátima com a Rua Esteves Júnior do bairro Guanabara, em Joinville/SC.

2.2. Área total da supressão de vegetação, polígono de corte.

A área total da supressão de vegetação, polígono corte, corresponde a **262,00 m²**, onde se encontram registrados em inventário de censo total exatamente **79 indivíduos arbóreos** localizados em solos indiscriminados de mangue. A distribuição espacial das áreas são demonstradas na Figura 1.

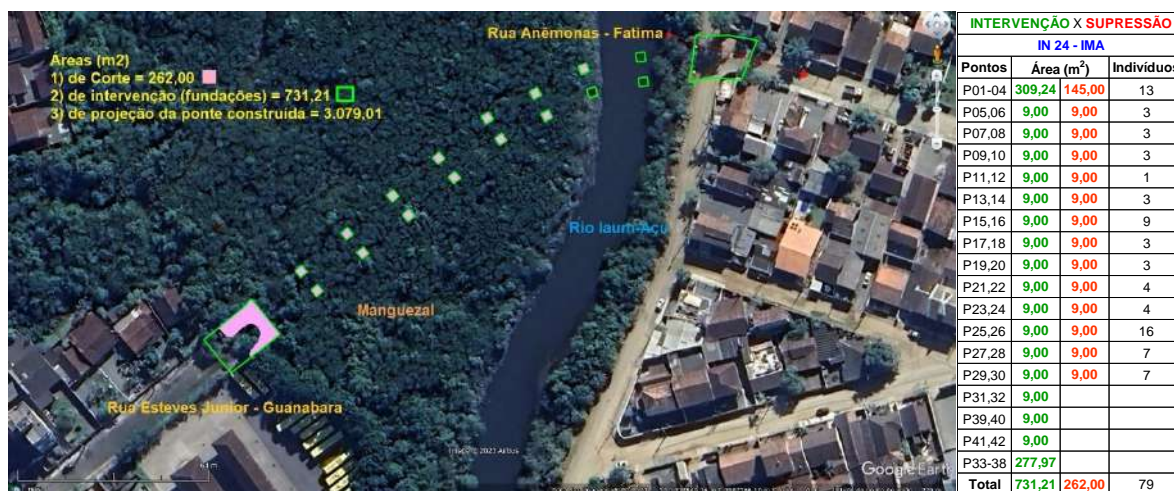


Figura 1: Disposição das áreas de supressão

Nota: Áreas em rosa corte da vegetação, em verde intervenção (fundação e rampa).

Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

Considerar que dos 262,00 m² de área de intervenção sobre a vegetação, 145,00 m² serão de intervenção em área perturbada com a presença de espécies exóticas, aterro, resíduos de construção civil e demais sinais de atividade antrópica. Cabe destacar também que a vegetação nas áreas das estacas não será retirada do local, conforme método construtivo informado “Cantitraveller”.

Quanto a intervenção em APP, a construção da nova ponte é justificada, quanto a falta de alternativa técnica e locacional, pela minimização dos afunilamentos de acessos, criando maior permeabilidade entre bairros e regiões de Joinville. Sendo assim, com esta Obra de arte Especial será possível melhorar os deslocamentos para o transporte e também para outros modos, facilitando os trajetos casa-trabalho-casa, casa-lazer-casa, casa-comércio-casa e casa-saúde-casa. A necessidade é a melhoria nos deslocamentos e o aumento da velocidade média do transporte coletivo de 17 km/h para 25 km/h, a qual foi perdida devido ao aumento do número de veículos trafegando na cidade de Joinville. O benefício de dará a todos os usuários do transporte, e também a todos os modos de deslocamentos, a pé, bicicleta e outros veículos.

2.3. Área total da supressão de vegetação

A área total alvo de supressão de vegetação é de **262,00 m²**.

2.4. Metodologia

2.4.1. Método de amostragem utilizado

O inventário florestal foi realizado através de censo total (censo 100%), no qual se consideraram todos os espécimes arbóreos com CAP $\geq 12,00$ cm, conforme definido no critério de inclusão indicado pela IN 024/2018 do IMA/SC.

Para cada indivíduo arbóreo foi efetuado o registro em planilha específica, do nome científico e/ou popular, da medida em cm da Circunferência à Altura do Peito (CAP) medida com fita métrica e da altura total em metros por meio de estimativa. As identificações dos indivíduos em nível de gênero e espécie foram realizadas com auxílio de bibliografia especializada.

Para obtenção dos dados foram utilizados:

- Fita zebra e estacas para demarcação dos limites de cada lote, a cargo da equipe de topografia;
- Fita métrica para medir a Circunferência a Altura do Peito (CAP);
- Altura dos espécimes foi estimada com vara previamente aferida;
- Localização geográfica em UTM, navegador GPS RTK, marca CHC, modelo i80, a cargo da equipe de topografia;
- Aplicativo, Time Stamp, no smartphone para fotografar os indivíduos arbóreos;
- Ficha de coleta de dados;

2.4.2. Definição da intensidade amostral.

Por se tratar de um censo 100%, não se faz necessária a definição de intensidade amostral.

2.4.3. Método utilizado para cálculo de estimativas de volume (equação volumétrica).

O método para estimativa de volume utilizado foi o cálculo por meio de uso de fator de forma, sendo a expressão utilizada apresentada na Figura 2.

Circunferência a Altura do Peito (CAP) , em (cm) medido a 1,30 m do solo, com $\varnothing \geq 4$ cm do tronco do vegetal
Diâmetro a Altura do Peito (DAP) = CAP / π = em (cm)
Área Basal (gi) = $DAP^2 \times \pi / 40000$, em (m^2/ha)
Volume (V) = $\sum gi \times H_i \times 0,8$ = em (m^3)

Figura 2 - Fórmulas para obtenção de dados dendrométricos.

Fonte: Soares et. al, 2012; Correia et. al, 2017

O fator de forma utilizado 0,8, se baseia no estudo de Correia, Alfredo e Piazza, (2017).

2.4.4. Processo de amostragem.

O inventário florestal foi realizado por meio de Censo 100% de todos os indivíduos arbóreos com DAP ≥ 4 cm. A escolha do método se deu em razão da baixa área de intervenção ($262,00 m^2$). Neste mesmo sentido, a avaliação Florística foi realizada através do caminharmento (FILGUEIRAS et. al., 1994) de forma aleatória no local alvo de intervenção realizando a identificação dos indivíduos arbóreos, herbáceos, arbustivos e trepadeiras e epífitas.

2.5. Análise Estatística.

Por se tratar de um censo total não se faz necessário análises estatísticas para cálculo de suficiência amostral.

2.6. Coleta das informações, variáveis de interesse.

Foram considerados todos os espécimes arbóreos com CAP $\geq 12,00$ cm e altura total em metro, esta foi determinada mediante aproximação visual através de comparação com vara previamente aferida, conforme apresentado na Figura 3.

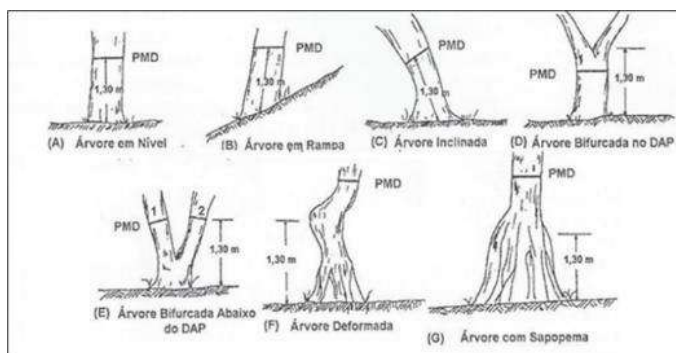


Figura 3 - Medição do DAP (circunferência na altura do peito).

Fonte: Soares et. al, 2012.

2.7. Estrutura Paramétrica.

Para a obtenção dos valores de volume estéreo (st) foram utilizados o valor de 1,5 como fator de empilhamento, de acordo com a IN 024/2018 do IMA/SC, Figura 4.

Volume Estéreo (st) = $V \times fe$, em (m³)

Fator de empilhamento (fe) = 1,5

Figura 4 - Fórmula para obtenção do volume estéreo.

Fonte: Soares et. al, 2012; Correia et. al, 2017

2.8. Descrição dos 79 indivíduos levantados nas parcelas.

A seguir é apresentada na Tabela 1 os dados brutos dos 79 indivíduos catalogados ao longo de toda a área demarcada das fundações dos pilares e rampa da cabeceira da Rua Esteves Junior - Guanabara.

Tabela 1: Levantamento dos indivíduos na poligonal de corte.

Nº	IBAMA	Nome Popular	Nome Científico	CAP							CAP				Latitude	Longitude			
				1	2	3	4	5	5	7	equi	Altura	DAP	gi			Vol.		
				cm	(m)	(m²)	(m²)	st	(N)	(E)									
P 01-04	13	01 34598	Dipsis	<i>Areca madagascariensis</i>	37	39						54	6,0	17,1	0,023	0,110	0,166	717317	7087171
		02 33774	Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolius</i>	32	18	16	36	29	21	22	68	6,0	21,7	0,037	0,178	0,267	717320	7087172
		03 32598	Sete-copas	<i>Terminalia catappa</i>	26							26	4,0	8,3	0,005	0,017	0,026	717321	7087170
		04 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	25	21						33	6,0	10,4	0,008	0,041	0,061	717332	7087181
		05 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	21							21	5,0	6,7	0,004	0,014	0,021	717332	7087181
		06 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	38							38	7,0	12,1	0,011	0,064	0,097	717332	7087181
		07 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	27	16						31	5,0	10,0	0,008	0,031	0,047	717334	7087181
		08 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	40							40	7,0	12,7	0,013	0,071	0,107	717334	7087181
		09 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	28	41	22	19				58	7,0	18,3	0,026	0,148	0,221	717334	7087181
		10 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	25	24						35	5,0	11,0	0,010	0,038	0,057	717334	7087181
		11 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	17	14	25					33	5,0	10,6	0,009	0,035	0,053	717333	7087180
		12 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	37	20	15	32				55	6,0	17,5	0,024	0,115	0,173	717333	7087180
		13 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15							15	4,0	4,8	0,002	0,006	0,009	717333	7087180
P 05,06	03	14 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	18							18	6,0	5,7	0,003	0,012	0,019	717351	7087196
		15 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14							14	6,0	4,5	0,002	0,007	0,011	717351	7087196
		16 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	13							13	6,0	4,1	0,001	0,006	0,010	717351	7087196
P 07,08	03	17 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14							14	5,0	4,5	0,002	0,006	0,009	717356	7087189
		18 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	23							23	5,0	7,3	0,004	0,017	0,025	717356	7087189
		19 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	24							24	6,0	7,6	0,005	0,022	0,033	717356	7087189
P 09,10	03	20 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16							16	6,0	5,1	0,002	0,010	0,015	717366	7087208
		21 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	23	20						30	7,0	9,7	0,007	0,041	0,062	717366	7087208
		22 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	21							21	7,0	6,7	0,004	0,020	0,029	717366	7087208
P 11,12	01	23 33169	Mangue-vermelho	<i>Rhizophora mangle</i>	55							55	9,0	17,5	0,024	0,173	0,260	717371	7087201
		24 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	23							23	7,0	7,3	0,004	0,024	0,035	717382	7087220
P 13,14	03	25 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	23							23	7,0	7,3	0,004	0,024	0,035	717382	7087220
		26 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	25							25	7,0	8,0	0,005	0,028	0,042	717382	7087220
		27 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	19							19	6,0	6,0	0,003	0,014	0,021	717387	7087215
P 15,16	09	28 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	13							13	6,0	4,1	0,001	0,006	0,010	717387	7087215
		29 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	13							13	5,0	4,1	0,001	0,005	0,008	717387	7087212
		30 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	17							17	6,0	5,4	0,002	0,011	0,017	717387	7087212
		31 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	13							13	4,0	4,1	0,001	0,004	0,006	717387	7087212
		32 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15							15	6,0	4,8	0,002	0,009	0,013	717386	7087214
		33 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14							14	6,0	4,5	0,002	0,007	0,011	717386	7087214
		34 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	23							23	7,0	7,3	0,004	0,024	0,035	717389	7087214
		35 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	16							16	6,0	5,1	0,002	0,010	0,015	717389	7087214
		36 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15							15	6,0	4,8	0,002	0,009	0,013	717398	7087233
		37 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14							14	6,0	4,5	0,002	0,007	0,011	717398	7087233
P 17,18	03	38 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16							16	6,0	5,1	0,002	0,010	0,015	717398	7087233
		39 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	26							26	7,0	8,3	0,005	0,030	0,045	717403	7087227
		40 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16							16	6,0	5,1	0,002	0,010	0,015	717403	7087227
P 19,20	03	41 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	25	18						31	7,0	9,8	0,008	0,042	0,063	717403	7087227
		42 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	31	14						34	8,0	10,8	0,009	0,059	0,088	717414	7087246
		43 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16							16	7,0	5,1	0,002	0,011	0,017	717414	7087246
P 21,22	04	44 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16	14						21	7,0	6,8	0,004	0,020	0,030	717414	7087246
		45 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	20	21	16	22				40	7,0	12,7	0,013	0,070	0,106	717414	7087246
		46 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	13							13	6,0	4,1	0,001	0,006	0,010	717419	7087239
P 23,24	04	47 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	17							17	7,0	5,4	0,002	0,013	0,019	717419	7087239
		48 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	13							13	6,0	4,1	0,001	0,006	0,010	717419	7087239
		49 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	13							13	5,0	4,1	0,001	0,005	0,008	717419	7087239
P 25,26		50 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	23							23	7,0	7,3	0,004	0,024	0,035	717430	7087255
		51 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	17							17	7,0	5,4	0,002	0,013	0,019	717430	7087255
		52 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	23							23	7,0	7,3	0,004	0,024	0,035	717430	7087255
		53 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	20							20	7,0	6,4	0,003	0,018	0,027	717430	7087255
		54 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	17							17	7,0	5,4	0,002	0,013	0,019	717431	7087256
		55 33169	Mangue-preto	<i>Avicennia schaueriana</i>	15							15	6,0	4,8	0,002	0,009	0,013	717431	7087256
		56 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	17							17	7,0	5,4	0,002	0,013	0,019	717431	7087256
		57 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14							14	6,0	4,5	0,002	0,007	0,011	717431	7087256
		58 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15							15	6,0	4,8	0,002	0,009	0,013	717433	7087253
		59 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	26							26	8,0	8,3	0,005	0,034	0,052	717433	7087253
		60 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14							14	6,0	4,5	0,002	0,007	0,011	717433	7087253
		61 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15							15	6,0	4,8	0,002	0,009	0,013	717433	7087253
		62 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16							16	6,0	5,1	0,002	0,010	0,015	717430	7087252
		63 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	22							22	8,0	7,0	0,004	0,025	0,037	717430	7087252
		64 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	18							18	7,0	5,7	0,003	0,014	0,022	717430	7087252
		65 34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	17							17	7,0	5,4	0,002	0,013	0,019	717430	7087252

	66	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15	15	21	7,0	6,8	0,004	0,020	0,030	717435	7087248
	67	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15	17	23	7,0	7,2	0,004	0,023	0,034	717435	7087248
	68	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	21		21	7,0	6,7	0,004	0,020	0,029	717435	7087248
P 27,28	69	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16		16	7,0	5,1	0,002	0,011	0,017	717435	7087248
	70	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	25		25	8,0	8,0	0,005	0,032	0,048	717434	7087246
	71	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	18	15	23	7,0	7,5	0,004	0,024	0,037	717434	7087246
	72	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15		15	7,0	4,8	0,002	0,010	0,015	717434	7087246
	73	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	18		18	7,0	5,7	0,003	0,014	0,022	717446	7087263
	74	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	17		17	6,0	5,4	0,002	0,011	0,017	717446	7087263
	75	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	15		15	6,0	4,8	0,002	0,009	0,013	717446	7087263
P 29,30	76	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16		16	5,0	5,1	0,002	0,008	0,012	717447	7087261
	77	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	17		17	5,0	5,4	0,002	0,009	0,014	717447	7087261
	78	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	16		16	5,0	5,1	0,002	0,008	0,012	717448	7087262
	79	34266	Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	14		14	5,0	4,5	0,002	0,006	0,009	717448	7087262

Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

2.9. Parâmetros fitossociológicos analisados.

De posse dos dados coletados a campo, se fez o levantamento fitossociológico com o objetivo de caracterizar a área em questão em relação às espécies ocorrentes, bem como a composição estrutural da área a ser suprimida, por meio da avaliação da estrutura horizontal apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 - Avaliação da estrutura horizontal

Nome Científico	Nome Comum	N	U	AB	DA	DR	FA	FR	DoA	DoR	VC	VC %	VI	VI %
<i>Laguncularia racemosa</i>	Mangue-branco	55	1	0,17	2099,24	69,62	100	16,67	6,42	41,88	111,50	55,75	128,16	42,72
<i>Avicennia schaueriana</i>	Mangue-preto	20	1	0,14	763,36	25,32	100	16,67	5,48	35,80	61,12	30,56	77,79	25,93
<i>Schinus terebinthifolius</i>	Aroeira-vermelha	1	1	0,04	38,17	1,27	100	16,67	1,42	9,25	10,51	5,26	27,18	9,06
<i>Rhizophora mangle</i>	Mangue-vermelho	1	1	0,02	38,17	1,27	100	16,67	0,92	6,00	7,27	3,63	23,93	7,98
<i>Areca madagascariensis</i>	Dipsis	1	1	0,02	38,17	1,27	100	16,67	0,88	5,73	6,99	3,50	23,66	7,89
<i>Terminalia catappa</i>	Sete-copas	1	1	0,01	38,17	1,27	100	16,67	0,21	1,34	2,61	1,30	19,27	6,42
Total		79	1	0,40		100	600	100	15,32	100	200	100	300	100

Nota:

N - Indivíduos
U - Unidades Amostrais
AB - Área Basal (m²/ha)
DA - Densidade Absoluta
DR(%) - Densidade Relativa
FA - Frequência Absoluta
FR(%) - Frequência Relativa
DoA - Dominância Absoluta
DoR(%) - Dominância Relativa
VC - Valor de Cobertura
VC% - % do Valor de Cobertura
VI - Valor de Importância
VI% - % do Valor de Importância
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

Área (A), em (ha)
nº indivíduos uma determinada espécie (n)
nº total indivíduos (N)
nº parcelas com ocorrência da espécie i (pi)
nº total parcelas na amostra (P)

Densidade Absoluta (DA) = n / A
indivíduos 1 espécie/área

Densidade Relativa
(DR) = n / N x 100, em (ha)
indivíduo 1 espécie/total indivíduos espécie

Frequência Absoluta
(FA) = pi / P x 100, em (%)

Frequência Relativa
(FR) = FAi / Σ FA x 100, em (%)

Dominância Absoluta
(DoA) = gi / ha
gi = DAP² x π / 4

Dominância Relativa
(DoR) = (gi/G) x 100 G = Σ gi

Índice Valor Importância
(IVI) = DR + FR + DoR

Fórmulas para obtenção dados
fitossociológicos
Fonte: Felfili et. Al, 2012.

Com relação à estrutura horizontal da área de estudo, se pôde inferir que a espécie *Laguncularia racemosa* apresentou o maior valor de importância, em função da grande densidade e frequência da espécie na área amostrada, o que resultou também no maior valor de cobertura o que representa uma grande contribuição para a comunidade vegetal estudada, sendo grande parte da área de estudo ocupada por sua área basal.

Destaque também para a espécie *Avicennia schaueriana*, a qual apresentou o segundo maior valor de dominância, e também o segundo maior valor de densidade e dominância. Estes fatores indicam que estas espécies apresentam grande importância na dinâmica florestal da área de estudo.

Deve-se ressaltar o fato de que foram encontradas apenas 06 (seis) espécies distintas, o que reflete em uma área com baixa diversidade arbórea e bastante homogênea.

2.10. Composição florística.

Por meio do levantamento florístico se pôde observar a presença de indivíduos arbóreos, herbáceos, epífitos na área de intervenção direta, em todos os pontos (estacas das pontes), da implantação da futura OAE. As espécies inventariadas como a *Rhizophora mangle* (mangue-vermelho), a *Avicennia schaueriana* (mangue-preto), a *Laguncularia racemosa* (mangue-branco), e a *Acrostichum aureum* (samambaia-do-mangue) são classificadas como endêmicas. No censo se exemplifica como espécie rara a espécie *Rhizophora mangle* (mangue-vermelho). Ramos e Geraldo (2007) avaliaram a bioacumulação de Cd, Cr, Cu, Pb e Zn em folhas de *Avicennia schaueriana*, *Laguncularia racemosa* e *Rhizophora mangle* e concluíram que *A. schaueriana* seria a espécie mais recomendada ao biomonitoramento desses metais no sedimento da bacia do Rio Cubatão, pois há uma tendência de bioacumulação nesta espécie. Com base no estudo de Ramos e Geraldo (2007), se

observou neste censo total 20 indivíduos de *Avicennia schaueriana*, Mangue-preto, exatamente 25,32 % do total do inventário, como exemplares de bioindicadores de metais nas suas folhas. Na Figura 5 se apresenta a lista de espécies ocorrentes na área de estudo.

Nome científico	Nome popular	Hábito	Origem
<i>Terminalia catappa</i>	Sete-copas	Arbóreo	Exótica
<i>Areca madagascariensis</i>	Dipsis	Arbóreo	Exótica
<i>Avicennia schaueriana</i>	Mangue-preto	Arbóreo	Nativa
<i>Laguncularia racemosa</i>	Mangue-branco	Arbóreo	Nativa
<i>Rhizophora mangle</i>	Mangue-vermelho	Arbóreo	Nativa
<i>Schinus terebinthifolia</i>	Aroeira-vermelha	Arbóreo	Nativa
<i>Sphagneticola trilobata</i>	Malmequer	Herbáceo	Nativa
<i>Brassica oleracea</i>	Repolho	Herbáceo	Exótica
<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim-limão	Herbáceo	Exótica
<i>Acrostichum aureum</i>	Samambaia-do-mangue	Herbáceo	Nativa
<i>Dracaena trifasciata</i>	Espada-de-São-Jorge	Herbáceo	Exótica
<i>Tilandsia sp.</i>	Bromélia-Tilandsia	Epífita	Nativa

Figura 5 - Composição florística da área de estudo.

Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

Nas Figuras de 6 a 12 são apresentados os registros de espécies ocorrentes na área de estudo.



Figura 1: *Acrostichum aureum*, Samambaia-do-mangue.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.



Figura 2: *Brassica oleracea*, Repolho.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.



Figura 3: *Sphagneticola trilobata*, Malmequer.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

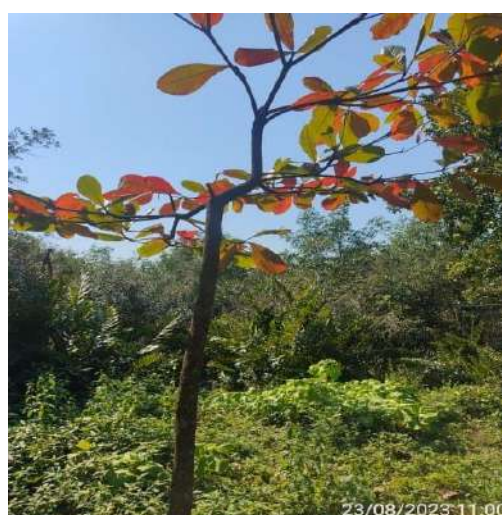


Figura 9: *Terminalia catappa*, Sete-copas.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.



Figura 4: *Tilandsia* sp., Bromélia-Tilandsia.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.



Figura 11: *Schinus terebinthifolia*, Aroeira-vermelha.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.



Figura 12: *Laguncularia racemosa*, Mangue-branco.
Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

Por meio dos dados coletados se pôde observar que a área alvo do estudo apresenta a presença de espécies nativas e exóticas, próximas da mesma proporção, o que denota que a área-alvo de estudo apresenta sinais de intervenção antrópica.

2.11. Indivíduos mortos encontrados nas parcelas.

Não há indivíduos mortos na área de estudo.

2.12. Enquadramento da vegetação conforme Resolução Conama.

A vegetação encontrada na localidade alvo de estudo se trata de uma vegetação típica de manguezal em decorrência das espécies de origem nativa encontradas (*Laguncularia racemosa*, *Avicennia schaueriana* e *Rhizophora mangle*). Além destas, se vê a presença de espécies exóticas como por exemplo: *Terminalia catappa* e *Areca madagascariensis*. Além disso, a presença de plantio de Repolho (*Brassica oleracea*) e a presença de indivíduos de Espada-de-São-Jorge (*Dracaena trifasciata*), bem como vestígios de resíduos da construção civil, Figura 21, na área alvo de estudo denotam a ação antrópica no local.

A área de manguezal, objeto deste estudo, é considerada como área perturbada, devido ao desfolhamento e morte das árvores da espécie *Avicennia schaueriana* (mangue-preto) e *Laguncularia racemosa* (mangue-branco), ocorrido em 2016 em todo manguezal, causado pela lagarta herbívora da espécie exótica de mariposa *Hyblaea puer*. Tal acontecimento, causou um grande impacto sobre a vegetação, eliminando quase a totalidade dos indivíduos arbóreos e impactando diretamente a fauna. Importante salientar que, na década de 80, também houve registro de desfolhamento no manguezal devido ao ataque de lagartas na região, o que torna esse tipo de evento passível de ocorrência no futuro. As Figuras apresentadas a seguir trazem o histórico da área de intervenção, onde é possível verificar a degradação e o processo de regeneração da vegetação mangue.

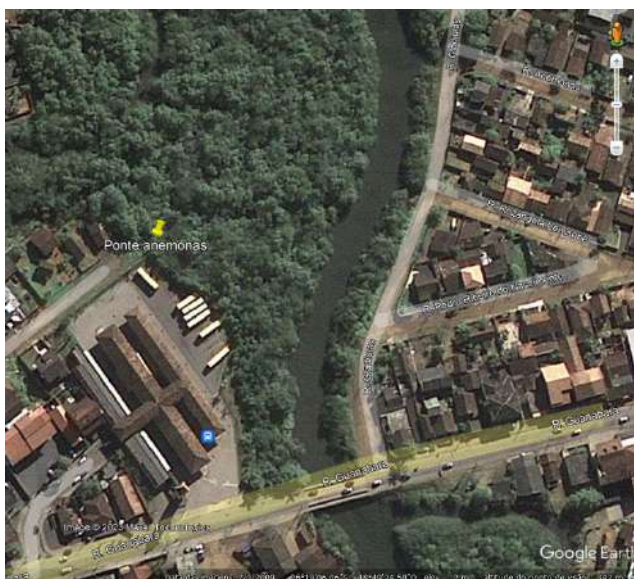


Figura 13: Imagem de Satélite da área de estudo de 2009.
Fonte: Google Earth, 2009.



Figura 14: Imagem de Satélite da área de estudo de 2012.
Fonte: Google Earth, 2012.

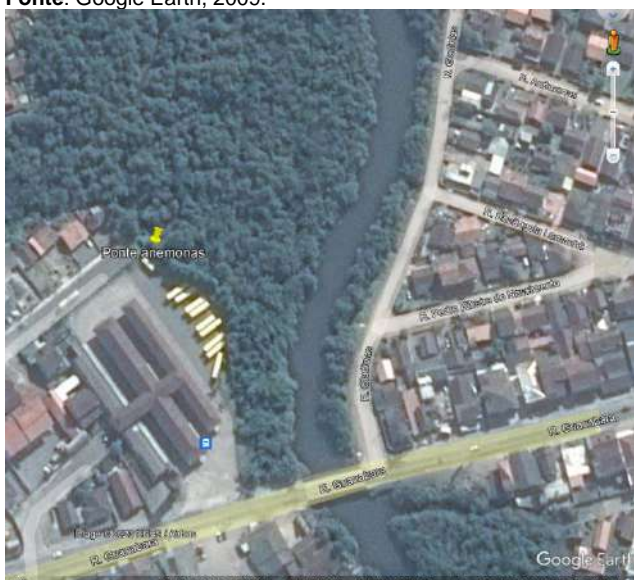


Figura 15: Imagem de Satélite da área de estudo de 2014.
Fonte: Google Earth, 2014.

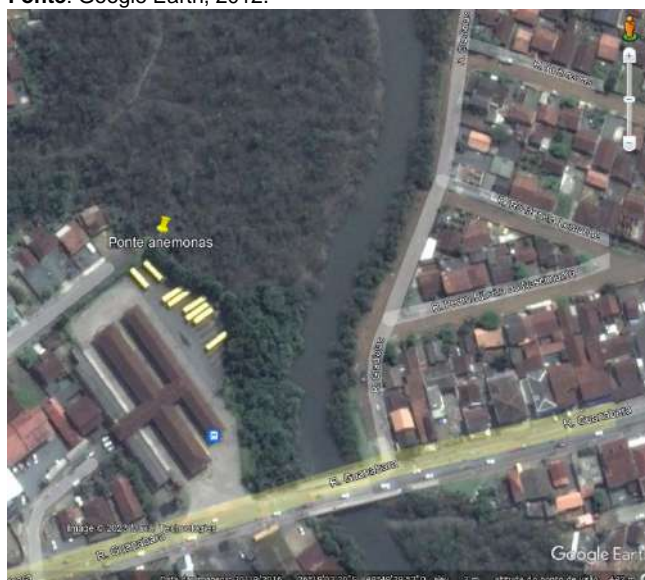


Figura 16: Imagem de Satélite da área de estudo de 2016 com indícios de degradação no local.
Fonte: Google Earth, 2016.

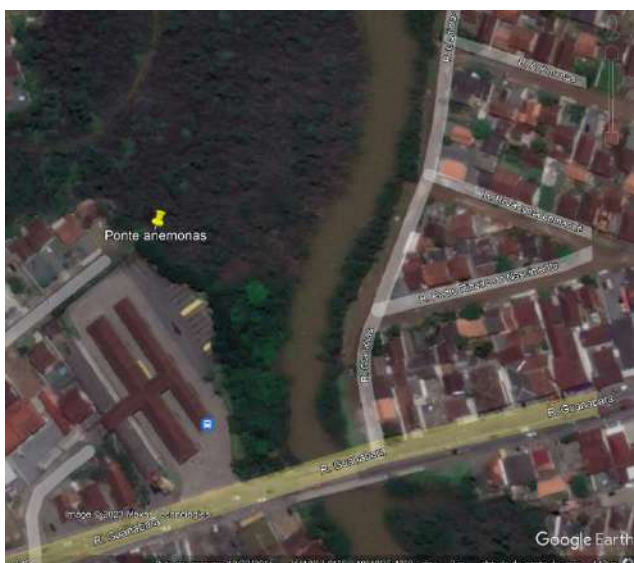


Figura 17: Imagem de Satélite da área de estudo de 2016 com aspecto de degradação evidente no local.
Fonte: Google Earth, 2016.

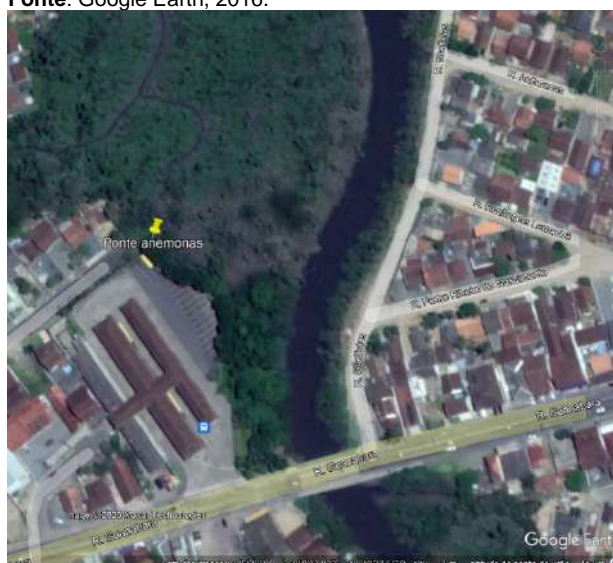


Figura 18: Imagem de Satélite da área de estudo de 2018 com aspecto de degradação evidente no local.
Fonte: Google Earth, 2018.



Figura 19: Imagem de Satélite da área de estudo de 2020 com regeneração no local.

Fonte: Google Earth, 2020.



Figura 20: Imagem de Satélite da área de estudo de 2023 com regeneração no local.

Fonte: Google Earth, 2023.

Neste contexto, de acordo com a Resolução CONAMA 04/1994 a qual tem por objetivo definir a classificação da vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Santa Catarina, em seu artigo 4º, define:

“Art. 4º A caracterização dos estágios de regeneração da vegetação definidos no artigo 3º. e os parâmetros de DAP médio, altura média e área basal média do artigo 1º. desta Resolução, não são aplicáveis para manguezais e restingas.” (CONAMA,1994).

Sendo assim, a classificação da área de estudo enquadra-se no art. 2º, conforme transcrito a seguir:

“Art. 2º Vegetação secundária ou em regeneração é aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.” (CONAMA,1994).

Neste sentido, por meio de imagens de satélite apresentadas se constata que a área sofreu degradação, não configurando existir na localidade uma vegetação pioneira e sim, uma vegetação primária, conforme definido em lei. Ainda, foi observado a deposição de vestígios de resíduos da construção civil na margem do rio Itaum-açu, as margens da Rua Anêmonas, no bairro Fatma.



Figura 21 - Vestígios de resíduos da construção civil na margem do rio Itaum-açu, cabeceira da Rua Anêmonas - Fatma.

Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

2.13. Descrição do sub-bosque, serrapilheira, trepadeiras, espécies indicadoras e epífitas.

Na área alvo de intervenção efetiva há a formação arbórea natural de terrenos marinhos lodosos, sendo o sub-bosque e serrapilheira ausentes, devido as condições locais e também por estar sujeita ao regime das marés. As espécies mais ocorrentes são Mangue-branco - *Laguncularia racemosa* e Mangue-preto - *Avicennia schaueriana*. Nas bordas do fragmento se nota a presença de espécies exóticas plantadas e espontâneas na área, além da presença de poucas epífitas do gênero *Tilandsia* sp.

2.14. Caracterização da Fauna.

Para a caracterização faunística se utilizou como base o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira (2021), o qual Parque Natural se localiza à aproximadamente 3 km, pertencente a mesma bacia hidrográfica e mesmo corpo hídrico (Rio itaum) do local de implantação da OAE em questão, constituído pela mesma tipologia de vegetação da área alvo de intervenção.

Assim, o levantamento faunístico envolveu os grupos de aves, mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e crustáceos se registrado um total de 361 espécies, como pode ser observado na Figura 22.

Grupo Animal	Número de Espécies Observadas	Número de famílias
Herpetofauna	85 espécies	24 famílias
Avifauna	175 espécies	55 famílias
Mastofauna	68 espécies	18 famílias
Ictiofauna	16 espécies	10 famílias
Carcinofauna	17 espécies	6 famílias

Figura 22 - Espécies registradas no Parque Natural Municipal da Caieira.
Fonte: Município de Joinville, 2017.

Ressalta-se que de acordo com o item 4.30 da IN-24 do IMA, o levantamento de fauna será obrigatório em áreas urbanas, quando a vegetação a ser suprimida ocorrer nas seguintes condições:

- primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;
- secundária em estágio médio de regeneração com área igual ou superior a 0,5 ha; ou
- secundária em estágio inicial de regeneração com área igual ou superior a 1,0 ha e estiver localizada de maneira contígua à Área de Preservação Permanente ou conectada com Fragmentos Florestais de vegetação nativa (Entende-se por área contígua quando não houver barreira física, tais como edificações e arruamento).

2.15. Espécies Ameaçadas de Extinção.

Dentre de todas as espécies levantadas no inventário, nenhuma consta da lista de espécies ameaçadas de extinção no Brasil (BRASIL, 2014).

2.16. Tabela-resumo por parcela das espécies que serão suprimidas.

A Tabela 3 apresenta um resumo do inventário florestal com a apresentação dos dados por espécie, contendo as informações de nome comum, nome científico, nº de indivíduos/ha, nº total de indivíduos a serem suprimidos, DAP (cm) médio, altura (m) média, volume (m³) e área basal (gi) (m²) média.

Tabela 3 - Resumo parcela das espécies que serão suprimidas.

Nome Científico	Nome Popular	Indivíduos por (ha)	Nº indiv	DAP (cm) Méd	Altura (m) Méd	Vol. (m³)	st	gi (m²) Méd
<i>Areca madagascariensis</i>	Dipsis	38	01	17,1	6,0	0,11	0,17	0,0230
<i>Schinus terebinthifolia</i>	Aroeira-vermelha	38	01	21,7	6,0	0,18	0,27	0,0371
<i>Terminalia catappa</i>	Sete-copas	38	01	8,3	4,0	0,02	0,03	0,0054
<i>Laguncularia racemosa</i>	Mangue-branco	2.099	55	6,0	6,4	0,90	1,35	0,0031
<i>Avicennia schaueriana</i>	Mangue-preto	763	20	8,6	5,9	0,72	1,08	0,0072
<i>Rhizophora mangle</i>	Mangue-vermelho	38	01	17,5	9,0	0,17	0,26	0,0241
		3.014	79			2,10	3,15	

Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

2.19. Cronograma de execução da supressão de vegetação.

Tabela 4 - Cronograma de execução das atividades de supressão.

Atividade Prevista	Semanas			
	1	2	3	4
Conferência da documentação dos trabalhadores e equipamentos	X			
Treinamento para procedimentos de corte de vegetação	X			
Acompanhamento da supressão (corte, desgalhe, processamento, empilhamento e cubagem do material lenhoso)		X	X	X
Transporte e destinação final do material lenhoso		X	X	X
Elaboração e entrega de relatório final da atividade para o órgão ambiental				X

Fonte: Seinfra, Joinville, 2023.

2.20 Considerações finais.

O local alvo do presente estudo se trata de área com vegetação em regeneração devido ao explicitado no item 2.12 deste documento, contendo espécies exóticas com ocorrência natural e plantadas além das espécies nativas. Nota-se ações antrópicas na área de estudo também pela deposição de resíduos sólidos encontrados nas margens do rio e o lançamento de efluentes líquidos na transição da área urbana para a área alvo de estudo.

Cabe destacar que a área de supressão corresponde a 262,00 m² não contínuos (apenas nos locais de fundação da estrutura da ponte), e que as obras de engenharia optadas para a execução do projeto foram escolhidas de forma a causar o menor impacto possível, mitigando possíveis danos decorrentes de outras práticas de execução. Sendo assim, a presente solicitação de supressão visa ao mesmo tempo viabilizar a obra com a menor intervenção possível no local, uma vez que a área em questão é prioritariamente composta por vegetação nativa.

2.21 Referências Bibliográficas.

- BRASIL. Decreto 6.660/2008. Regulamenta a Lei Federal 11.428/2006 - Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
- BRASIL. Lei Federal 11.428/2006 - Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
- BRASIL. Lei Federal 12.651/2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938/1981, 9.393/1996, e 11.428/2006; revoga as Leis 4.771/1965, e 7.754/1989, e a Medida Provisória 2.166-67/2001; e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal 12.727/2012. Altera a Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938/1981, 9.393/1996, e 11.428/2006; e revoga as Leis 4.771/1965, e 7.754/1989, a Medida Provisória 2.166-67/2001, o item 22, do inciso II, do art. 167, da Lei 6.015/1973, e o § 2º, do art. 4º, da Lei 12.651/2012.
- BRASIL. Resolução Conama 004/2094. Define a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no estado de Santa Catarina.
- BRASIL. Resolução Conama, 423/2010. Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria 443/2014. Dispõe sobre as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da “Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção” - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria 043/2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria 148/2022. Dispõe sobre as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes na “nova Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Brasil.
- CORREIA, J.; FANTINI, A.; Piazza, G. Equações Volumétricas e Fator de Forma e de Casca para Florestas Secundárias do Litoral de Santa Catarina. Floresta e Ambiente, v.24, p. e20150237, 2017.
- KLEIN, R.M. Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. Itajaí, p.7-8, 1978.
- LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. Vegetação. In: IBGE: Geografia do Brasil; região Sul. Rio de Janeiro, 5v., v.2, 1990.
- MELLO, Y. KOEHNTOPP, P. I.; OLIVEIRA, T. M. N. Distribuição pluviométrica na região de Joinville (SC). Estudos Geográficos, Rio Claro, v.13, n.1, p.78-9, 2015 (ISSN 1678-698X)
- <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>
- SANTA CATARINA. IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. IN 024 - Supressão de

Vegetação Nativa em Área Urbana. Atualizada em outubro de 2018.

SANTA CATARINA. Resolução Consema 051/2014 Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Nimer, E. Climatologia do Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989, 421 p.

SANTA CATARINA. IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, Portaria 124/2016. Institui o Sistema de Créditos de Conservação no âmbito da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e estabelece outras providências.

SANTA CATARINA. Lei Estadual 14.675/2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina e dá outras providências.

SANTA CATARINA. Resolução Consema 051/2014. Traz a lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Resolução Consema 098/2017. Aprova, nos termos do inciso XIII, do art. 12, da Lei 14.675/2009, a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, define os estudos ambientais necessários e estabelece outras providências.

VIBRANS, A.C.; MOSER, P.; MAÇANEIRO, J.P. de; LINGNER, D.V.; KRUGER, A.; SILVA, L.S. 2013. Equações hipsométricas, volumétricas e de peso para a floresta ombrófila densa em Santa Catarina. In: VIBRANS, A.C.; SEVEGNANI, L.; GASPER, A.L. de; LINGNER, D.V. (Eds). Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, vol. IV, Floresta Ombrófila Densa. Blumenau. Edifurb.

3. ANEXOS


3.01. ART Responsável Técnico.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART		CREA-SC	ART OBRA OU SERVIÇO
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977			25 2023 8874756-9
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina			Inicial Individual
1. Responsável Técnico LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA Título Profissional: Engenheiro Agrônomo Empresa Contratada: MUNICIPIO DE JOINVILLE		RNP: 2501884981 Registro: 015495-9-SC Registro: C00199-4-SC	
2. Dados do Contrato Contratante: MUNICIPIO DE JOINVILLE Endereço: RUA SAQUACU Complemento: SEINFRA Cidade: JOINVILLE Valor: R\$ 1,00 Contrato: Celebrado em: Vinculado à ART: Ação Institucional: Tipo de Contratante:		Bairro: SAQUACU UF: SC CEP: 89221-910 CPF/CNPJ: 83.169.623/0001-10 Nº: 265	
3. Dados Obra/Serviço Proprietário: MUNICIPIO DE JOINVILLE Endereço: RUA SAQUACU Complemento: SEINFRA Cidade: JOINVILLE Data de Início: 01/05/2023 Finalidade:		Bairro: SAQUACU UF: SC CEP: 89221-910 CPF/CNPJ: 83.169.623/0001-10 Nº: 265 Previsão de Término: 31/07/2023 Coordenadas Geográficas: Código:	
4. Atividade Técnica Levantamento: Inventário Florestal Elaboração: Dimensão do Trabalho: 713,21 Metro(s) Quadrado(s)			
5. Observações ART Aut. IN-24 - Elaboração Inventário florestal, sereno total, para implementação da ponte que interliga a rua Antenor com a rua Esteves Júnior, transpondo o Rio Baum-sq.			
6. Declarações Acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.			
7. Entidade de Classe AEA Babilong - 61		9. Assinaturas Declaro serem verdadeiras as informações acima. Documento assinado digitalmente LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA Data: 14/07/2023 12:55:56-0100 Verifique em: https://validar.jb.gov.br	
8. Informações A ART é válida somente após o pagamento da taxa. Situação do pagamento da taxa da ART em 19/07/2023: TAXA DA ART A PAGAR Valor ART: R\$ 95,62 Data Vencimento: 18/08/2023 Registrada em: Valor Pago: Data Pagamento: Nosso Número: A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.crea-sc.org.br/art. A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual. Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/00 do CONFEA.		LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA 380.147.269-67 Documento assinado digitalmente PAULO MENDES CASTRO Data: 19/07/2023 14:44:59-0300 Verifique em: https://validar.jb.gov.br	
www.crea-sc.org.br Fone: (48) 3331-2090		falecom@crea-sc.org.br Fax: (48) 3331-2107	
		CREA-SC Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina	
		Contratante: MUNICIPIO DE JOINVILLE 83.169.623/0001-10	

3.02. CR IBAMA Município de Joinville.

 <div style="text-align: center;"> Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR </div> 			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
1206500	19/07/2023	10/05/2023	10/08/2023
Dados básicos:			
CNPJ : 83.169.623/0001-10			
Razão Social : PREF MUN JOINVILLE			
Nome fantasia : PREFEITURA DE JOINVILLE			
Data de abertura : 30/03/1976			
Endereço:			
logradouro: AV. HERMANN AUGUST LEPPER			
N.º: 10		Complemento: PREFEITURA JOINVILLE	
Bairro: CENTRO		Município: JOINVILLE	
CEP: 89221-005		UF: SC	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
17-5	Dragagem e derrocamentos em corpos d'água		
17-67	Recuperação de áreas degradadas		
20-25	Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre - Resolução CONAMA nº 489/2018: art. 4º, X		
20-63	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais - Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014: 7º, II		
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)		
<p>Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.</p>			
Chave de autenticação		CSP8XUMPTUH8XATH	
IBAMA - CTF/APP		19/07/2023 - 21:05:34	

3.03. Inscrição IBAMA Município de Joinville.

 <p>Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</p>	 <p>IBAMA M M A</p>
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO	
N.º de registro no banco de dados do Ibama: 1206500	
CPF/CNPJ: 83.169.623/0001-10	
Nome/Razão Social/Endereço PREF MUN JOINVILLE AV. HERMANN AUGUST LEPPER CENTRO JOINVILLE/SC 89221-005	
Atividades Potencialmente Poluidoras	
Categoria / Detalhe	
Serviços de Utilidade / Dragagem e derrocamentos em corpos d'água Serviços de Utilidade / Recuperação de áreas degradadas Uso de Recursos Naturais / Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre - Resolução CONAMA nº 489/2018: art. 4º, X Uso de Recursos Naturais / Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais - Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014: 7º, II Uso de Recursos Naturais / Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)	
Observações: 1 - Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e de uso obrigatório nos casos legalmente determinados. Para qualquer orientação de natureza cadastral, procure a unidade local do cadastro do IBAMA. 3 - Para verificar a regularidade desta pessoa junto ao IBAMA, visite http://www.ibama.gov.br e procure Serviços On-Line, depois Consulta de Regularidade. 4 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente. 5 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 6 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 7 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.	
Data de emissão: 09/11/2022	
Autenticação: ffb1.fzwx.atav.jln2	

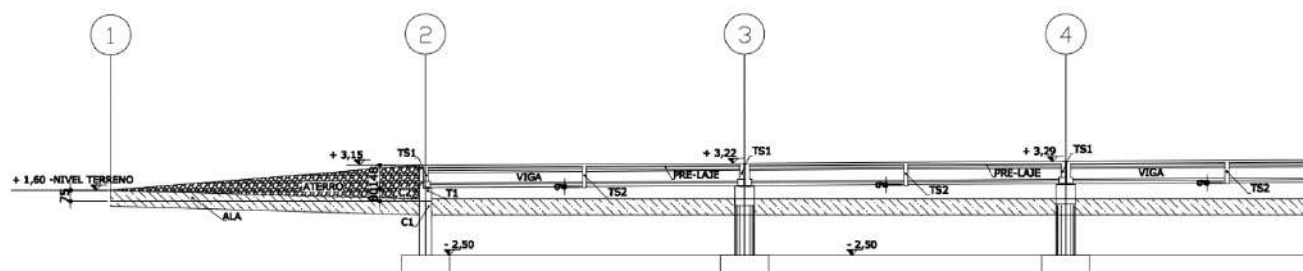
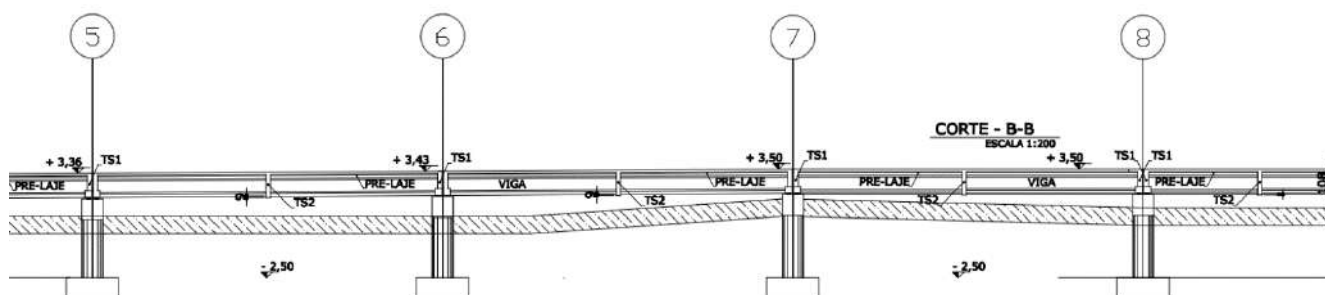
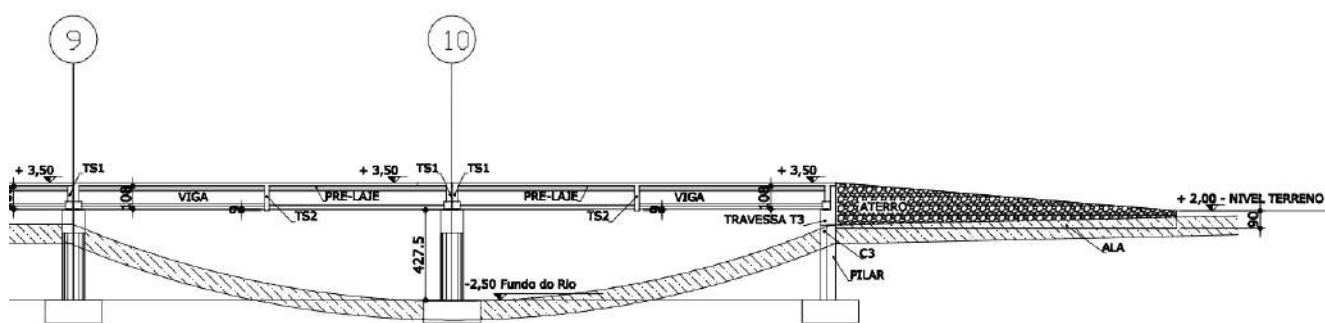
3.04. Inscrição IBAMA Responsável Técnico.

	Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL	
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO		
Data de última atualização:	22/11/2022	Data de validade:
20/07/2025		
CPF: 380.147.269-87		
NOME: LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA		
LOGRADOURO: RUA CONSELHEIRO PEDREIRA		
N.º: 1147	COMPLEMENTO: APTO. 403	
MUNICÍPIO: JOINVILLE	UF: SANTA CATARINA	
Ocupações e áreas de atividades declaradas:		
Engenheiro Agrônomo		
Planejar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais		
05/02/2022		
Engenheiro Agrônomo		
Coordenar atividades agrossilvipecuárias e o uso de recursos naturais renováveis e ambientais		
05/02/2022		
Engenheiro Agrônomo		
Prestar assistência e consultoria técnicas e extensão rural		
05/02/2022		
Engenheiro Agrônomo		
Elaborar documentação técnica e científica		
05/02/2022		
TERMOS DA INSCRIÇÃO NO CTF/AIDA		
A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.		
A inscrição no CTF/AIDA não desobriga a pessoa física da obtenção de:		
i) licenças, autorizações, permissões, concessões, ou alvarás;		
ii) documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional;		
iii) demais documentos exigíveis por órgãos e entidades federais, distritais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades; e		
iv) do Comprovante de Inscrição e do Certificado de Regularidade emitidos pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, quando esses também forem exigíveis.		
O Comprovante de Inscrição no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.		

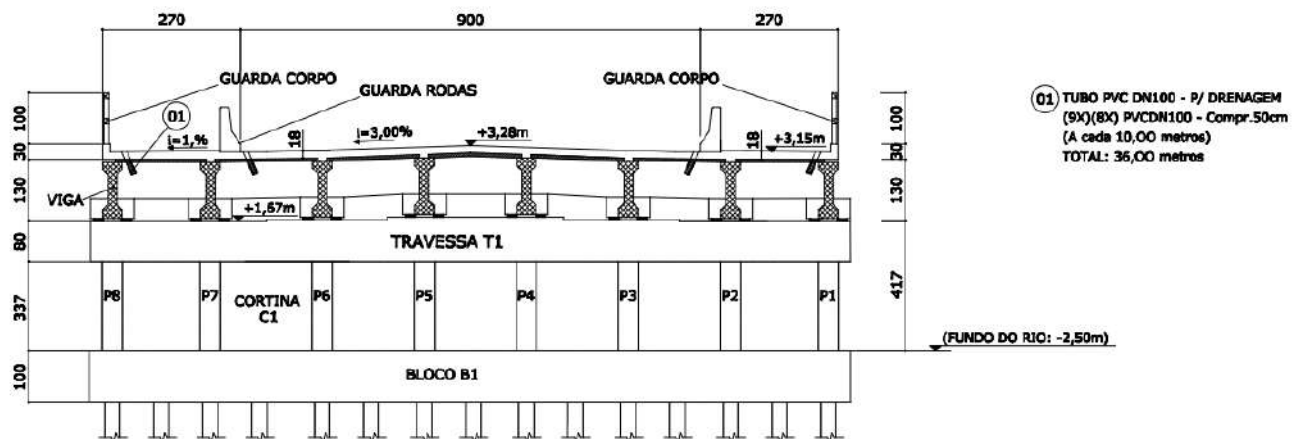
3.05. CR IBAMA Responsável Técnico.

 <div style="text-align: center;"> Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR </div> 			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
8035280	20/07/2023	20/07/2023	Cancelado
Dados básicos:			
CPF: 380.147.269-87			
Nome: LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA			
Endereço:			
Logradouro: RUA CONSELHEIRO PEDREIRA			
N.º:	1147	Complemento:	APTO. 403
Bairro:	PIRABEIRABA	Município:	JOINVILLE
CEP:	89239-200	UF:	SC
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA			
Código CBO	Ocupação	Área de Atividade	
2221-10	Engenheiro Agrônomo	Planejar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais	
2221-10	Engenheiro Agrônomo	Coordenar atividades agrossilvipecuárias e o uso de recursos naturais renováveis e ambientais	
2221-10	Engenheiro Agrônomo	Prestar assistência e consultoria técnicas e extensão rural	
2221-10	Engenheiro Agrônomo	Elaborar documentação técnica e científica	
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.			
A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.			
O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.			
Chave de autenticação		PJ2JY11KNQ2WZIRX	

3.06. Corte e Detalhes do Empreendimento.



CORTE ESQUEMATICO AA
SEM ESCALA



3.07. Protocolo de Autorização de Obras em Imóvel da União.

Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC

Atendimento Nº SC06619/2023

83.169.623/0001-10 - Município de Joinville

SPU Ministério da Economia
Portal de Serviços da SPU
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União

Institucional | Ouvidoria | Mapa do Site | Acessibilidade | Regis Antônio Korzen Hettling | Sair

O que você procura?

Meus Requerimentos

SC06619/2023 - Obter Autorização de Obras em Imóvel da União

Data: 09/08/2023
Situação: Requerimento Recebido
Número de Atendimento: SC06619/2023

REQUERIMENTO RECEBIDO
09/08/2023 23:33:36
Em andamento

EM ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EM ANÁLISE TÉCNICA


CONCLUÍDO

3.08. Registro Fotográfico.






3.09. Compensação Ambiental IC 13-21-43-50-86, Matrícula 107.257, de 262 m².



Valide aqui a certidão.



Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.trjoinville.com.br

CNM: 107896.2.0107257-89

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº -01- Ano 2.005.

Matrícula Nº -107.257- Data: 21 de Janeiro de 2.005.-

IMÓVEL:- Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente à Sudoeste, em tres linhas: a primeira em reta medindo 10,98 metros, a segunda defletindo à direita 63,70 metros, e a 4ª terceira em curva de esquina com raio de 6,00 metros, medindo o desenvolvimento 9,42 metros, todas na rua E, lado direito à Sudeste de quem de frente olha, medindo 33,31 metros, no prolongamento da rua Arnaldo Davet, lado esquerdo à Noroeste de quem de frente olha medindo 187,95 metros, extremando com a quadra IXVI e a área remanescente, fundos à Nordeste, medindo 188,64 metros, extremando com a área remanescente, contendo a área total de 10.288,47 metros quadrados.- (ÁREA 01).-

PROPRIETÁRIO:- DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, representado pela Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hermann August Lepper, 10, centro, nesta cidade, CNPJ 83.169.623/0001-10.-

REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula nº 92.295, do Livro 02-RG, neste Cartório.-

FORMA DO TÍTULO:- Abertura de matrícula por ato administrativo interno.- Oficial *[assinatura]* **Nº 10** **JLR**

Validade: 30 dias - Pedido nº 543.429. 30/08/2023 às 11:26:42
Solicite sua certidão eletronicamente em www.registradores.onr.org.br
Documento assinado digitalmente por MARIA LAURA BECKER DEMATTE DENZER (105.897.519-64)

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CNPJ 83.545.350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

saec
Serviço de Atendimento ao Cidadão

Documento assinado digitalmente
www.registradores.onr.org.br

Valide a certidão clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/4WK6J-FAM3D-SGCST-KBYXV>



Valide aqui
a certidão.



Registro
de Imóveis
Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.1rjoinville.com.br

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Matrícula nº: 107.257 (até R/Av-0)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fê.

Joinville/SC, 30 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente por

Maria Laura Becker Dematte Denzer - Escrevente de Certidão

Emolumentos: R\$ Isento

Total: R\$ 0,00



Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Internas

GSO10830-1911
Certificou os dados do ato em:
www.tjsc.jus.br/selo

Valide a certidão clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/4WK6L-FAM3D-SGCST-KBYXV>

onr

Documento assinado digitalmente
www.registradores.onr.org.br

saec

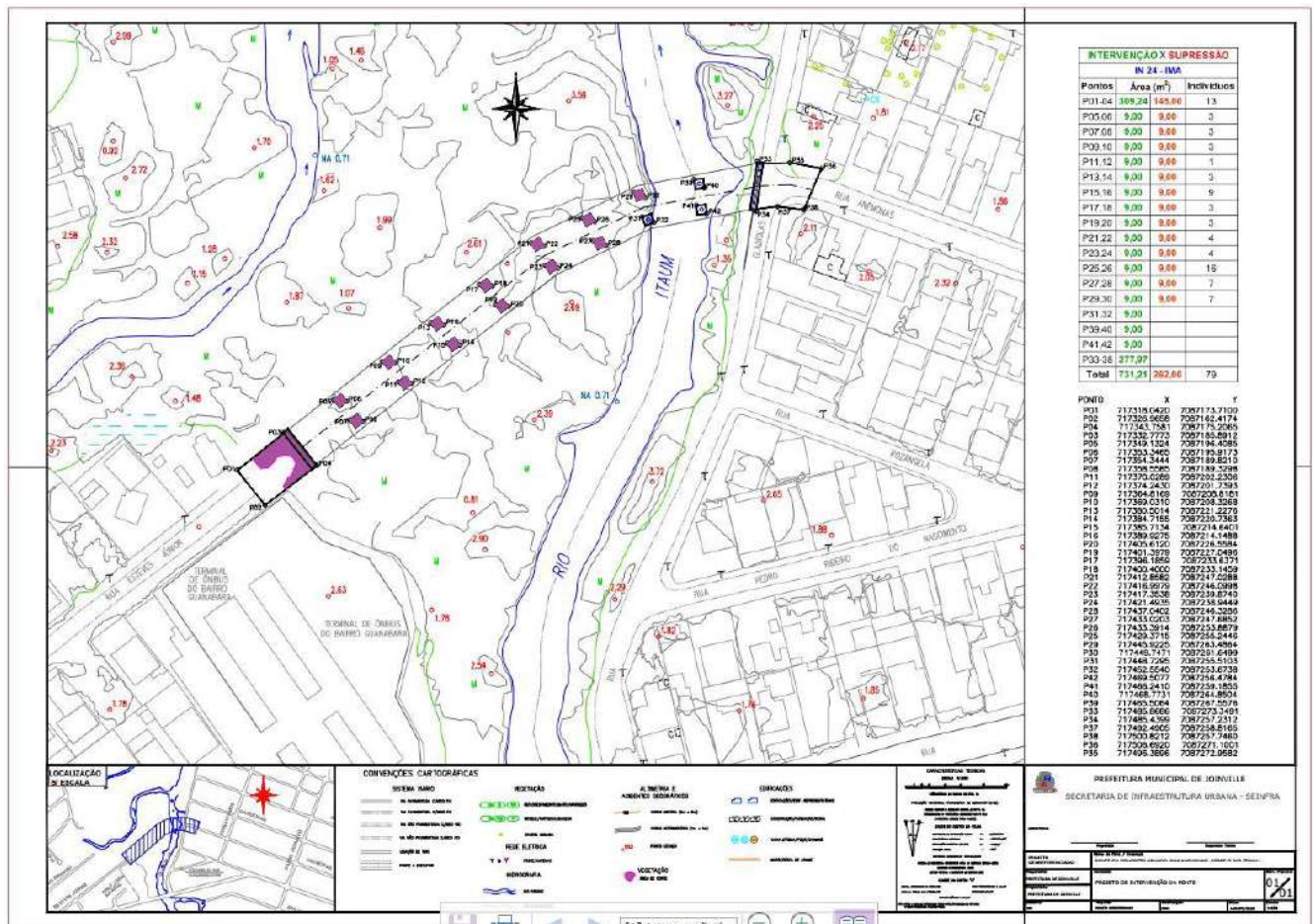
Sistema de Assinatura Eletrônica

Validade: 30 dias - Pedido nº 543.429, 30/08/2023 às 11:26:42

Solicite sua certidão eletronicamente em www.registradores.onr.org.br

Documento assinado digitalmente por MARIA LAURA BECKER DEMATTE DENZER (105.897.519-64)

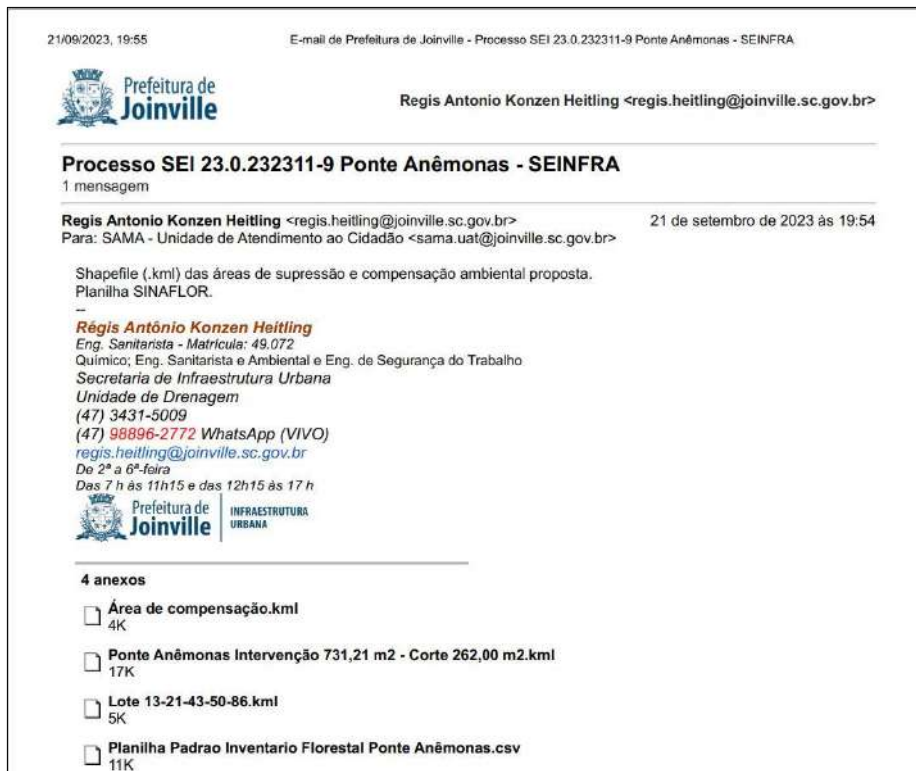
3.10. Mapa de Supressão com quadro de áreas e coordenadas UTM.



3.11. Planilha padrão SINAFLOR.

Número	Arvore	Nome UPA	UT	Produto	Nome Científico	Nome Popular	CAP (m)	DAP (m)	Altura Comercial (m)	Categoria	Qualidade do Fuste	Volume (m³)	Área Basal (m²)	Latitude	Longitude
1,1,1	Lenha	Areca madagascariensis	Dipsis	"0,54"	"0,171"	6,a explorar	3,"0,11"	"0,023"	717317	7087171					
2,1,1	Lenha	Schinus terebinthifolius	Aroeira-vermelha	"0,68"	"0,217"	6,a explorar	3,"0,178"	"0,037"	717320	7087172					
3,1,1	Lenha	Terminalia catappa	Sete-copas	"0,26"	"0,083"	4,a explorar	3,"0,017"	"0,005"	717321	7087170					
4,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,33"	"0,104"	6,a explorar	3,"0,041"	"0,008"	717332	7087181					
5,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,21"	"0,067"	5,a explorar	3,"0,014"	"0,004"	717332	7087181					
6,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,38"	"0,121"	7,a explorar	3,"0,064"	"0,011"	717332	7087181					
7,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,31"	"0,1"	5,a explorar	3,"0,031"	"0,008"	717334	7087181					
8,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,4"	"0,127"	7,a explorar	3,"0,071"	"0,013"	717334	7087181					
9,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,58"	"0,183"	7,a explorar	3,"0,148"	"0,026"	717334	7087181					
10,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,35"	"0,11"	5,a explorar	3,"0,038"	"0,01"	717334	7087181					
11,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,33"	"0,106"	5,a explorar	3,"0,035"	"0,009"	717333	7087180					
12,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,55"	"0,175"	6,a explorar	3,"0,115"	"0,024"	717333	7087180					
13,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	4,a explorar	3,"0,006"	"0,002"	717333	7087180					
14,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,18"	"0,057"	6,a explorar	3,"0,012"	"0,003"	717351	7087196					
15,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	6,a explorar	3,"0,007"	"0,002"	717351	7087196					
16,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,13"	"0,041"	6,a explorar	3,"0,006"	"0,001"	717351	7087196					
17,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	5,a explorar	3,"0,006"	"0,002"	717356	7087189					
18,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,23"	"0,073"	5,a explorar	3,"0,017"	"0,004"	717356	7087189					
19,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,24"	"0,076"	6,a explorar	3,"0,022"	"0,005"	717356	7087189					
20,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	6,a explorar	3,"0,01"	"0,002"	717366	7087208					
21,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,3"	"0,097"	7,a explorar	3,"0,041"	"0,007"	717366	7087208					
22,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,21"	"0,067"	7,a explorar	3,"0,02"	"0,004"	717366	7087208					
23,1,1	Lenha	Rhizophora mangle	Mangue-vermelho	"0,55"	"0,175"	9,a explorar	3,"0,173"	"0,024"	717371	7087201					
24,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,073"	7,a explorar	3,"0,024"	"0,004"	717382	7087220					
25,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,073"	7,a explorar	3,"0,024"	"0,004"	717382	7087220					
26,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,25"	"0,08"	7,a explorar	3,"0,028"	"0,005"	717382	7087220					
27,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,19"	"0,06"	6,a explorar	3,"0,014"	"0,003"	717387	7087215					
28,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,13"	"0,041"	6,a explorar	3,"0,006"	"0,001"	717387	7087215					
29,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,13"	"0,041"	5,a explorar	3,"0,005"	"0,001"	717387	7087212					
30,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,17"	"0,054"	6,a explorar	3,"0,011"	"0,002"	717387	7087212					
31,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,13"	"0,041"	4,a explorar	3,"0,004"	"0,001"	717387	7087212					
32,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	6,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717386	7087214					
33,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	6,a explorar	3,"0,007"	"0,002"	717386	7087214					
34,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,073"	7,a explorar	3,"0,024"	"0,004"	717389	7087214					
35,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,16"	"0,051"	6,a explorar	3,"0,01"	"0,002"	717389	7087214					
36,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	6,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717398	7087233					
37,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	6,a explorar	3,"0,007"	"0,002"	717398	7087233					
38,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	6,a explorar	3,"0,01"	"0,002"	717398	7087233					
39,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,26"	"0,083"	7,a explorar	3,"0,03"	"0,005"	717403	7087227					
40,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	6,a explorar	3,"0,01"	"0,002"	717403	7087227					
41,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,31"	"0,098"	7,a explorar	3,"0,042"	"0,008"	717403	7087227					
42,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,34"	"0,108"	8,a explorar	3,"0,059"	"0,009"	717414	7087246					
43,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	7,a explorar	3,"0,011"	"0,002"	717414	7087246					
44,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,21"	"0,068"	7,a explorar	3,"0,02"	"0,004"	717414	7087246					
45,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,4"	"0,127"	7,a explorar	3,"0,07"	"0,013"	717414	7087246					
46,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,13"	"0,041"	6,a explorar	3,"0,006"	"0,001"	717419	7087239					
47,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,17"	"0,054"	7,a explorar	3,"0,013"	"0,002"	717419	7087239					
48,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,13"	"0,041"	6,a explorar	3,"0,006"	"0,001"	717419	7087239					
49,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,13"	"0,041"	5,a explorar	3,"0,005"	"0,001"	717419	7087239					
50,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,073"	7,a explorar	3,"0,024"	"0,004"	717430	7087255					
51,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,17"	"0,054"	7,a explorar	3,"0,013"	"0,002"	717430	7087255					
52,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,073"	7,a explorar	3,"0,024"	"0,004"	717430	7087255					
53,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,2"	"0,064"	7,a explorar	3,"0,018"	"0,003"	717430	7087255					
54,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,17"	"0,054"	7,a explorar	3,"0,013"	"0,002"	717431	7087256					
55,1,1	Lenha	Avicennia schaueriana	Mangue-preto	"0,15"	"0,048"	6,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717431	7087256					
56,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,17"	"0,054"	7,a explorar	3,"0,013"	"0,002"	717431	7087256					
57,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	6,a explorar	3,"0,007"	"0,002"	717431	7087256					
58,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	6,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717433	7087253					
59,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,26"	"0,083"	8,a explorar	3,"0,034"	"0,005"	717433	7087253					
60,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	6,a explorar	3,"0,007"	"0,002"	717433	7087253					
61,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	6,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717433	7087253					
62,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	6,a explorar	3,"0,01"	"0,002"	717430	7087252					
63,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,22"	"0,07"	8,a explorar	3,"0,025"	"0,004"	717430	7087252					
64,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,18"	"0,057"	7,a explorar	3,"0,014"	"0,003"	717430	7087252					
65,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,17"	"0,054"	7,a explorar	3,"0,013"	"0,002"	717430	7087252					
66,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,21"	"0,068"	7,a explorar	3,"0,02"	"0,004"	717435	7087248					
67,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,072"	7,a explorar	3,"0,023"	"0,004"	717435	7087248					
68,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,21"	"0,067"	7,a explorar	3,"0,02"	"0,004"	717435	7087248					
69,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	7,a explorar	3,"0,011"	"0,002"	717435	7087248					
70,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,25"	"0,08"	8,a explorar	3,"0,032"	"0,005"	717434	7087246					
71,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,23"	"0,075"	7,a explorar	3,"0,024"	"0,004"	717434	7087246					
72,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	7,a explorar	3,"0,01"	"0,002"	717434	7087246					
73,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,18"	"0,057"	7,a explorar	3,"0,014"	"0,003"	717446	7087263					
74,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,17"	"0,054"	6,a explorar	3,"0,011"	"0,002"	717446	7087263					
75,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,15"	"0,048"	6,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717446	7087263					
76,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	5,a explorar	3,"0,008"	"0,002"	717447	7087261					
77,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,17"	"0,054"	5,a explorar	3,"0,009"	"0,002"	717447	7087261					
78,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,16"	"0,051"	5,a explorar	3,"0,008"	"0,002"	717448	7087262					
79,1,1	Lenha	Laguncularia racemosa	Mangue-branco	"0,14"	"0,045"	5,a explorar	3,"0,006"	"0,002"	717448	7087262					

3.12. E-mail do envio dos shapefile da área de intervenção sobre a vegetação.





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC



ART OBRA OU SERVIÇO

25 2023 8874756-9

Inicial
Individual

1. Responsável Técnico

LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA

Título Profissional: Engenheiro Agrônomo

RNP: 2501884981

Registro: 015495-9-SC

Empresa Contratada: MUNICIPIO DE JOINVILLE

Registro: C00199-4-SC

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICIPIO DE JOINVILLE

Endereço: RUA SAGUACU

Complemento: SEINFRA

Cidade: JOINVILLE

Valor: R\$ 1,00

Contrato:

Celebrado em:

Vinculado à ART:

Bairro: SAGUACU

UF: SC

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

CPF/CNPJ: 83.169.623/0001-10
Nº: 265

CEP: 89221-010

3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: MUNICIPIO DE JOINVILLE

Endereço: RUA SAGUACU

Complemento: SEINFRA

Cidade: JOINVILLE

Data de Início: 01/05/2023

Finalidade:

Previsão de Término: 31/07/2023

Bairro: SAGUACU

UF: SC

Coordenadas Geográficas:

CPF/CNPJ: 83.169.623/0001-10
Nº: 265

CEP: 89221-010

Código:

4. Atividade Técnica

Levantamento

Elaboração

Inventário Florestal

Dimensão do Trabalho:

713,21

Metro(s) Quadrado(s)

5. Observações

ART AuC IN-24 - Elaboração Inventário florestal, senso total, para implantação da ponte que interliga a rua Anêmonas com a rua Esteves Júnior, transpondo o Rio Itaum-açu.

6. Declarações

. A acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

AEA Babitong - 61

8. Informações

- . A ART é válida somente após o pagamento da taxa.
- Situação do pagamento da taxa da ART em 19/07/2023: TAXA DA ART A PAGAR
- Valor ART: R\$ 96,62 | Data Vencimento: 18/08/2023 | Registrada em:
- Valor Pago: | Data Pagamento: | Nosso Número:
- . A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-sc.org.br/art.
- . A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- . Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

JOINVILLE - SC, 19 de Julho de 2023



Documento assinado digitalmente

LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA

Data: 19/07/2023 12:55:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA
380.147.269-87



Documento assinado digitalmente

PAULO MENDES CASTRO

Data: 19/07/2023 14:44:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

www.crea-sc.org.br

falecom@crea-sc.org.br

Fone: (48) 3331-2000

Fax: (48) 3331-2107



CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Contratante: MUNICIPIO DE JOINVILLE

83.169.623/0001-10

Descrição de débitos

- PROFISSIONAL LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA
- PROPRIETARIO: MUNICIPIO DE JOINVILLE
- CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JOINVILLE
- CNPJ CONTRATANTE: 83.169.623/0001-10
- LOCALIZACAO: RUA SAGUACU 265 SEINFRA
- CIDADE: JOINVILLE SC
- ART: 8874756-9 CREA-SC: 015495-9

Linha digitável

10490 51152 95002 130441 00038 319810 6 94460000009662

CREA-SC	104-0	Recibo do Sacado			
Cedente CREA-SC Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64) Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Caixa Postal: 125 - CEP: 88034-001 - Itacorubi - Florianópolis / SC					Vencimento 18/08/2023
Nosso Número 140023040003831981	Número do Documento 488747569	Espécie Doc. GUIA	Data Documento 19/07/2023	Agência / Cod. Cedente 1011 / 051159-5	
(=) Valor Documento 96,62	(-) Deduções	(+) Acréscimos		(=) Valor Cobrado	
Sacado MUNICIPIO DE JOINVILLE (CNPJ 83.169.623/0001-10)					
Autenticação Mecânica					

CAIXA	104-0	10490.51152 95002.130441 00038.319810 6 94460000009662			
Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE					Vencimento 18/08/2023
Cedente CREA-SC Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64)					Agência / Cod. Cedente 1011 / 051159-5
Data Documento 19/07/2023	Número do Documento 488747569	Espécie Doc. GUIA	Aceite N	Data Processamento 19/07/2023	Nosso Número 140023040003831981
Uso do Banco	Carteira RG	Esp. Moeda R\$	Quantidade	Valor Moeda	(=) Valor Documento 96,62
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): Data/Hora Geração Boleto: 19/07/2023 12:33:56					(-) Descontos
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado MUNICIPIO DE JOINVILLE (CNPJ 83.169.623/0001-10) AV HERMANN AUGUST LEPPER 10 - SAGUACU - JOINVILLE - SC CEP: 89221901					
Sacador/Avalista					



Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica



Prefeitura de Joinville

SOLICITAÇÃO DE SUBEMPENHO/LIQUIDAÇÃO SEI Nº 0017719144 - SEINFRA.GAB/SEINFRA.DPD/SEINFRA.UND

1. Unidade Gestora

Unidade de Drenagem - SEINFRA

2. Nota de Empenho/Ano

Nota de Empenho nº 7900/2023 - 0016886260

3. Credor

Razão Social: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina / CREA-SC

CNPJ: 82.511.643/0001-64

4. Valor

R\$ 96,62

5. Vencimento

26/07/2023

6. Objetivo

Pgto ART para AuC IN-24 Profissional Eng. Agrônomo LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA -
Diretor Executivo - SDE/UDR

Elaboração de Inventário Florestal, senso total, para a implantação da obra de arte especial da futura
ponte que interligará a rua Anêmonas, bairro Fátima, com a rua Esteves Júnior, bairro Guanabara,
transpondo o rio Itaum-açu.

Ponte (213,82 x 14,40)m = 3.079,01 m²

Área inventariada = 713,21 m²

SEI 22.0.357253-6 SAMA

Ponte (213,82 x 14,40)m = 3.079,01 m²

7. Forma de Pagamento

(x) Documento fiscal - SEI 0017719180

() Débito automático

() Depósito - Dados bancários do Credor:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

8. Fonte de Recurso

(x) Recurso Próprio

() Vinculado

Se recurso vinculado, informar dados da Unidade Pagadora

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

9. Informações Complementares

Informe o link para a Portaria de nomeação da Comissão de Gestão e Controle de Despesa.

Portaria nº 339/2023/SEINFRA/GS SEI 0017090152



Documento assinado eletronicamente por **Regis Antonio Konzen Heitling, Servidor(a) Público(a)**, em 19/07/2023, às 13:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0017719144** e o código CRC **A3675FB0**.

Rua Saguçu, 265 - Bairro Saguçu - CEP 89221-010 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

Relatório de Afugentamento de Fauna

- Uma planilha deve ser preenchida a cada campanha de amostragem, ou a cada ponto amostral, quando a coordenada central não for representativa do todo (área de estudo muito grande, quebra de relevo, mudança de fisionomia etc.).
- As coordenadas geográficas devem estar em UTM - DATUM - SIRGASS 2000
- O preenchimento das espécies deve se dar no mínimo em nível de gênero.
- Cada espécie registrada na campanha deve ser cadastrada quantas vezes for necessário para que sejam informadas as distintas situações de amostragem (método de registro, habitat, forma de destinação etc.).

Data inicial da amostragem: xx/xx/xxxx

Unidade Fitogeográfica Klein 1978):

- Vegetação Litorânea
- Floresta Tropical Plan Qua
- Floresta Tropical Lit Encos
- Floresta Tropical Serramar
- Floresta Tropical Lito Encosta
- Floresta Tropical Alto Vale
- Floresta Tropical Centro Sul
- Floresta Tropical Meridional
- Floresta Tropical Plan Quasul
- Floresta Baixa
- Floresta Nebular Crista
- Floresta Nebular Crist Serramar
- Floresta Araucária Igua
- Faraucaria Pelotas
- Floresta Araucária Ext W
- Núcleo de Araucária
- Faxinal Tabuleiro
- Faxinal Serra Geral
- Faxinal Guedes
- Faxinai Campo Ere
- Campos Capão
- Campos de Inundação
- Campo Altitude Orient
- Floresta Bacia Uruguai

**REGIS
ANTONIO
KONZEN
HEITLING:40
801411068**

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:4080141
1068
Dados: 2024.03.21
17:45:05 -03'00'

Coordenada central UTM X(E):

Coordenada central UTM Y(S):

Dados Amostragem

Nome científico:

Método de registro:

- Armadilha de captura viva - Sherman
- Armadilha de captura viva - Sherman e Tomahawk
- Armadilha de captura viva - Tomahawk
- Armadilha de espera
- Armadilha de funil
- Armadilha de Interceptação e Queda
- Armadilha fotográfica
- Armadilha luminosa - insetos
- Armadilha Malaise - insetos

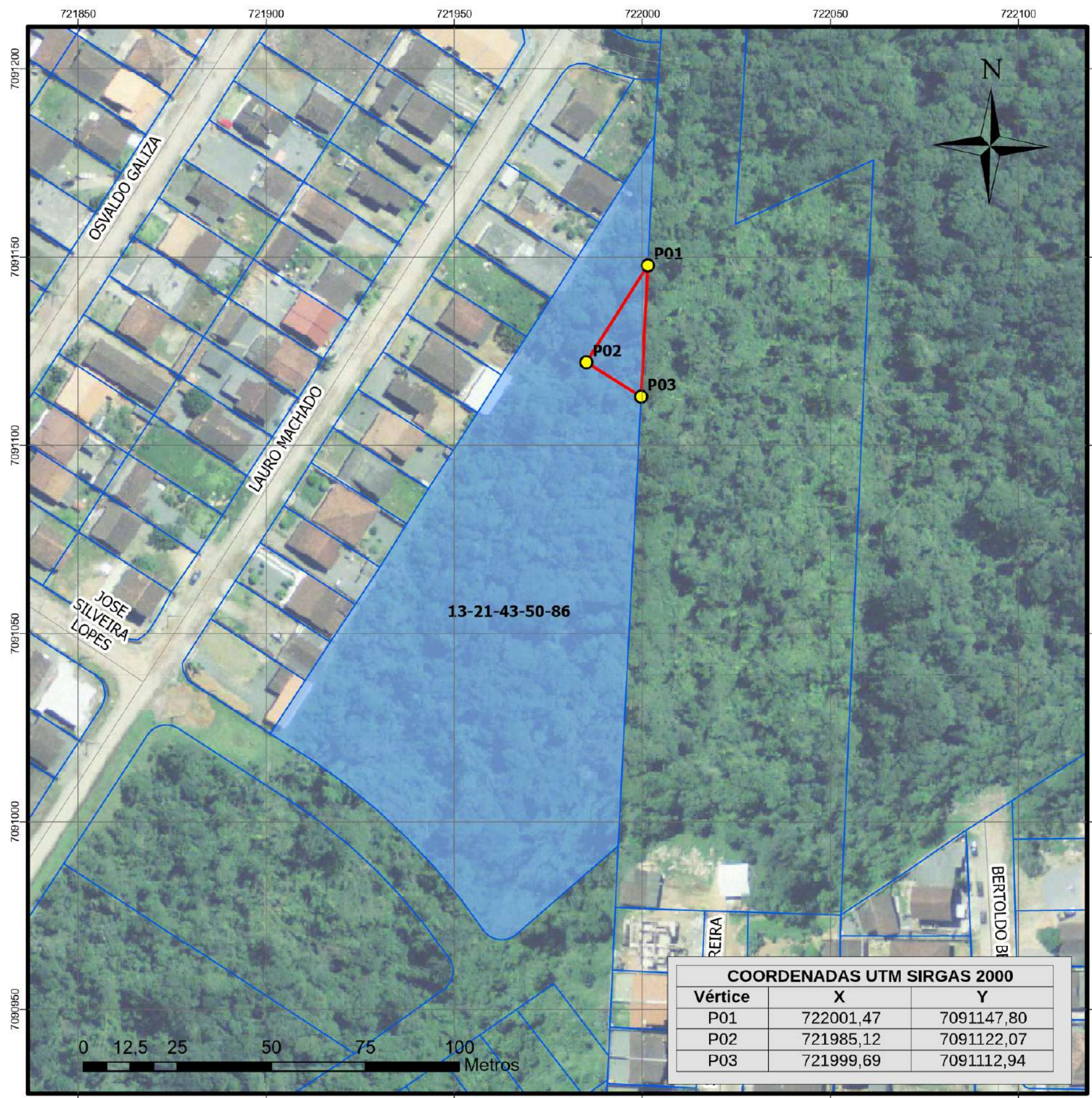
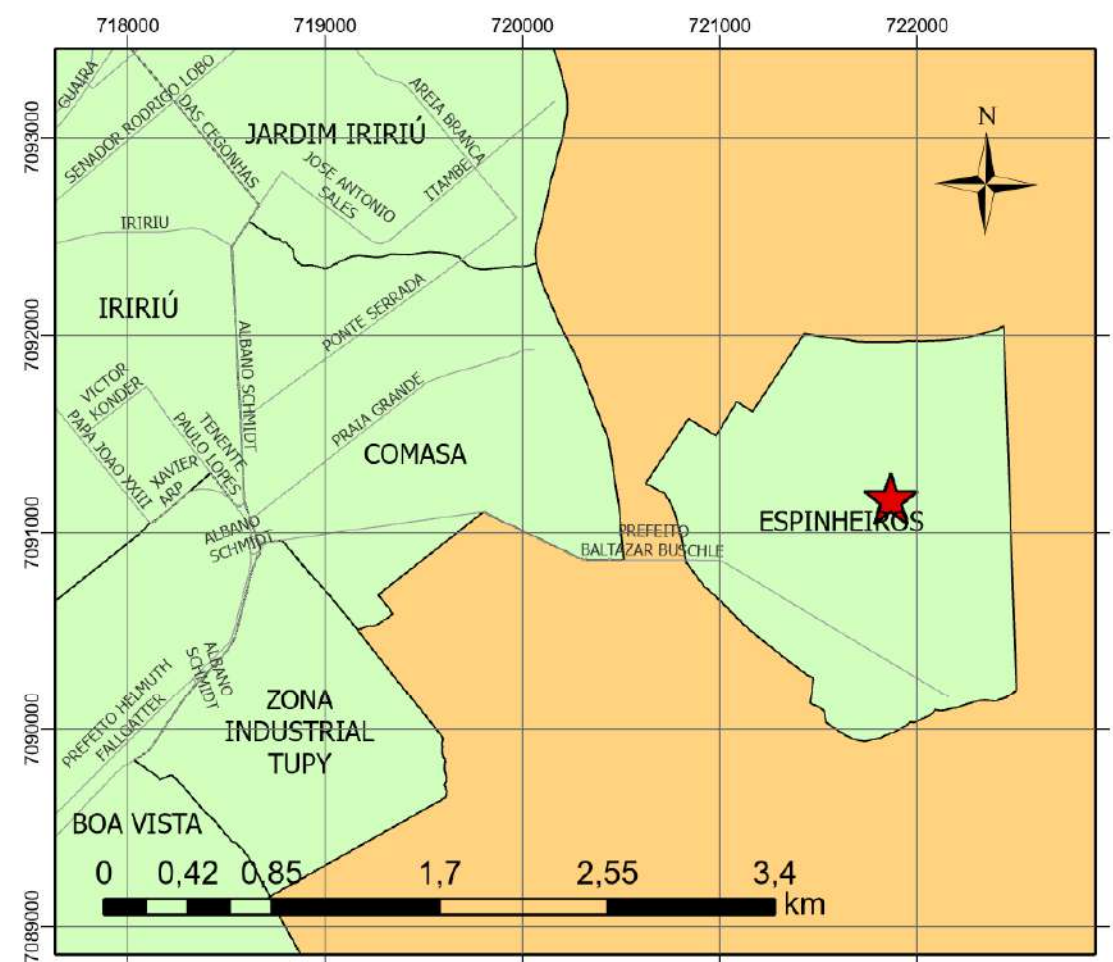
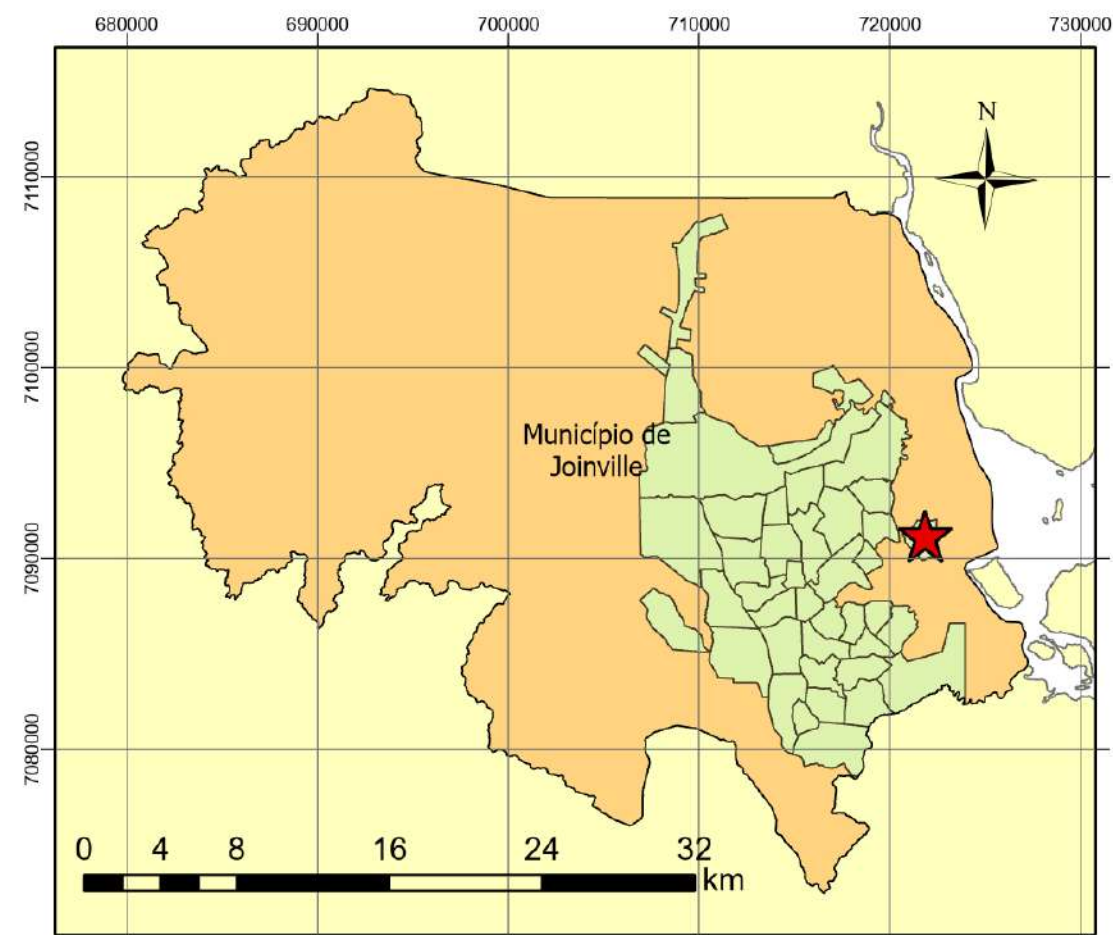
- Armadilha Shannon
- Armadilha suspensa - insetos
- Armadilha Van Someren-Rydon
- Aspirador elétrico
- Batida
- Brete
- Busca Ativa
- Captura manual
- Cerco
- Coletor Corer
- Coletor Petit Ponan
- Coletor Surber
- Coletor Van Veen
- Concha entomológica
- Covo
- Curral
- Eletropesca
- Encontro ocasional
- Encontro por terceiros
- Espinhei
- Linha e anzol
- Outros
- Pegador manual
- Rede cônica
- Rede de arrasto
- Rede de espera
- Rede de neblina
- Rede de Picaré
- Rede de plâncton
- Rede de porta de arrasto
- Rede de varredura - insetos
- Rede entomológica
- Rede para kick sampling
- Tarrafa
- Vestígios - fezes
- Vestígios - ninho
- Vestígios - Outros
- Vestígios - pegadas/parcela de areia
- Vestígios - restos alimento
- Vestígios - toca
- Visualização
- Vocalização

Habitat:

- Área urbana
- Área de agricultura
- Brejo de Restinga
- Cativeiro
- Escrube
- Estuário
- Floresta Alta de Restinga
- Floresta Baixa de Restinga
- Floresta de Transição Restinga/Encosta
- Floresta Estacional Decidual
- Floresta Ombrófila Densa
- Floresta Ombrófila Mista
- Floresta Paludosa
- Floresta Paludosa sobre Substrato Turfoso

- Lântico
- Lótico
- Manguezal
- Marinho
- Não Definido
- Outros
- Pastagem
- Transição entre lótico e lântico
- Vegetação com Influência Fluvial (Várzea)
- Vegetação de Praias e Dunas
- Vegetação entre Cordões
- Vegetação Exótica
- Vegetação Exótica com Sub-bosque

Houve captura? () marcar se houver destinação.



COORDENADAS UTM SIRGAS 2000		
Vértice	X	Y
P01	722001,47	7091147,80
P02	721985,12	7091122,07
P03	721999,69	7091112,94

Legenda

- Lote inscr. 13-21-43-50-86
- Área de compensação
- Vértices
- Vias

PONTE ANÊMONAS ÁREA DE COMPENSAÇÃO (262,00m²)

Proprietário: Município de Joinville
Matrícula nº 107.257
Área Terreno: 10.288,00m²
Testada principal: 75,00m
Nº de frentes: 2
Rua José Silveira Lopes, s/n-Espinheiros-Joinville-SC-CEP 89228-590

REGIS ANTONIO
KONZEN
HEITLING:4080141
1068

Assinado de forma digital
por REGIS ANTONIO
KONZEN
HEITLING:40801411068
Dados: 2024.03.21 17:51:10
-03'00"

Projeção: Transversa de Mercator (UTM)
Meridiano Central: W51° (fuso 22 sul)
Datum: Sirgas 2000
Base Digital: PMJ / Aerolmagem, 2007-2010.
Data: 25/09/2023.
Cristiano Amancio De Borba
Geógrafo - Mat. nº 40722



SIM
Geo

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEI

INSTRUÇÃO NORMATIVA SAMA Nº 002/2024

Dispõe sobre as diretrizes gerais para tramitação dos processos para averbação de áreas florestadas, ambientalmente protegidas, em matrículas de registro de imóveis.

O Secretário de Meio Ambiente, no exercício de suas atribuições, nos termos do Decreto nº 43.879 de 24 de agosto de 2021, em conformidade com a Lei Ordinária Municipal nº 9.219 de 12 de julho de 2022,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem o objetivo de estabelecer as diretrizes gerais para tramitação dos processos de averbação de áreas florestadas, ambientalmente protegidas, em matrícula de registro de imóveis, tais como :

I - Área de Manutenção Florestal, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 11.428/2006;

II - Área de Compensação Ambiental, nos termos do artigo 17 da Lei nº 11.428/2006 e no artigo 17 do Decreto nº 5.300/2004;

III - Áreas florestadas gravadas como de preservação permanente, nos termos do artigo 10 da Lei Complementar nº 79/1999;

IV - Outras áreas ambientalmente protegidas que demandarem averbação em matrícula de registro de imóvel.

Art. 2º Os documentos necessários para as averbações deverão ser apresentados pelo interessado e elaborados por profissionais legalmente habilitados, com os respectivos vínculos de responsabilidade técnica, e serão submetidos à análise e aprovação prévia do órgão ambiental, para posterior encaminhamento ao cartório de registro de imóveis pelo interessado.

Parágrafo único. O interessado e os profissionais que subscreverem os estudos e projetos são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às leis e sanções cabíveis.

Art. 3º As solicitações de averbação de áreas de manutenção florestal ou compensação ambiental, quando vinculadas à supressão de vegetação, deverão ocorrer no mesmo processo que deu origem à necessidade de averbação, sendo que, para os demais casos, o requerimento para as averbações deverá ocorrer em processo específico.

Parágrafo único. Os processos de averbações tramitarão exclusivamente em meio eletrônico e serão assinados digitalmente pelo órgão ambiental.

Art. 4º Na autuação dos processos, todos os documentos devem ser apresentados em meio eletrônico, em protocolo único e na sequência da listagem constante na presente Instrução Normativa.

§ 1º Os requerimentos para averbações serão analisados somente após apresentação da documentação completa.

§ 2º Sempre que julgar necessário, o órgão ambiental poderá solicitar documentos ou informações complementares, desde que devidamente justificado, visando instruir o processo.

Art. 5º Os documentos apresentados, incluindo as plantas, projetos, memoriais descritivos e termos, devem estar em conformidade com a legislação e normas aplicáveis, bem como o disposto nesta instrução normativa.

Art. 6º As averbações das áreas de manutenção florestal, compensação ambiental ou áreas gravadas como de preservação permanente deverão ocorrer em gleba única.

§ 1º As averbações referidas no caput deste artigo poderão ocorrer em mais de uma gleba, nos seguintes casos, mediante justificativa do requerente e avaliação do órgão ambiental:

a) Quando ocorrer ganho ambiental;

b) Quando inexistir alternativa locacional, desde que a fragmentação da área a averbar não prejudique o desempenho das funções ecológicas e de preservação dessas áreas.

§ 2º Na averbação de áreas de compensação ambiental, não é permitido o cômputo de áreas já protegidas pela legislação vigente, tais como as áreas de preservação permanente.

§ 3º A definição das glebas para a averbação deverá priorizar as áreas de melhor qualidade ambiental.

CAPÍTULO II

DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA PROTOCOLO

Art. 7º Os requerimentos de averbação deverão ser instruídos com a seguinte documentação:

I - Requerimento, conforme modelo do **Anexo 1**;

II - Se pessoa física: Documento oficial com foto e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - Se pessoa jurídica:

a) Documento oficial com foto e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal;

b) Extrato do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado; e

c) Ata de eleição da última diretoria, Contrato Social registrado, ou documento

equivalente;

IV - Representando outrem:

a) Procuração para representação do interessado conforme modelo disponível no site (www.joinville.sc.gov.br) e;

b) Documento oficial com foto e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representado e do representante.

V - Certidão de Inteiro Teor da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, atualizada (no máximo 30 dias);

VI - Croqui de acesso e localização da propriedade com pontos de referências (se imóvel rural);

VII - Planta contendo o levantamento planialtimétrico, elaborado em escala adequada, que permita a visualização e compreensão das informações apresentadas, conforme NBR 13.133/96, georreferenciado na projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, elaborada por profissional habilitado, contendo no mínimo:

a) Delimitação e o georreferenciamento dos vértices do imóvel e das áreas a serem averbadas;

b) Benfeitorias (edificações, vias, cercas, etc.);

c) Hidrografia;

d) Delimitação dos remanescentes florestais com as respectivas tipologias e estágio sucessional;

e) Áreas já averbadas na matrícula e outras áreas com restrição ambiental, em especial as áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal, nos termos da legislação vigente;

f) Quadro de áreas, em metros quadrados (m²).

VIII - Memorial descritivo da área do imóvel e da área a ser averbada, incluindo a identificação e georreferenciamento dos vértices e a caracterização da vegetação da área - tipologia e estágio sucessional, elaborado por profissionais habilitados;

IX - Declaração de que a área destinada à averbação não se enquadra como área de preservação permanente, nos termos da legislação vigente, nos casos de averbações de área de compensação ambiental.

X - Vínculo de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados para a elaboração da Levantamento Planimétrico e do Memorial Descritivo, assinados pelos responsáveis técnicos e pelo proprietário.

a) Os vínculos de responsabilidade devem ser anotadas com as respectivas descrições, a saber: (1) Levantamento Topográfico; e (2) Levantamento Florestal ou Inventário Florestal;

b) Se for apresentado apenas um vínculo, este deverá conter as duas descrições anotadas, conforme itens citados.

XI - Termo de Averbação para apresentação no Cartório de Registro de Imóveis, assinado pelo proprietário ou representante legal.

a) Para averbação de área de manutenção florestal, ver modelo **Anexo 2**;

b) Para averbação de área de compensação ambiental, ver modelo **Anexo 3**.

c) Para averbação de áreas florestadas gravadas como de preservação permanente, ver modelo **Anexo 4**.

d) Para outras áreas ambientalmente protegidas que demandarem registro em matrícula de imóvel, será elaborado Termo de Averbação específico, conforme ajustes necessários

quanto à nomenclatura e embasamento legal.

XII - Se imóvel em área rural:

a) Apresentar Cadastro Ambiental Rural - CAR, conforme Lei nº 12.651/2012.

b) Apresentar, na planta do imóvel, a localizando da reserva legal.

§ 1º As minutas dos documentos que necessitam assinaturas por parte do órgão ambiental - Termos de Averbação, Memoriais Descritivos e Plantas - deverão ser apresentadas sem as assinaturas do requerente e responsáveis técnicos, os quais deverão assinar os documentos somente após a aprovação e assinaturas por parte do órgão ambiental.

§ 2º A documentação deverá conter somente as informações pertinentes ao processo em análise.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Efetuadas as averbações junto ao Cartório de Registro de Imóveis, os interessados deverão apresentar:

I - Certidões de Inteiro Teor das matrículas, com as respectivas averbações efetuadas;

II - Arquivos digitais contendo os polígonos das áreas averbadas, no formato *shapefile* (extensões: .dbf .prj .shp .shx), georreferenciados em projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, encaminhados para endereço de e-mail a ser informado pelo órgão ambiental.

Art. 9º Fica revogada a INSTRUÇÃO NORMATIVA SAMA Nº 006/2020, publicada em 14/08/2020.

Art. 10. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 1 - MODELO DE REQUERIMENTO

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O requerente abaixo identificado solicita à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, anuência para:

() Averbação de área de Manutenção Florestal (artigos 30 e 31 da Lei nº 11.428/2006);

() Averbação de área de Compensação Ambiental (artigo 17 da Lei nº 11.428/2006 e no artigo 17 do Decreto nº 5.300/2004);

() Averbação de área florestada gravada como de preservação permanente (artigo 10 da Lei Complementar nº 79/1999);

() Averbação de outras áreas ambientalmente protegidas (.....);

com base nas informações e documentos fornecidos, sob os quais o requerente assume

total responsabilidade.

DADOS DO(A) REQUERENTE

Razão Social/Nome:.....		
RG:.....	Data Expedição:.....	Órgão Expedidor:.....
CNPJ/CPF:.....		
CEP:.....	Logradouro:.....	
Complemento:.....	Bairro:.....	
Município:.....		UF:.....

Dados do Processo de Origem e da Área a Averbar

Número do processo SEI que deu origem à necessidade de averbação:
Área a averbar: m ² .
Matrícula do imóvel objeto da averbação nº

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data:, de de 20.....

Assinatura do(a) requerente:.....

ANEXO 2 - MODELO DE TERMO DE AVERBAÇÃO DE ÁREA DE MANUTENÇÃO FLORESTAL

Pelo presente Termo de Averbação de Área de Manutenção Florestal, aos dias do mês de de, o(a) requerente abaixo identificado(a), proprietário(a) do imóvel abaixo especificado, DECLARA perante a Autoridade Florestal do Município de Joinville, que também assina o presente Termo, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 11.428/2006, artigos 30 e 31, que a área de floresta nativa abaixo identificada, fica compondo a Área de Manutenção Florestal, nos termos do processo SEI nº(informar o número do processo que deu origem à necessidade de averbação).

Dados do(a) Proprietário(a)

Razão Social/Nome:.....
RG:.....Data Expedição:.....Órgão Expedidor:.....
CNPJ/CPF:.....
CEP:.....Logradouro:.....
Complemento:..... Bairro:.....
Município:.....UF:..... Telefone: (.....).....

Dados do Imóvel Objeto da Averbação

Matrícula nº :..... Área total (m²):.....
Cartório/Comarca/Circunscrição:
Endereço/localização:
Coordenadas de referência (UTM):

Área de Manutenção Florestal

ÁREA DE MANUTENÇÃO FLORESTAL (m²):, correspondente a %
(.....) da área total florestada no imóvel, gravada como de utilização limitada nos
termos da legislação florestal.

O proprietário compromete-se, por si, seus herdeiros e sucessores, a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso, bem como averbá-lo à margem do registro imobiliário respectivo perante o Cartório competente, nele depositando a planta da propriedade com a Área de Manutenção Florestal, e respectivo Memorial Descritivo, que integram o presente termo.

E, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam o presente termo, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Local e data:, de de 20.....

Assinaturas

--	--

Proprietário	Secretaria de Meio Ambiente
Testemunha	Testemunha

ANEXO 3 - MODELO DE TERMO DE AVERBAÇÃO DE ÁREA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Pelo presente Termo de Averbação de Área de Compensação Ambiental, aos dias do mês de de, o(a) requerente abaixo identificado(a), proprietário(a) do imóvel abaixo especificado, DECLARA perante a Autoridade Florestal do Município de Joinville, que também assina o presente Termo, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 11.428/2006, art. 17 e Decreto Federal n.º 5.300/04, art. 17, que a área de floresta nativa abaixo identificada fica compondo a Área de Compensação Ambiental, nos termos do processo SEI nº(informar o número do processo que deu origem à necessidade de averbação).

Dados do(a) Proprietário(a) do imóvel objeto da averbação

Razão Social/Nome:.....		
RG:.....	Data Expedição:.....	Órgão Expedidor:.....
CNPJ/CPF:.....		
CEP:.....	Logradouro:.....	
Complemento:.....	Bairro:.....	
Município:.....	UF:.....	Telefone: (.....)

Dados do imóvel objeto da averbação

Matrícula nº :.....	Área total (m²):.....
Cartório/Comarca/Circunscrição:	
Endereço/localização:	
Coordenadas de referência (UTM):	

Área de Compensação Ambiental

ÁREA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (m²):, equivalente à área de supressão florestal no imóvel de matrícula nº, gravada como de utilização limitada nos termos da legislação florestal.

O proprietário compromete-se, por si, seus herdeiros e sucessores, a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso, bem como averbá-lo à margem do registro imobiliário do Cartório competente, nele depositando a planta da propriedade com a Área de Compensação Ambiental, e respectivo Memorial Descritivo, que integram o presente termo.

E, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam o presente termo na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Local e data:, de de 20.....

Assinaturas

Proprietário	Secretaria do Meio Ambiente
Testemunha	Testemunha

ANEXO 4 - MODELO DE TERMO DE AVERBAÇÃO DE ÁREAS FLORESTADAS GRAVADAS COMO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Pelo presente Termo de Averbação de Área de Preservação Permanente, aos dias do mês de de, o(a) requerente abaixo identificado(a), legítimo(a) proprietário(a) do imóvel abaixo especificado, DECLARA perante a Autoridade Florestal do Município de Joinville, que também assina o presente Termo, tendo em vista o disposto na Lei Municipal n.º 79/1999, art. 10 e Decreto 14.685/2008 que a área de floresta ou forma de vegetação existente abaixo identificada, fica gravada como Área de Preservação Permanente, nos termos do processo SEI nº(informar o número do processo que deu origem à necessidade de averbação).

Dados Pessoais do(a) Proprietário(a)

Razão Social/Nome:.....
RG:.....Data Expedição:.....Órgão Expedidor:.....
CNPJ/CPF:.....
CEP:.....Logradouro:.....
Complemento:..... Bairro:.....
Município:.....UF:..... Telefone: (.....).....

Dados do imóvel objeto da averbação

Matrícula nº :..... Área total (m²):.....
Cartório/Comarca/Circunscrição:
Endereço/localização:
Coordenadas de referência (UTM):

Área florestada gravada como de preservação permanente

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (m²):....., correspondente a %
(.....) da área total do imóvel, coberta por floresta nativa e gravada como de
preservação permanente nos termos da Lei Municipal nº 79/1999, art. 10.

O proprietário compromete-se, por si, seus herdeiros e sucessores, a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso, bem como averbá-lo à margem do registro imobiliário respectivo perante o Cartório competente, nele depositando a planta da propriedade com a Área de Preservação Permanente, e respectivo Memorial Descritivo, que integram o presente termo.

E, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam o presente termo na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Local e data:, de de 20.....

Assinaturas

Proprietário	Secretaria do Meio Ambiente
Testemunha	Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 12/03/2024, às 10:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020490458** e o código CRC **65EA06B8**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

17.0.054738-8

0020490458v3



Prefeitura de Joinville

Identificação do imóvel

1

Inscrição cadastral: **13-21-43-50-86**

32

Proprietário(s): **MUNICIPIO DE JOINVILLE (MUNICIPIO DE JOINVILLE) - 54707**

Cadastro: **27949600**

Referências parcela

3

Proc. desmemb: - || Proc unificação:

4

Loteamento: **664**

5

Quadra: **0**

6

Lote:

7

Matrícula RI: **107257**

8,9,10

Ofício: **1 do livro 0, folha 0**

11

Cód. imóvel Rural - Incra:

12

Zona alíquota: **Z1**

13

Setor / Área: **165 - SA-04**

14

Zona setor: **Setor 17**

15

Taxação: **1 - IMUNE DE IPTU**

16

Implantação: **1999**

17

Exercício: **2012**

18

Cancelamento:

19

Condomínio: -

20

Baldio: **2012**

Localização do imóvel

21

Cod Logradouro: **5430**

22

Logradouro: **RUA JOSE SILVEIRA LOPES**

23

Métrica: **1067**

24

Lado: **D**

25

Número:

26

Complemento:

27

Cod. Bairro: **417**

28

Bairro: **ESPINHEIROS**

Características do imóvel

52

Limite frontal: **1 - SEM**

53

Calçada: **6 - CONCRETO ALISADO** Situação: **1 - SEM INFORMAÇÃO**

54

Ocupação do lote: **1 - NÃO CONSTRUÍDO**

55

Conservação: **1 - SEM INFORMAÇÃO**

56

Patrimônio: **2 - MUNICIPAL**

Informações sobre a obra

-

Data de emissão do alvará de construção:

-

Número do alvará de construção:

-

Número do requerimento do alvará de construção:

-

Número do certificado de conclusão de obra:

-

Data de emissão do certificado de conclusão de obra:

-

Número do certificado de conclusão de obra:

-

Número do requerimento do certificado de conclusão de obra:

Características do lote

56

Situação: **4 - ESQUINA**

57

Tipo de ocupação: **1 - ÚNICA**

58

Irreg. na ocupação: **1 - NÃO CONSTATADA**

59

Irreg. no lote: **1 - NÃO TEM**

60

Topografia: **1 - PLANO**

61

Pedologia: **1 - NORMAL**

62

Forma: **1 - REGULAR**

63

Início Superf. Principal: **1 - NO NÍVEL**

64

Permissão de uso: **Tem**

64

Exceção testada: **Não**

Dimensões

65

Área do terreno (m²): **10.288,00**

66

Testada principal (m): **75,00**

67

Área tributável (m²): **10.288,00**

68

Número de frentes: **2**

81

Testada pavimentação (m): **0**

82

Testada iluminação (m): **75,00**

-

Meio fio: **Não possui**

-

Coleta de lixo: **0 VEZES POR SEMANA**

-

Área construída (m²): **0,00**

Declaração de Potencial Construtivo - DPC

-

Área obtida por CPAC (m²):

-

Área obtida por CPTC (m²):

-

Número CPAC:

-

Número CPTC:

-

Data CPAC:

-

Data CPTC:

-

Processo SEI:

-

Processo SEI:

Observações

19/08/2011 - não houve modificação continua baldio
04/11/2022 - Alteração do campo taxaço, conforme art. 1º da LC n.º 79, de 22 dezembro de 1999.

Unidades autônomas

AB* CC* Und. Autônoma 0

Logradouro: **RUA JOSE SILVEIRA LOPES**

Proprietário: **MUNICIPIO DE JOINVILLE**

CC* Und. Autônoma 1

Logradouro: **RUA JOSE SILVEIRA LOPES**

Complemento:

Proprietário: **MUNICIPIO DE JOINVILLE**

Complemento:

REGIS ANTONIO
KONZEN
HEITLING:40801
411068

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:40801411068
Dados: 2024.03.21
17:51:55 -03'00'





Valide aqui
a certidão.



Registro
de Imóveis
Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.lrijoinville.com.br

CNM: 107896.2.0107257-89

Livro Nº 2

REGISTRO GERAL

Ficha Nº -01-
Ano 2.005.

Matrícula Nº -107.257-

Data: 21 de Janeiro de 2.005.-

IMÓVEL:- Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente à Sudoeste, em tres linhas: a primeira em reta medindo 10,98 metros, a segunda defletindo à direita 63,70 metros, e a 4ª terceira em curva de esquina com raio de 6,00 metros, medindo o desenvolvimento 9,42 metros, todas na rua E, lado direito à Sudeste de quem de frente olha, medindo 33,31 metros, no prolongamento da rua Arnaldo Davet, lado esquerdo à Noroeste de quem de frente olha medindo 187,95 metros, extremando com a quadra XXVI e a área remanescente, fundos à Nordeste, medindo 188,64 metros, extremando com a área remanescente, contendo a área total de 10.288,47 metros quadrados.- (ÁREA 01).-

PROPRIETÁRIO:- DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, representado pela Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hermann August Lepper, 10, centro, nesta cidade, CNPJ 83.169.623/0001-10.-

REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula nº 92.295, do Livro 02-RG, neste Cartório.-

FORMA DO TÍTULO:- Abertura de matrícula por ato administrativo interno.- Oficial

16/10

JLR

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª CIRCUNSCRIÇÃO

CNPJ 83.545.350/0001-60

Joinville - Santa Catarina

saec

Serviço de Atendimento
Eletrônico Imobiliário

Documento assinado digitalmente
www.registradores.onr.org.br

onr



Valide aqui
a certidão.



Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.lrijoinville.com.br

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Matrícula nº: 107.257 (até R/Av-0)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville/SC, 30 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente por

Maria Laura Becker Dematte Denzer - Escrevente de Certidão

Emolumentos: R\$ Isento

Total: R\$ 0,00



REGIS ANTONIO Assinado de forma
KONZEN digital por REGIS
HEITLING:40801 ANTONIO KONZEN
411068 HEITLING:40801411068
Dados: 2024.03.21
17:52:41 -03'00'

Validade: 30 dias - Pedido nº 543.429, 30/08/2023 às 11:26:42

Solicite sua certidão eletronicamente em www.registradores.onr.org.br

MENU

- Novo PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos)
- Meus PGRSs

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS

1 - Informações Gerais do Empreendimento

Período

Data Inicial:

Data Final:

PGRS Número:

PGRS

* Informe o Tipo de Plano

() individual

() coletivo e integrado

Dados do Declarante

Empreendimento/Unidade: Município de Joinville - 57756

CNPJ: 83.169.623/0001-10

Logradouro: Rua Saguacu

Número: 265

Complemento:

Bairro: Saguacu

Município: Joinville

UF: SC

CEP: 89221-010

Responsável Técnico

* Nome:

* CPF:

* Nome do Conselho de Classe:

* Número do Conselho de Classe:

* Profissão:

* Cargo:

* Email:

* Telefone:

Endereço para Correspondência

* CEP:

* UF:

* Município:

* Logradouro:

* Número:

* Complemento:

* Bairro:

Atividade Principal da Indústria

* CNAE: 84.11-6-00 - Administração pública em geral

Numero Licença: DANC n.º 0018527495/2023

Data Validade Licença: 27/06/2024

Regime de Produção

* Hora/Dias: ex. 1 Hora

* Dias/Mês: ex. 1 Dia

* Meses/Anos: ex. 1 Ano

Número Total de Funcionários

* Operação/Produção:

* Administração:

* Outras Áreas:

- * Área Útil Total (ha): 0,00
- * Coordenadas UTM (SIGAS 2000) do Empreendimento:
X:
Y:

2 - Informações sobre o processo de produção desenvolvido pelo empreendimento

2.1 - Listar as matérias-primas e insumos utilizados

- * Matérias-Primas e Insumos Utilizados:
- * Quantidade(Ano): 0,00
- * Unidade de Medida: L, kg, Un, m³, t, m², m

2.2 - Identificar qual a produção anual

- * Produtos:
- * Quantidade(Ano): 0,00
- * Capacidade Instalada(Ano): 0,00
- * Unidade de Medida: L, kg, Un, m³, t, m², m

3 - Diagnóstico

Descrever o Diagnóstico

Descrever, de forma sucinta, como é realizado atualmente o gerenciamento dos resíduos sólidos, setores do empreendimento responsáveis pela operacionalização desse gerenciamento, infraestrutura disponível e alocação de recursos.

O gerenciamento dos resíduos deverá obedecer a critérios que minimizem a exposição da saúde pública e do meio ambiente a riscos e acidentes.

Os geradores deverão prever procedimentos padronizados e compatíveis, nas etapas do gerenciamento dos resíduos, para viabilizar sua correta implantação.

É necessário evidenciar a responsabilidade de cada área ou setores de geração em relação a cada uma dessas etapas.

4 - Origem e caracterização de resíduos sólidos gerados

Relacionar todas as etapas do processo de produção e os resíduos gerados em cada uma delas.

Descrever na tabela a seguir um resumo da etapa do processo em que são gerados os resíduos, especificando os tipos e suas descrições, com base na IN 13/2012 do IBAMA, ou a que lhe suceder

* Etapas do Processo:

* Resíduo:

5 - Procedimentos de gerenciamento

5.1 - Segregação

Descrever como os resíduos sólidos são separados nos locais de geração

5.2 - Recolhimento e transporte interno

Descrever resumidamente os meios de transporte interno utilizados e suas rotinas de recolhimento

5.3 - Classificação e armazenamento dos resíduos

A classificação e os locais destinados ao armazenamento dos resíduos deverão atender as normas técnicas vigentes aplicáveis, especialmente quanto à sua compatibilidade

Preencher a tabela seguinte indicando as informações solicitadas

* Resíduo:

* Classe:

* Armazenamento:

Observar casos específicos em relação ao período máximo permitido de armazenamento pela legislação estadual vigente (Lei Estadual 15.251/2010) ou a que lhe suceder.

5.4 - Acondicionamento e transporte externo

Informar os tipos de resíduos e seus respectivos acondicionamentos, para fins de transporte externo. As quantidades devem ser indicadas em toneladas.

* Resíduo:

* Qtd Previstas: 0,00000

* Acondicionamento:

* Frequência de Transporte Prevista:

Descrever como será realizado o transporte externo. Informar dados estimados para o planejamento desta etapa, apresentando a descrição e a frequência prevista desse transporte

O Transporte externo de resíduos de ser acompanhado de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

No Caso de transporte de resíduo perigosos deve ainda atender ao Decreto BR 96.044/1998, à Portaria 204/2011 do Ministério de Transportes e à resolução ANTT 5947/2021

5.5 - Destinação Final

As quantidades devem ser indicadas em toneladas.

* Resíduo:

* Tipo Estado Físico: Sólido, Líquido, Semi-Sólido, Gasoso

* Quantidade(Ano): 0,00000

* Armazenamento:

* Tecnologia:

6 - Ações preventivas, corretivas e de controle

7 - Soluções direcionadas à reciclagem, compostagem e ao tratamento e disposição final ambientalmente adequada

8 - Upload ART atividade Elaboração de PGCC

REGIS
ANTONIO
KONZEN
HEITLING:408
01411068

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:40801411
068
Dados: 2024.03.21
17:53:18 -03'00'

CIRCULAR SEI Nº 0020163960/2024 - SGP.USS.SMT

Joinville, 16 de fevereiro de 2024.

À Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta

Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos do presente para orientar todos os órgãos da administração Direta e Indireta, no que se refere às responsabilidades das empresas terceirizadas, quanto à obrigatoriedade no cumprimento das normas referentes à saúde e segurança do trabalho em consonância com as legislações legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Para tanto, sugerimos que nos próximos Termos de Referência, no item que tratar sobre as **obrigações da contratada**, seja acrescida a seguinte cláusula:

"O (a) Contratado (a) deverá cumprir as Normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal."

Ademais, o *caput* do artigo 121 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2011 estabelece, como regra geral, a responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Sem mais, seguimos à disposições para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Luiza Daniel Bonett, Diretor (a) Executivo (a)**, em 27/02/2024, às 11:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Arnoldo, Servidor(a) Público(a)**, em 27/02/2024, às 14:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 27/02/2024, às 17:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.




A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020163960** e o código CRC **298D0035**.

Rua Inácio Bastos, nº 555, 2º piso - Bairro Bucarein - CEP 89202-310 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.036467-7

0020163960v14

	<p align="center">MINISTÉRIO DA ECONOMIA</p> <p align="center">Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento</p> <p align="center">Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União</p>	<p>Nº Atendimento SC06619/2023</p> <p>Data de envio 09/08/2023</p> <p>Hora de envio 21:33:35</p>
<p>Missão da SPU: Conhecer o patrimônio imobiliário da União, assegurar o cumprimento das suas funções socioambiental e econômica e fortalecê-lo como indutor do desenvolvimento da Nação</p>		
<p align="center">OBTER AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM IMÓVEL DA UNIÃO</p>		

DADOS DO IMÓVEL

CEP: 89229-040 UF: SC Município: Joinville Tipo Logradouro: Rua
 Logradouro: Anêmonas Número: s/n Bairro: Fátima
 Complemento: OAE "ponte em concreto armado", sobre o rio Itaum-açu, interligando os bairros Fátima e Guanabara
 Área do Terreno(m²): 3,079.01

DADOS DO INTERESSADO

CPF/CNPJ: 408.014.110-68 Nome/Razão Social: REGIS ANTONIO KONZEN HEITLING
 CEP: 89221-010 UF: SC Tipo Logradouro: Rua
 Município: Joinville Número: 265 Bairro: Saguacu
 Logradouro: Saguacu
 Complemento: Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA
 E-mail: regis.heitling@joinville.sc.gov.br
 Telefone Fixo: (47) 3431-5009 Telefone Celular: (47) 98896-2772

DADOS DE CORRESPONDÊNCIA

CEP: 89221-010 UF: SC
 Município: Joinville Tipo Logradouro: Rua
 Logradouro: Saguacu Número: 265 Bairro: Saguacu
 Complemento: Secretaria de Infraestrutura Urbana

**REGIS
 ANTONIO
 KONZEN
 HEITLING:4080
 1411068**

Assinado de forma
 digital por REGIS
 ANTONIO KONZEN
 HEITLING:4080141106
 8
 Dados: 2024.03.21
 17:54:14 -03'00'

Acompanhe o seu processo por meio do portal <https://sistema.patrimoniode todos.gov.br/>, inserindo o nº de atendimento: SC06619/2023.

DADOS DA AUTORIZAÇÃO

Finalidade: INFRAESTRUTURA

Descrição: Pavimentação, drenagem e ponte (213,82 x 14,40)m, sobre o rio Itaum-açu, ligando as ruas Anêmonas e Esteves Junior, divisa entre os bairros (Fátima/Guanabara), em área urbana consolidada, obra de infraestrutura destinada ao serviço público do sistema viário, não configura obra rodoviária. Área da OAE 3.079,01 m².

Tipo de Imóvel: Praia/Mar/Rio

Período Intervenção/Obra

Prazo de Utilização

Previsão de Início: 15/01/2024

Duração em meses: 18

Prazo em Meses: Indefinido

Possuo recurso assegurado para execução da intervenção/obra (Será exigida documentação comprobatória)

DOCUMENTOS

Tipo de Solicitante: Pessoa jurídica

OBRIGATÓRIOS

Ato Constitutivo, estatuto social ou contrato social registrado na Junta Comercial ou no Cartório de pessoas jurídicas

Memorial descritivo da poligonal da área a ser utilizada

Documento de designação do representante legal (ato constitutivo, contrato social, estatuto social, ata, termo de posse etc)

Documento de Identificação com foto do representante legal (RG, CNH, Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade de Estrangeiro, Cartão de Cidadão etc)

Planta do terreno com a indicação dos equipamentos/estruturas que serão instalados

oi

oi

COMPLEMENTARES

Comprovação da prévia autorização dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes para a realização da obra

Posso Conseguir

Formulário de requerimento preenchido e assinado pelo interessado (exclusivamente no atendimento presencial, devendo ser marcada a opção "Não possuo" quando preenchido diretamente no Portal pelo requerente)

Posso Conseguir

OUTROS

Ponte Anêmonas.kmz

PRIORIDADE ATENDIMENTO

Idosos com Idade entre 65 e 84 Anos: Não

Idosos com idade Acima de 84 anos: Não

Doenças enquadradas na Lei nº 10.048/2000: Não

DECLARAÇÕES

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são

Declaro estar ciente que este requerimento não implica na autorização automática da obra em área da União

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são

Declaro estar ciente que este requerimento não implica na autorização automática da obra em área da União

Declaro

Estou ciente que, a critério da Administração, poderão ser solicitados outros documentos.

Declaro estar ciente que este requerimento não implica na autorização automática da obra em área da União

Estou ciente que antes da tomada de decisão a SPU poderá exigir, a seu critério, a exibição do original de

Estou ciente que este requerimento não implica na autorização automática da obra em área da União até a

Estou ciente que serei notificado da conclusão e eventuais pendências da presente solicitação via correio



SEINFRA - Unidade de Obras Especiais
<seinfra.ue@joinville.sc.gov.br>

(((REENVIO))) OfExt-58-2024-DelSFSul-MB-Solicitação de protocolo e análise de Obras (Ponte Anêmonas)

2 mensagens

delsfsul secom <delsfsul.secom@marinha.mil.br>
Para: seinfra.ue@joinville.sc.gov.br

23 de fevereiro de 2024 às 19:27

Boa noite,

1. Transmito o OfExt nº 58-2024/DelSFSul-MB; e
2. Solicito a gentileza de confirmar o recebimento.

Cordialmente,

3°SG-ES JACOBS
Operador da SECOM

**REGIS
ANTONIO
KONZEN
HEITLING:40
801411068**

Assinado de forma digital por REGIS ANTONIO KONZEN HEITLING:40801411068
Dados: 2024.03.21 17:54:54 -03'00'

2 anexos



OfExt-58--DelSFSul-MB_Solicitacao-de-protocolo-e-analise-de-Obras---Ponte-Anemonas.pdf
66K



OfExt-58--DelSFSul-MB_Solicitacao-de-protocolo-e-analise-de-Obras---Ponte-Anemonas.pdf-print.pdf
89K

SEINFRA - Unidade de Obras Especiais
<seinfra.ue@joinville.sc.gov.br>

26 de fevereiro de 2024
às 08:38

Para: Jamerson Fernando Cordeiro <jamerson.cordeiro@joinville.sc.gov.br>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos



OfExt-58--DelSFSul-MB_Solicitacao-de-protocolo-e-analise-de-Obras---Ponte-Anemonas.pdf
66K



OfExt-58--DelSFSul-MB_Solicitacao-de-protocolo-e-analise-de-Obras---Ponte-Anemonas.pdf-print.pdf
89K



MARINHA DO BRASIL

DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Dr. Lauro Müller, nº 138 – Centro

89240-000 – São Francisco do Sul -SC

(47) 3444-2204 – 3444-2205 – delsfsul.secom@marinha.mil.br

Ofício nº 58/DelSFSul-MB
20/995

São Francisco do Sul, SC, na data da assinatura.

Ao senhor

PAULO MENDES CASTRO

Diretor-Executivo da Secretaria de Infraestrutura Urbana do Município de Joinville

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Saguazu

89.221-005 – Joinville - SC

Assunto: Solicitação de protocolo e análise de Obras (Ponte Anêmonas)

Senhor Diretor-Executivo,

1. Em resposta ao Ofício SEI Nº 0019846391/2024 – SEINFRA.UOE, datado de 19 de janeiro de 2024, que solicita protocolo/análise do processo da Ponte Anêmonas, que fará a ligação viária entre as ruas Anêmonas e Esteves Júnior, em Joinville - SC, este Agente da Autoridade Marítima, levando em consideração às dificuldades encontradas para a realização do agendamento eletrônico e os benefícios que a obra em lide trará para o município, objetivando a reurbanização e requalificação do sistema integrado de transporte de Joinville, bem como sua importância para a mobilidade urbana dessa cidade, autoriza, em caráter excepcional, a dispensa de agendamento eletrônico para o protocolo presencial nesta Delegacia da documentação pertinente, de modo a atender as necessidades dessa Secretaria.

2. Outrossim, no que se refere à análise do processo, participo que deverá ser cumprido, em sua integralidade, o item 2.11 das Normas da Autoridade Marítima para Obras e Atividades Afins em águas sob Jurisdição Brasileira (NORMAM-303/DPC), de modo a permitir a análise do processo à luz da norma referenciada.

3. Por fim, coloco esta Delegacia da Capitania dos Portos à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Para tal, indico o Segundo-Sargento (MO) 07.3594.54 JOSÉ RAILSON MELO DA SILVA, tel.: (47) 3444-2204/2205 e e-mail: railson.silva@marinha.mil.br

Atenciosamente,

ROBERTO DA SILVA ADRIANO

Capitão de Fragata

Delegado



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: OfExt-58--DeISFSul-MB_Solicitacao-de-protocolo-e-analise-de-Obras---
Ponte-Anemonas.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

ROBERTO DA SILVA ADRIANO (CPF ***.827.237-**) em 20/02/2024 20:09:55 -03 (BRT)

*** Cópia para verificação de assinaturas. Não Possui valor legal. ***



Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul
COMPROVANTE DE PROTOCOLO

Protocolo nº: 442-001096/2024

Data: 05/03/2024 13:26:39

Protocolador: MN NEEMIAS

Criação: DEL-01.2

Interessado:

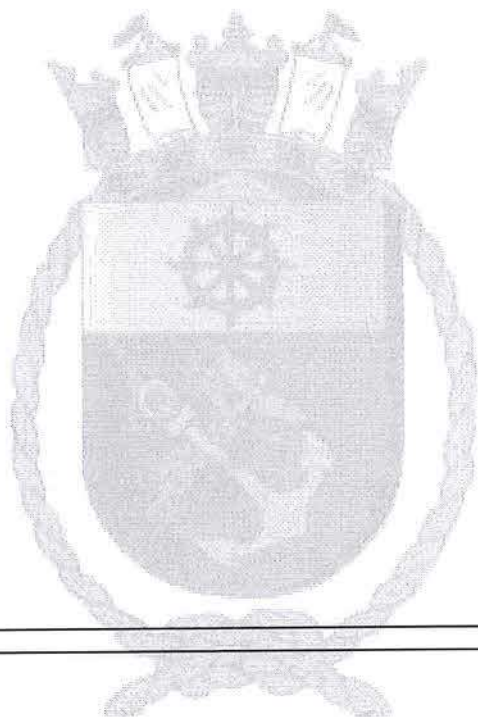
ADRIANO BORNSCHEIN SILVA

Tipo de Serviço:

ROL DE PORTUARIOS OU ROL DE EQUIPAGEM - REGISTRO PELA OM

Itens Recebidos e Conferidos

1 REQUERIMENTO DO INTERESSADO



Observações

OBRAS.

ESTE PROTOCOLO NAO CONSTITUI UM DOCUMENTO PROVISÓRIO SALVO ESPECIFICADO EM NORMAS

Sao Francisco Do Sul, 05 de Março de 2024

Neemias Vinícius do Amaral
Nip: 23.0604.25

MN NEEMIAS



Prefeitura de Joinville

DECLARAÇÃO SEI Nº 0018527495/2023 - SAMA.UAT.AEE

Joinville, 27 de setembro de 2023.

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

O órgão ambiental licenciador do município de Joinville, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, declara para os devidos fins que o Município de Joinville, representado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, CPF/CNPJ nº 83.169.623/0001-10, informou a implantação/ operação da atividade *Instalação de Obra de Arte Especial (ponte) entre a rua Anêmonas, bairro Fátima e rua Esteves Júnior, bairro Guanabara, sobre o rio Itaum, com extensão de 210,33 m e 14,40 m de largura, e Requalificação do Sistema Viário e Reurbanização das ruas Anêmonas e Esteves Júnior, para a implantação do binário destas com a rua Guanabara, em área urbana (AUPA e AUAC)*, no município de Joinville, em Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 98/2017 de 05 de Maio de 2017, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental, o que não eximirá o empreendimento ou atividade em atender às demais disposições da legislação ambiental e florestal vigente.

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor. O órgão ambiental licenciador poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento ou da atividade.

Esta declaração não desobriga o empreendedor a obter, quando couber, as certidões, alvarás, e outras autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Esta declaração tem validade de **01 (UM) ANO** após a data de assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Marize Joanini de Oliveira, Gerente**, em 27/09/2023, às 16:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0018527495** e o código CRC **1B6B263D**.

REGIS ANTONIO
KONZEN
HEITLING:40801
411068

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:40801411068
Dados: 2024.03.21
17:55:43 -03'00'

0018527495v3

Autorização de Exploração - Autorização de Supressão de Vegetação - ASV

Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2042.8.2023.26218	24222284	0,3079 Ha	27/09/2023 a 27/09/2024
Detentor da autorização		Autorização vinculada	CPF/CNPJ do Detentor
PREF MUN JOINVILLE		Não se aplica	83.169.623/0001-10
Município de referência		Coordenadas de referência	
JOINVILLE / SC		-26,318768246 -48,822725746	
Outros municípios associados			
Não se aplica.			

Responsáveis Técnicos

Nome	Atividade	Cons. Classe	ART
LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA	Elaborador	015495-9	89711039

Dados dos imóveis rurais

Não se aplica.

Volumetria autorizada

Não se aplica.

Detalhamento da volumetria autorizada

Não se aplica.

Condicionantes**Gerais**

1.01 Área de corte de vegetação: 262,00 m²; Reposição Florestal: 2,10 m³ (3,15 m st); Área de Compensação Ambiental: 262,00 m²; Total de árvores à suprimir: 79 árvores, sendo 55 Laguncularia racemosa (mangue-branco); 20 Avicennia schaueriana (mangue-preto); 01 Schinus terebinthifolius (aroeira-vermelha); 01 Rhizophora mangle (mangue-vermelho); 01 Areca madagascariensis (dipsis) e 01 Terminalia catappa (sete-copas). Área de supressão conforme Projeto de Supressão 0018463833, sendo então composto pela rampa localizada na cabeceira Ruas Esteves Júnior, com área de intervenção de 145,00 m² sobre a vegetação, e também dos espaços de 9,0 m² a ser ocupado pelos 13 pontos de estaqueamento, totalizando dessa forma 262,00 m² de intervenção sobre a vegetação.

Específica

- 2.01 Apresentar anuência sobre a intervenção em terreno da União, conforme requerimento SC06619/2023;
- 2.02 Para a Reposição florestal, apresentar comprovante de transferência já consolidado emitido via site IBAMA para o volume de 3,15 metro estéreo;
- 2.03 Para a área de compensação ambiental, apresentar documentação digital completa, para conferência, conforme Art. 13º da Instrução Normativa SAMA Nº 006/2020;
- 2.04 Por ocasião da AuC, o empreendedor deverá realizar o afugentamento e ou resgate de fauna eventualmente existente na área de intervenção (apresentar relatório); ATENÇÃO: realizar a execução da supressão de vegetação de modo que caso algum indivíduo da fauna se encontre no local, o mesmo seja afugentado para o fragmento florestal mais próximo;
- 2.05 Realizar o resgate e a translocação de epífitas eventualmente presentes na área de corte (incluir no relatório de supressão);
- 2.06 Apresentar relatório de supressão final com registro fotográfico e informações sobre a volumetria apurada, em no máximo 30 dias após a conclusão da supressão;
- 2.07 Deverá ser fixada placa no local dando publicidade as licenças e autorizações emitidas por esta Secretaria e demais órgãos públicos;
- 2.08 Recomenda-se que a supressão seja realizada por profissional e/ou empresa especializada, obedecendo as normas de segurança aplicáveis;
- 2.09 O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo Documento de Origem Florestal (DOF);
- 2.10 Retirar do ambiente e encaminhar para destinação correta todo e qualquer resíduo encontrado, conforme determina a legislação ambiental;
- 2.11 Não é permitido o depósito do material oriundo da supressão em aterros e mananciais hídricos, bem como uso de herbicidas;
- 2.12 Realizar a manutenção preventiva de máquinas e equipamentos utilizados na atividade;
- 2.13 Exigir a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) por parte dos funcionários envolvidos na

supressão de vegetação;

2.14 Zelar pelas condições sanitárias do empreendimento;

2.15 Esta autorização de corte não autoriza qualquer obra de terraplanagem.

Histórico	
Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	27/09/2023 - 16:20:45



Documento assinado eletronicamente por Fábio João Jovita, Gerente Autorizador - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville, em 27 de setembro de 2023, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<https://sinaflor2.ibama.gov.br/sinaflor2autorizacao/qrcode/20428202326218>

REGIS
ANTONIO
KONZEN
HEITLING:4080
1411068

Assinado de forma
digital por REGIS
ANTONIO KONZEN
HEITLING:408014110
68
Dados: 2024.03.21
17:56:17 -03'00'